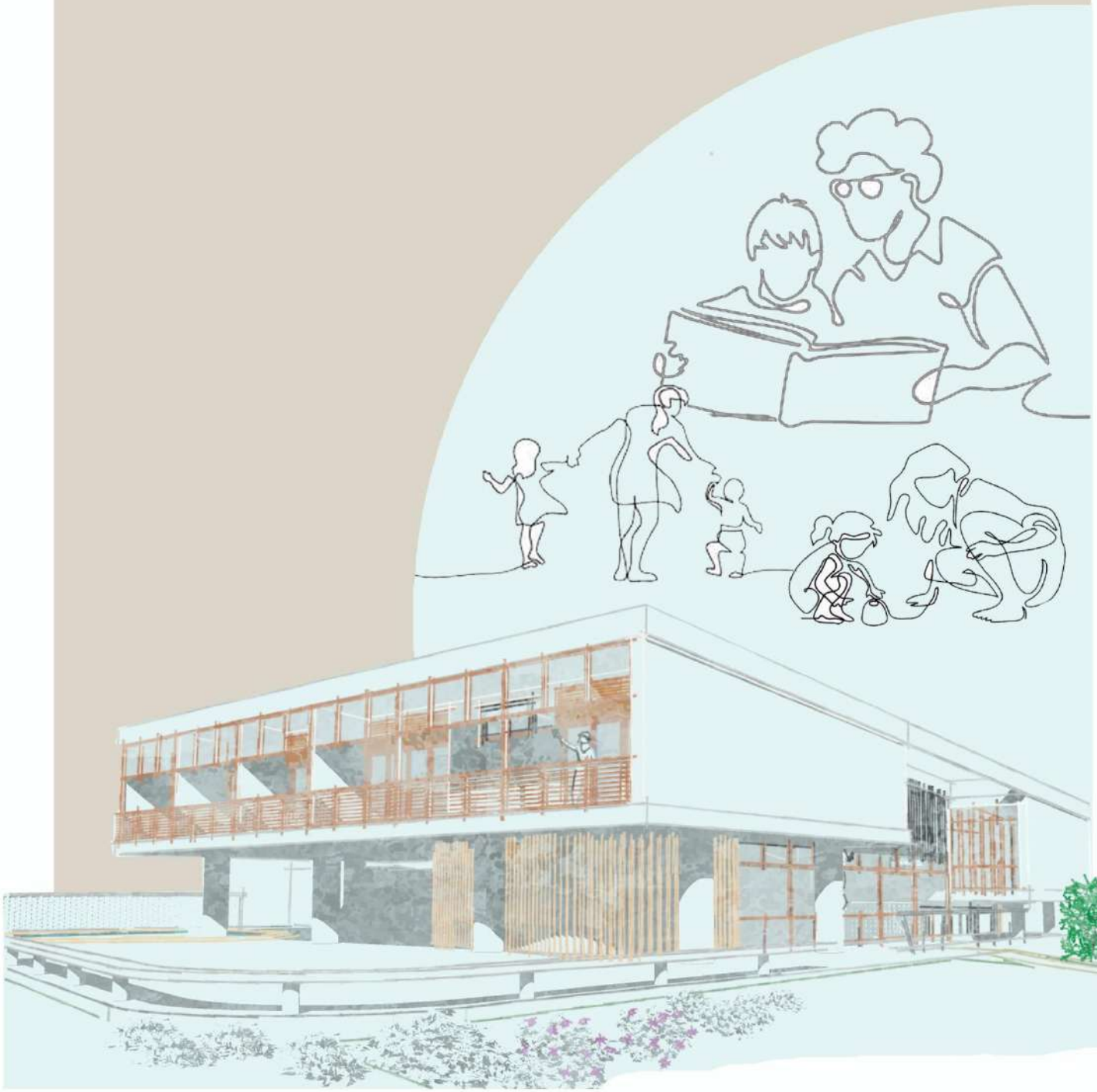
INTERVENÇÃO NA RESIDÊNCIA CASSIANO RIBEIRO COUTINHO EM JOÃO PESSOA/PB – PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE UM CENTRO INTERGERACIONAL.

Thiago Müller



JOÃO PESSOA/PB -2021

UNIESP CENTRO UNIVERSITÁRIO

ARQUITETURA E URBANISMO

THIAGO MÜLLER RAMOS DE SÁ

Intervenção na residência Cassiano Ribeiro Coutinho em João Pessoa/PB – Proposta de anteprojeto de um Centro Intergeracional.

CABEDELO, PARAIBA

2021

THIAGO MÜLLER RAMOS DE SÁ

Intervenção na residência Cassiano Ribeiro em João Pessoa/PB – Proposta de anteprojeto de um Centro Intergeracional.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIESP-PB, como requisito parcial para obtenção do título em bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Profª. Andrei de Ferrer

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Andrei Ferrer
UNIESP - PB

_____

Aline Montenegro
UNIESP - PB

_____

Cintia Pedrosa Bezerra

CABEDELO, PARAÍBA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado

S111i Sá, Thiago Müller Ramos de Sá.

Intervenção na residência Cassiano Ribeiro em João Pessoa/PB – proposta de anteprojeto de um centro intergeracional. [recurso eletrônico] / Thiago Müller Ramos de Sá. – Cabedelo, PB: [s.n.], 2021.

148 p.

Orientador: Prof. Me. Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UNIESP Centro Universitário.

1. Arquitetura moderna. 2. Intervenção arquitetônica. 3. Residência - Idoso. 4. Centro intergeracional. – Projeto. I. Título.

CDU: 72

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi fruto de várias mãos, desde os meus primeiros aprendizados no jardim de infância, até o meu crescimento com meus pais e professores no decorrer da minha vida acadêmica. Foram eles e as pessoas que cruzaram a minha jornada que me forjaram e, de alguma maneira, me ensinaram algo.

Esta realização não é só minha e digo isso de coração aberto, cheio de felicidade. Aos meus pais, Marcos Antônio e Alcineide da Silva, agradeço por sempre lutarem para me proporcionar o melhor, custeando, mesmo com poucos recursos, materiais e cursos de formação. Vocês me fizeram ver além e, pelos seus olhos, pude enxergar e traçar um caminho do qual hoje me orgulho.

Um agradecimento em especial a minha avó, Maria das Dores, que, mesmo sem saber, se tornou a minha motivação para abordar a população idosa neste trabalho. Suas queixas, comumente, são sobre a falta de um lugar na sociedade para que se mantenha produtiva. Foi a partir dessa problemática embasada em estudos que consegui fazer um anteprojeto capaz de abraçar esse objetivo.

Agradeço genuinamente à todas as pessoas que me ajudaram ao adquirir a rifa feita com o intuito de comprar um computador. Eu demorei seis períodos para consegui-lo e, graças a vocês, pude continuar estudando na faculdade e me dedicando em busca de um futuro melhor. Aos meus colegas da faculdade, Fernando Lira, Thais Azevedo, Uiran Ribeiro, Diego Alison, Daniel Lira, Mirelly Assis, Tayna Rocha, Erismar Filho, Lucas Lustosa, Rannylson Balbino, e Gabrielly Souza, agradeço pela ajuda, sobretudo quando os recursos eram limitados, seja dando forças ou compartilhando aprendizados.

Agradeço aos meus professores, pessoas iluminadas, que, mesmo em meio a tantas barreiras, conseguem partilhar seus conhecimentos. Destaco, especialmente, Anne Camila, Tayene Pinto, Ricardo Stumpf, Paulo Rossi, Ana Luiza, Andrei Ferrer, este último ao qual tive o imenso prazer de tê-lo como orientador e que me fez conhecer, assim como Anne Camila, a arquitetura moderna e a História da Arte, temas que me despertaram verdadeira paixão. Agradeço também aos professores que me formaram desde o tempo de escola, como Barnadete Rodrigues, a qual sempre acreditou em mim e no meu potencial e, hoje, desejo que descanse em paz.

Agradeço aos meus amigos Alexandre Jackson, Fabio Morais, Dara Dalila, Gabrielle Ponciano, Nathalia Andrade, Priscila Samaria, Viviann Pontes, Juliana

Gomes, Pedro Lima, Rafael Alves, entre tantos outros que acreditaram no meu sonho, até nos momentos em que eu mesmo não acreditei. Hoje, sei que estou colhendo os frutos dessa perseverança.

Gratidão aos estágios que, ao socializar os seus conhecimentos, me auxiliaram a chegar à finalização deste trabalho e desse curso. Ana Carolina, Carolina Lisboa, Alanna Wanderlei, Maria Janniny, Paula Lopes, Matheus Sette, Daura Diniz, Tauan, e as minhas chefes Patrycia Amorim, Adailton Pessoa, Daniela Landim e Tales Souto, cada um de vocês me ensinou, ao seu próprio modo, saberes que levarei comigo durante a minha vida e futura carreira.

Por fim, agradeço a Deus, Ele que nunca saiu de perto ou me deixou cair. Ele me deu uma cruz que carrego e não nego o seu pedido, pelo contrário, faço questão de segui-Lo e sei que, quando na escuridão, Ele iluminará todo o meu caminho. Nada temo, pois sei que estará comigo, como esteve em toda a jornada que me trouxe até aqui, em cada aprendizado, em cada desenho, comando e, principalmente, na plotagem, pegadinhas à parte, que sem Ele não poderiam ter sido realizados.

RESUMO

O presente trabalho consiste na proposta de um anteprojeto de um centro intergeracional na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955-1958), imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 2009, localizado na Avenida Epitácio Pessoa, no bairro da Torre em João Pessoa – PB. Esta pesquisa se propõe a abordar a importância desse projeto, arquitetado por Acácio Gil Borsoi, referência da arquitetura moderna brasileira, bem como as intervenções feitas nesse tipo de bem, além de assegurar parte de sua história ao inseri-la na comunidade. Temos como objetivo explicar a relevância do conceito intergeracional, equacioando aos benefícios das suas relações. A cidade de João Pessoa, de acordo com o Jornal Paraiba (2010), possui grande concentração da população idosa, podendo chegar, em 2041, a ter mais idosos do que cidadãos com 15 anos. Esse fator torna-se ponto de partida para este trabalho, que também leva em consideração a faixa considerável de crianças em estado de vulnerabilidade, além do rompimento entre gerações no mundo contemporâneo. Por fim, problematizamos, sem grande abrangência, os meios até então executados para a preservação dos bens tombados, tendo como preocupação e desejo a manutenção, em especial, da identidade desse estilo arquitetônico.

Palavras–chave: Intergeracional; Arquitetura moderna brasileira; Intervenções; Idosos; Crianças.

ABSTRACT

The present work consists of the proposal for a preliminary project for an intergenerational center at the Cassiano Ribeiro Coutinho Residence (1955-1958), a property listed by the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba (IPHAEP) in 2009, located at Avenida Epitácio Pessoa, at Torre neighborhood in João Pessoa - PB. This research aims to address the importance of this project, designed by Acácio Gil Borsoi, a reference in modern Brazilian architecture, as well as the measures taken in this type of property, in addition to ensuring part of its history by inserting it in the community. We aim to explain the promotion of the intergenerational concept, equating the benefits of their relationships. The city of João Pessoa, according to Jornal Paraíba (2010), has a large concentration of the elderly population, and may, in 2041, have more elderly people than 15-year-old citizens. This factor becomes the starting point for this work, which also takes into account the diminished range of children in a state of vulnerability, in addition to the break between generations in the contemporary world. Finally, we problematize, without much comprehensiveness, the means previously available for the preservation of the listed assets, with the concern and desire to maintain, in particular, the identity of this architectural style.

Keywords: intergenerational. Modern Brazilian architecture. Interventions. Seniors. Kids.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1989) 18
Figura 2 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (2018) 19
Figura 3 - Reitoria da Universidade Federal da Paraíba 20
Figura 4 - Residência Otacílio Campos (1968).....21
Figura 5 - Esporte Clube Cabo Branco 37
Figura 6 - Hotel Tambaú 37
Figura 7 - Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha.....42
Figura 8 - Robie House 43
Figura 9 - Sede da AABB e CRM 46
Figura 10 - Creche + Residência da Terceira Idade.....47
Figura 11 - Rua Cure Notre Drama 48
Figura 12 - Espaço interno – Creche + Residência da terceira idade 49
Figura 13 - Espaço interno dos idosos - Creche + Residência da terceira idade 50
Figura 14 - Circulação vertical da Creche + Residência da terceira idade 50
Figura 15 - Organização interna da Creche + Residência da terceira idade 51
Figura 16 - Espaço das crianças – Creche + Residência da Terceira idade 52
Figura 17 - Fachada Norte – Creche + Residência da terceira idade 53
Figura 18 - Fachada da Creche + Residência da terceira idade 54
Figura 19 - Edifício intergeracional Plaza de América.....55
Figura 20 - Localização do Edifício internacional Plaza de América 55
Figura 21 - Fachada do Edifício internacional Plaza de América 57
Figura 22 - Vedações do Edifício Internacional Plaza de America 58
Figura 23 - Materiais fachada Plaza de América Alicante. 58
Figura 24 - Centro de Referência Intergeracional Sinhá Bandeira 60
Figura 25 - Localização do CREI.....60
Figura 26 - Recepção CREI 61
Figura 27 - Cozinha CREI 62
Figura 28 - Sala de Pintura CREI 62
Figura 29 - Sala de TV CREI.....63
Figura 30 - Sala de Costura CREI.....63
Figura 31 - Biblioteca CREI 64

Figura 32 - Sala de Dança CREI 64
Figura 33 - Sala de Informática CREI 65
Figura 34 - Sala de Curso de Cabeleleiro CREI 65
Figura 35 - Rachaduras no CREI 66
Figura 36 - Área Verde do CREI 66
Figura 37 - Mapa de leitura do lugar 67
Figura 38 - Residência Diocelio Nascimento (2017) 69
Figura 39 - Empresarial na antiga Residência Diocelio Nascimento (2021) 69
Figura 40 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (2021) 70
Figura 41 - Planta de localização da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 71
Figura 42 - Paisagismo Burle Marx Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 72
Figura 43 - Jardim de Burle Marx 73
Figura 44 - Acessos à Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 75
Figura 45 - Acesso Principal 76
Figura 46 - Acesso pela rampa 76
Figura 47 - Acesso entrada principal 77
Figura 48 – Acesso garagem 77
Figura 49 – Acesso Fachada Sul 78
Figura 50 - Acesso área de lazer 78
Figura 51 - Acesso secundário 79
Figura 52 - Níveis da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 79
Figura 53 - Programa Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 81
Figura 54 - Programa Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 82
Figura 55 - Pilotis na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 83
Figura 56 - Sheds da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 84
Figura 57 - Varanda da casa Cassiano Ribeiro Coutinho 85
Figura 58 - Zoneamento 90
Figura 59 - Recepção e loja 99
Figura 60 - Lounge e espaço de leitura 100
Figura 61 - Creche 100
Figura 62 - Hora e Jardim de Infância 101
Figura 63 - Sala de Costura 101
Figura 64 - Sala de jogos 102
Figura 65 - Sala de dança 103

Figura 66 - Sala de Ioga.....103
Figura 67 - Biblioteca 104
Figura 68 - Sala de estudos 104
Figura 69 - Sala de artes.....105
Figura 70 - Cinema.....105
Figura 71 - Espaço convivência e jogos.....107
Figura 72 - Praça.....107
Figura 73 - Foodpark.....108
Figura 74 - Fachada principal.....109
Figura 75 - Perpectiva 01 fachada principal.....109
Figura 76 - Perpectiva 02 fachada principal.....110
Figura 77 - Perpectiva praça.....110
Figura 78 - Perpectiva foodpark 01.....111
Figura 79 - Perpectiva foodpark 02.....111
Figura 80 - Perpectiva foodpark 03.....112

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
OMS	Organização Mundial da Saúde
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SESC	Serviço Social do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
DEPAM	Departamento de Patrimônio e Material
GT	Grupo de Trabalho
AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
CRM	Conselho Regional de Medicina
CREI	Centro de Referencia Intergeracional Sinhá Bandeira
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciencia e Cultura
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauros de Bens Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IRIB	Instituto de Registro Imobiliario do Brasil
DATASAUS	Departamento de Informatica do Sistema Único de Saude do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização

Tabela 2 – Estrutura etária da população de João Pessoa – PB

Tabela 3 – Quadro resumo correlatos

Tabela 4 – Zona Axial Epitacio Pessoa (ZA1)

Tabela 5 – Programa de Necessidades

Tabela 6 – Pré dimensionamento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pirâmide etária João Pessoa Paraiba 1990 - 2010

Gráfico 2 – Frequência escolar de 06 a 14 anos João Pessoa - PB

Gráfico 3 – Ornonograma

Gráfico 4 – Fluxograma funcionários

Gráfico 5 – Fluxograma idosos

Gráfico 6 – Fluxograma crianças

Gráfico 7 – Fluxograma público externo

Gráfico 8 – Esquema explicativo do conceito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
2. REFERENCIAL TEÓRICO 23
2.1. Centros Intergeracionais 23
2.2. Conceitos de relações intergeracionais 26
2.3. O rompimento entre as gerações 27
2.4. Arquitetura intergeracional 29
2.5. Perfil demográfico 32
3. INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO MODERNO 35
3.1. Arquitetura moderna em João Pessoa 35
3.2. Posturas de intervenção 39
3.4. Intervenção na Paraíba 44
4. REFERENCIAL PROJETUAL 46
4.1. Creche e Residência da Terceira Idade / a/LTA 47
4.2. Edifício intergeracional Plaza de América 54
4.3. Estudo de caso 59
5. LEITURA DO LUGAR 67
5.1. Caracterização da área 67
5.2. A casa 70
5.3. Condicionantes legais 85
6. ANTEPROJETO 86
6.1. Diretrizes projetuais 86
6.2. Conceito 97
6.3. Partido 97
6.4. Acessibilidade Universal 98
6.5. Ambientes 98
6.6. Desenhos técnicos 111
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 112
REFERÊNCIAS 114
ANEXOS 1187
Decreto n° 31.843 de 03 de Dezembro de 2010 128
Decreto n° 25.138 de 28 de Junho de 2004 129
Ficha de Inventário – M301 – Castro de bens 137
Carta Testamento Borsoi 145
Planta baixa original Residência Cassiano Ribeiro Coutinho 148

1. INTRODUÇÃO

O mundo, com o passar dos anos, tem se tornado cada vez mais populoso, resultando em uma maior aproximação entre as pessoas, visto que há uma concentração populacional em grandes centros urbanos. Contudo, essa aglomeração também gerou separações, conflitos e, até mesmo, esquecimento de uma parte da sociedade, como as crianças e os idosos. Nesse sentido, segundo Aparecida, *et al.* (2017), tal distanciamento está ligado ao desenvolvimento tecnológico, à comercialização das relações sociais, ao modo de vida dos jovens e ao desapego pelas tradições. Mas, geralmente, essa adversidade só é observada com mais atenção dentro do ambiente familiar.

Muitos estudos, como o de Silva, *et al*. (2018) e Aparecida *et al*. (2017), relatam que, tanto para um crescimento, quanto para um envelhecimento mais saudável, é fundamental que haja convivência entre gerações. Nesse cenário, o idoso pode representar não só um exemplo a ser seguido, como também um caminho para o desenvolvimento de ações mais respeitosas, a quebra de preconceitos que envolvem o cotidiano das pessoas mais velhas e a promoção da cultura e da memória. Além disso, esse contato pode proporcionar para o idoso a sensação de proatividade, ou seja, de se sentir útil perante a sociedade, podendo haver, inclusive, um escape à solidão e à outras doenças. Sendo assim, a Política Nacional do Idoso (1996) propõe locais de convivência não asilares, nos quais o idoso permaneça durante um período do dia executando atividades diversas e tendo contato com pessoas de diferentes idades.

A conexão entre ambas as faixas etárias, chamada de intergeracionalidade, busca desenvolver um meio de trocas e aprendizados para alcançar uma sociedade mais inclusiva. Essa pauta se apoia no objetivo de proporcionar um adequado desenvolvimento às crianças, além de um envelhecimento bem-sucedido aos idosos, assegurando que estes últimos possam contribuir para a sociedade. Assim, de acordo com França (2010, apud CAROLINE, 2018, p. 6), “as práticas intergeracionais vêm demonstrando que é possível efetuar uma mudança na mentalidade da comunidade em relação à imagem do idoso e o resgate da memória de um povo através de seu patrimônio vivo”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba, em 2016, tinha 11,4% da população composta por pessoas idosas, a maior

porcentagem entre os estados da região Nordeste. Também, segundo levantamento feito através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o estado é o quinto colocado do país em número de idosos, com estimativa, para 2041, de ter mais cidadãos com mais de 65 anos do que com menos de 15 anos. Segundo a mesma pesquisa, João Pessoa teve um aumento considerável de 10,3 anos da expectativa de vida nas últimas duas de décadas, passando de 64,6 anos para 74,9 anos. Esse crescimento tende a continuar, visto que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de pessoas idosas no Brasil crescerá acima da média mundial, sendo projetado para representar 30% do total da população em 2050.

Assim, “com o aumento da proporção de idosos na sociedade e a busca por programas públicos de assistência, fizeram-se necessárias ao longo do tempo alternativas de moradias adequadas para uma melhor qualidade de vida, surgindo os asilos e, posteriormente, as instituições de longa permanência” (BORN E BOECHAT, 2006; SCHARFSTEIN, 2006, apud APARECIDA, *et al.*, 2017*,* p. 2). Com isso, o idoso perdeu o seu espaço como participante ativo na dinâmica social, resultando na segregação e solidão desse grupo etário e, consequentemente, o afastamento dos mais jovens. Outro ponto que vale salientar é a falta de projetos que priorizem ambientes voltados para o cuidado da população idosa, visto que as instituições voltadas apenas para o abrigo de idosos surgiram no Brasil depois da segunda metade do século XX, e essas, na maioria, eram caracterizadas como filantrópicas e voluntárias, ou seja, abrigavam e cuidavam de pessoas carentes sem receber por isso.

Constata-se, ainda, de acordo com o perfil demográfico, que a Paraíba, especificamente sua capital, João Pessoa, local de inserção deste anteprojeto, vem se tornando uma cidade com grande concentração de pessoas acima de 60 anos. Nesse contexto, a Política Nacional do Idoso (1996) aborda em sua diretriz a possibilidade de locais de convívio e integração entre gerações, em que os participantes possam realizar juntos diversas atividades durante determinado período.

Em relação às crianças, a capital vem apresentando uma certa diminuição comparada a outras décadas. Como poderemos ver no perfil demográfico, há um grande número de crianças que necessitam de apoio para um desenvolvimento mais saudável. Ressaltamos, dessa forma, a abordagem da prática intergeracional como

meio de melhorar esses números a partir da transmissão de valores pelas gerações mais velhas, que podem ser consideradas de grande importância para a formação de as crianças e jovens. Nessa conjuntura, Pratt e Cols (2008, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32) revelam, através de pesquisas feitas com jovens canadenses, que a representação dos valores a serem seguidos é o que permanece nas relações entre as gerações mais novas e mais velhas, principalmente com avós e os netos.

Logo, essas relações e pequenas interações refletem em curto, médio e longo prazo no desenvolvimento da criança, sustentada pelo conceito intergeracional e pelo Estatuto da Criança. Aqui, entram as creches, cuja organização relaciona-se

> (...) com o desenvolvimento infantil e com a socialização das crianças, considerado como um processo aberto, contínuo e dinâmico de múltiplos usos e tarefas. Em instituições como creches são muito importantes o espaço físico e as atividades adotadas, como as aulas ministradas, os recursos disponíveis, as interações em grupo e a rotina, as quais devem ser adequadas e pensadas de acordo com a faixa etária de cada criança. (LORDELO, 2002, apud LIMA e BHERING, 2006, p.574).

Apresentam-se, assim, como um espaço que deve ser adequado para a volarização da educação, no qual o objetivo central é o desenvolvimento da criança. A presença do adulto também é fundamental, visto são eles que orientam e facilitam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, Costa (2017, p. 4) enfatiza que essa relação pode equacionar-se ao desenvolvimento de respeito aos demais, principalmente aos mais velhos.

Desse modo, a prática intergeracional é relevante e necessita, urgentemente, de investimentos financeiros para a criação desses espaços não asilares, onde os idosos possam permaneçam durante um período do dia, com os cuidados necessários, e participar de diversas atividades físicas e recreativas, além de oficinas de trabalhos. Entretanto, a construção desses centros é algo até então pouco discutida, sem um grande exemplar no Nordeste, afinal,

> No Brasil a ideia de Centro Intergeracional ainda é muito recente e pouco propagandeada, sendo conhecido alguns programas desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio – SESC, que desenvolvem as relações entre gerações, mais o programa não é contínuo, em outros países existem experiências há bastante tempo. Logo há uma carência de espaços projetados exclusivamente para essa função, os poucos programas internacionais encontrados acontecem em centros culturais ou parques. (MEDEIROS**,** 2017, apud CAROLINE, 2018, p.6).

Assim sendo, a arquitetura tem um papel significativo nesse contexto, pois, quando construídos de maneira adequada, os centros podem atender às necessidades do processo de crescimento e envelhecimento, contribuindo para a preservação de uma vida saudável e com mais autonomia (LEITE, 2010, apud APARECIDA, *et al*., 2017, p. 3).

> Os espaços intergeracionais vão além da edificação, cabendo a esses valorizar a integração social, possibilitando que as gerações possam conviver em família e em sociedade, buscando assim eliminar os preconceitos e combater o isolamento. (EMERENCIANO, 2014, apud APARECIDA, *et al*., 2017, p. 2).

Logo, o desenvolvimento desse conceito equacionado aos investimentos em relações intergeracionais traz a possibilidade de efetuar, segundo França e Col (2010, apud CAROLINE, 2018, p. 6), um efeito benéfico para comunidade, contribuindo para restaurar esse afastamento geracional, próprio do mundo contemporâneo, por meio de relações de respeito e do seu patrimônio vivo.

Diante disso, o presente trabalho propõe um anteprojeto de um centro de convivência intergeracional. Para tal, equaciona-se a carência desse tipo de espaço com o cenário atual na cidade de João Pessoa, na qual há uma abundância de imóveis abandonados ou tombados sem uso. De acordo com o Instituto de Registro Imobiliário Brasileiro (2018), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), existem 65 imóveis com riscos de desabamento, além de imóveis tombados nos quais não se tem atividade ou manutenção.

Sugere-se, assim, a solução viável de alocar o projeto proposto neste trabalho em um desses bens, buscando aliar a valorização do público alvo à preservação da memória material da cidade, requalificando um imóvel de importância histórica que se encontra sem uso. Isso se justifica, pois

> O exemplar arquitetônico é o único, que a partir do reconhecimento de seu valor artístico ou histórico (e sua proteção) perde o seu valor de mercado. Qualquer ação sobre o edifício protegido tem um orçamento mais caro, as adaptações aos novos usos e contextos são mais complexas e, portanto, mais onerosas e as exigências administrativas mais cansativas, tanto para os proprietários como para os profissionais envolvidos. (TINEM, 2011, p. 7).

O processo descrito por Tinem (2011) é ainda mais visível e impactante com relação à arquitetura moderna produzida na segunda metade do século XX, já que,

em termos culturais, ainda não ocorreram processos sociais de separação com tempos históricos suficientemente longos ou atemporais para enraizar a ideia de que essa arquitetura é um patrimônio cultural e como tal merece ser conservada para as futuras gerações (ZANCHETI; HIDAKA, 2009, p. 3 apud PEREIRA, 2011, p. 23).

Tinem (2011), acerca do cenário paraibano, afirma que:

> Na questão de como tratar essa produção que se quer preservar, a Paraíba ainda engatinha. Não existe um estudo específico sobre essas ações, mas há pelo menos duas experiências que podem ser entendidas dessa forma: a transformação da antiga sede da AABB na nova sede do CRM (Guedes, 2005) e a recuperação do Mercado Central (TINEM, 2011, p. 13).

Propõe-se, portanto, a intervenção na Casa Cassiano Ribeiro Coutinho, localizada na Av. Epitácio Pessoa, João Pessoa, Paraíba. A casa (Figuras 1 e 2) é um imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e é considerada um marco do modernismo, tanto para a cidade, quanto para a região Nordeste. Assinado pelo arquiteto carioca Acácio Gil Borsói, com paisagismo de Roberto Burle Marx, o projeto foi construído entre 1955-1958, situado em uma importante localização e configurando-se enquanto espaço de identificação na cidade. Demonstra, por esses motivos, bastante adequação para a inserção do projeto proposto neste trabalho.

Figura 1 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1989)

Fonte: Revista Sim.[1]

[1]Disponível em: <https://www.revistasim.com.br/decoracao/casa-cor-paraiba-confira-lista-de-

Figura 2 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (2018)

Fonte: O Autor, 2021.

A Residência Cassiano Ribeiro Coutinho, tombada em 2009, seria, segundo Gilah Naslavsky (2004, apud PEREIRA, *et al.,* 2011, p. 34), “o último exemplar do seu tipo existente no Nordeste”. Contudo, vem sofrendo deterioração devido às ocupações realizadas com usos específicos ao longo dos anos, como comitês políticos-eleitorais e o evento de design de interiores CASACOR em 2016. Atualmente, a casa está alugada pela UNIMED: espaço vida, e sendo utilizada como espaço de realização dos exames ECO teste antígeno que, mesmo transcorrendo com segurança e no modo drive-thru, ainda se caracteriza como uma ocupação de agressividade baixa que gera preocupação em relação à integridade do valor histórico e simbólico desse bem arquitetônico.

No sentido de estabelecer uma ação articulada de identificação e salvaguarda do patrimônio moderno, com o acolhimento do crescente número de idosos e crianças em vulnerabilidade social, este trabalho se propõe a criar espaços de acordo com as diretrizes projetuais, buscando resgatar laços culturais e sociais, tendo em vista que:

> À luz do pensamento de Brandi, é pacífico o reconhecimento da existência de obras e conjuntos de valor artístico, que devem ser objeto de preservação rígida, assim como a consciência de que já se efetuou uma ruptura irreversível entre o tempo das obras em questão e o tempo de hoje, o que implica em intervenções que devem responder a anseios e sensibilidades. (TINEM, 2011, p. 6).

arquitetos-e-ambientes-definidos/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Devido a relevância histórica do imóvel escolhido para a inserção do programa, este trabalho também irá abordar questões patrimoniais acerca da arquitetura modernista, bem como os cuidados necessários para intervir em bens tombados. Também discorreremos acerca dos enfrentamentos à preservação do patrimônio moderno no estado da Paraíba, com foco na cidade de João Pessoa.

Esta discussão é de importância significativa visto que, apesar de ser detentor de identidade nacional e regional, esse tipo de patrimônio cultural recebe poucos investimentos para a sua preservação, estando constantemente ameaçados pela pressão imobiliária. Isso resulta na constante desfiguração e destruição, como o exemplo da reforma na Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, em 2020 (Figura 3), que destruiu um importante painel de azulejaria. Outro exemplo é a residência Otacílio Campos (Figura 4), demolida em 2006 para a construção de uma galeria comercial. Ambos são projetos de Acácio Gil Borsói, autor da residência em que se propõe a intervenção neste trabalho.

Figura 3 - Reitoria da Universidade Federal da Paraíba

Fonte: ClickPb.[2]

[2]Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/irremediavel-professor-e-arquiteto-critica-destruicao-de-obra-de-gil-borsoi-em-reitoria-da-ufpb-292343.html>. Acesso em: 03 out. 2020.

Figura 4 - Residência Otacílio Campos (1968)

Fonte: Acácio Gil Borsoi, 1968.

Por fim, questiona-se neste trabalho, de forma sucinta, os meios de preservação e a eficácia do estatuto de tombamento, uma vez que

> Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustas, de uso pleno de um direito; o público porque com um enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos. (NElSON, 1986, apud TINEM, 2011, p.7).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como finalidade a criação de anteprojeto de um centro intergeracional. Salientamos, pois, que procuramos seguir os melhores meios para intervir, seguindo orientações de profissionais, decretos e referenciais. As etapas projetuais, as quais possuímos como diretrizes para a intervenção neste tipo de anteprojeto, buscaram respeitar o imóvel, o seu contexto e a sua memória.

Como objetivos específicos, intencionamos: 1. Estudar a configuração de centros intergeracionais de forma a embasar decisões projetuais; 2. Abordar o modernismo na cidade de João Pessoa para melhor compreensão das características de relevância artístico-cultural do imóvel e de como esse processo foi realizado inicialmente; 3. Compreender a problemática das intervenções em bens tombados com foco no modernismo, buscando as posturas de boas práticas;

e 5. Compreender as condicionantes do imóvel de inserção para desenvolvimento de um projeto adequado às necessidades geográficas, históricas e legais.

Metodologicamente, nos debruçamos sobre pesquisas bibliográficas relacionadas ao idoso e às instituições asilares, bem como relativas ao desenvolvimento infantil e ao contexto das creches. Exploramos o conceito intergeracional, além de estudos de documentos projetuais, como o de Melo (2013), em relação à casa Cassiano Ribeiro Coutinho, a fim de entendermos mais profundamente o imóvel aqui abordado.

Devido à pandemia de Covid-19, o pedido ao acesso à casa foi negado pela UNIMED, atual inquilina da residência. Assim, não foi possível estar presencialmente na casa estudada, por isso fomos apenas ao estudo de caso, a Sinhá Bandeira. Nela, os números de visitas foram limitados, quatro ao total, e apenas um para a documentação fotográfica e reconhecimento dos ambientes. Ainda assim, esses contatos foram de grande valia para catalogar informações do atual estado da residência.

Desse modo, o trabalho foi embasado em pesquisas referentes à casa Cassiano Ribeiro Coutinho, como o de Melo (2013). Também buscamos na internet imagens originais do imóvel fichadas em inventários disponibilizadas no livro Inventários de Bens Culturais de João Pessoa, as quais serviram para melhor entendimento da situação da residência.

No anteprojeto, consideramos o paisagismo de Burle Marx e todas as intervenções realizadas ao longo dos anos, além da análise de projetos correlatos, a partir do método de Baker, para embasar decisões projetuais. Isso resultou em um anteprojeto mais fiel ao original, mas, ao mesmo tempo, adaptável ao mundo contemporâneo e às legislações. Vale salientar, ainda, a junção do terreno, como na planta original, assim como o desenho de Burle Marx e a caixa d'agua, partes importantes da arquitetura do imóvel.

Por último, o anteprojeto ainda foi desenvolvido de modo que todas as informações foram sistematizadas, estudadas e acordadas, resultando em conceito, partido, fluxograma, zoneamento, plantas baixas, cortes, fachadas, volumetrias e imagens.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Centros Intergeracionais

“Em decorrência do crescimento da percentagem de idosos na população e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde faz com que muitos idosos só recebam tratamento em estágios terminais”. (MOURA; VERAS, 2017, p. 20). Logo, a OMS divulgou, em 2002, sua proposta de envelhecimento ativo, atenta à manutenção da saúde e com foco na independência dessa população. Segundo Moura e Veras (2017, p. 22), a missão dos centros de convivência é a melhora da saúde e da qualidade de vida dos envolvidos, proporcionando atividades que contribuam para a prevenção de incapacidades e doenças, além de recuperar a autonomia e desenvolver a autoestima dos indivíduos que fazem parte desse grupo etário.

Os centros de convivência têm suas experiências iniciais advinda de países desenvolvidos como a França, na qual o modelo existe desde 1960, época em que a preocupação central desses espaços era a promoção de atividades ocupacionais e lúdicas que podem ser consideradas obsoletas para as compreensões contemporâneas (CACHIONI, 1999, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 22).

Outros exemplos mais atualizados podem ser encontrados em países como Itália, China, Estados Unidos e Espanha (MOLINA, 2011, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 23), aonde os centros oferecem rotinas de atividades de caráter repetitivo, procurando sensibilizar o idoso acerca do autocuidado. Já no Canadá,

> Analisaram experiência dos centros de convivência (Senior's Wellness Centers) a partir de grupos focais com os idosos que frequentam o centro e os profissionais. O serviço de enfermagem, por exemplo, pode lhes ser útil, mesmo que não estejam doentes, abrindo portas para o autocuidado através da informação, resultando em diminuição de visitas aos médicos e diminuição de custos. As prioridades desses centros são: uso apropriado dos serviços de saúde; prevenção de quedas; uso seguro de medicações; cuidados em saúde mental. Nessa experiência, após seis meses foi registrada melhora significativa no estilo de vida, e nas informações sobre temas como medicamentos, quedas, dietas, abuso e o suporte jurídico ao idoso. (HAWRANIK; PANGMAN, 2002, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 23).

Todos esses processos nos centros são acompanhados por profissionais capacitados, que seguem metodologias coerentes, tendo como objetivo estabelecer diagnósticos acerca do impacto dessa pratica, enquanto instrumento coletivo, para

os envolvidos.

> Utilizam-se instrumentos como medida da qualidade de vida, autorrelato em grupos focais, número de dias de cama, frequência e duração dos períodos de vigília e sono, escalas de depressão, número de idas aos hospitais ou consultas médicas, que são indicadores de saúde, e funcionalidade física e mental. (WALLACE, 1998; PARDASANI, 2010; COBERLEY *et al*., 2011; RILL, 2011, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 24).

As crianças, consideradas pelo Estatuto da criança (1999) como pessoas de até 12 anos, necessitam de cuidado especial não só pelo fato de serem consideradas frágeis e dependentes, mas por motivos que envolvem o estágio de vida na qual elas se encontram, necessitando que lhes que sejam garantidas as necessidades humanas básicas, como educação, alimentação, abrigo, e segurança física e emocional.

A necessidade de promover segurança e fortalecimento de laços à criança acontece, segundo Lordelo (2017, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 3) pela busca dos pais por melhores condições de vida que acarreta um afastamento do ambiente familiar. Essa situação fez com que novos espaços fossem criados, como as creches, pré-escola ou reformatórios, para que crianças e jovens tenham suas demandas atendidas. Assegurado pelo Estatuto da Criança (2005), os lugares aptos a receberem esse público devem garantir os suportes básicos, como alimentação, saúde e educação para que haja, de fato, um bom desenvolvimento social.

Gonzales Mena e Eyer (2014, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 4) afirmam que esses centros e creches apresentam-se como uma grande oportunidade de socialização de experiências e aprendizados. Quando somado ao contato com pessoas mais idosas, pode proporcionar trocas benéficas e construção de relações sociais saudáveis.

O ambiente físico proporciona a execução de diferentes atividades, principalmente de interação e socialização. Assim, o contato entre gerações mais novas e mais velhas podem trazer muitos benefícios, visto que “ao receber o idoso para atividades junto as crianças, proporciona a convivência e permite construir laços efetivos entre as gerações”. (MOURA; VERAS, 2017, p. 34). Mas, vale-se ressaltar que as crianças possuem características distintas, Vasconcelos (2011, apud FONSECA, 2019, p. 24) explica que “a fase de identificação da criança acontece a partir dos 04 anos de idade”. É dever, portanto, desses centros oferecer suporte para o desenvolvimento da identidade da criança e sua consequente inserção na comunidade.

A definição internacional de programas intergeracionais adotada em Dortmund (HATTON-YEO & OHSAKO, 2000, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 28) busca responder a muitas dessas preocupações e elaborar orientações, de modo que seja possível realizar trocas de forma intencional e contínua de recursos da qual resultam benefícios sociais e individuais.

Dessa maneira, Carrapatoso (2009, p.28) define quatro tipos de programas intergeracionais: 1. Programas intergeracionais em que os idosos apoiam as crianças e os jovens, como professores, treinadores, amigos ou avós; 2. As crianças apoiam os idosos fazendo companhia em visitas periódicas; 3. Programa em que idosos e crianças trabalham em conjunto em prol da comunidade, desenvolvendo projetos ambientais e de aperfeiçoamento da comunidade; e 4. Programa em que idosos e crianças participam de atividades de educação formal, como práticas recreativas de lazer, esportes, artes, entre outras.

A primeira experiência brasileira de educação para adultos maduros e idosos foi implementada pelo Serviço Social do Comércio (SESC), a partir de grupos de convivência, no decorrer da década de 60. Esses espaços eram, prioritariamente, assistencialistas, e não ofereciam instrumentos para desenvolvimento da autonomia e recuperação desejadas. Diante dessa necessidade, o tema foi colocado em pauta nas universidades 20 anos depois (CACHION, 1999, apud MOURA; VERAS, 2017, p. 24). Hoje, esses poucos grupos de convivência estão ligados à prefeitura do Rio de Janeiro, mas sem propostas integradas ao sistema de saúde.

No Brasil, o censo SUAS (Sistema Único da Assistência Social) realizou, em 2014, uma coleta de dados na qual se levantou a existência de quase 8 mil centros de convivências, contudo não há referência específica sobre atividades intergeracionais. Andreia Aparecida da Costa, *et al.* (2011, p. 5) relata que isso acontece tanto no cenário nacional, como nos países latinos americanos, onde o conceito é recente, e os investimentos são escassos. Em João Pessoa, é indicada a existência de um Centro de Referência Intergeracional, localizado no bairro da Torre, denominado Sinhá Bandeira, local que será discutido com mais profundidade no estudo de caso.

2.2. Conceitos de relações intergeracionais

O termo intergeracional refere-se à convivência e à interação entre pessoas de diferentes gerações, independente das idades. Para Teiga (2012, apud APARECIDA *et al.*, 2008, p. 5), o conceito está ligado às relações sociais e não se restringe aos idosos e às crianças, podendo, portanto, acontecer em qualquer lugar em que convivem pessoas de diferentes gerações. Sobre esse conceito, é correto afirmar que:

> Com relação ao nível comunitário, a interação de gerações contribui para a inclusão de jovens e idosos na sociedade e também ajudam para que governos locais tenham interesse em investir nas necessidades das pessoas. Já em nível macrossocial, as atividades intergeracionais colaboram na construção de sociedades mais incluídas, nas quais valores, diferentes idades, raças e grupos étnicos são respeitados. (MARTÍNEZ, 2011, apud APARECIDA *et al.*, 2008, p. 5)

A Organização das Nações Unidas (ONU) (2003, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 26) tem como princípio que as relações intergeracionais são um meio capaz de criar uma sociedade para todas as idades, e proporcionar a todos os indivíduos a integração e participação comprometida, objetivando a construção de um mundo melhor. O método é enfatizado por Levinton (1991, apud CARRAPATOSO 2009, p. 16) como sendo efetivo na promoção de um impacto na saúde e na qualidade de vida das pessoas envolvidas. Diante disso,

> Estas relações entre pessoas de diferentes gerações necessitam de uma postura flexível diante da vida, oportunidades de diálogo e relacionamentos intergeracionais para adaptarem-se as mudanças e assim poderem viver de forma positiva - o que não significa que devam concordar em tudo: as discordâncias podem e devem existir; o importante é a comunicação, a troca de experiências e disposição para rever posições. (SOMMERHALDER & NOGUEIRA, 2000 apud MARANGONI, 2007, p. 16)

Nesse sentido, os estudos reafirmam a importância dessa conexão geracional como uma maneira eficiente de formar percepções positivas em relação à velhice. Esse meio tende a amenizar preconceitos, aliviar tensões entre as gerações, proporcionar consciência de tempo e memória e, principalmente, compartilhar a diversidade cultural de valores e estilos de vida. (SOMMERHALDER & NOGUEIRA, 2000, apud MARANGONI, 2007, p. 21).

O conceito intergeracional tem despertado interesse em algumas instituições, inclusive, levando à realizações de eventos. A Assembleia Mundial do

Envelhecimento aconteceu em Madrid, no ano de 2002, e propôs aos países, comunidades e organizações a promoverem iniciativas intergeracionais a fim de reforçarem relações solidárias entre gerações. (CARRAPATOSO, 2009, p. 26).

Segundo a ONU (2003), esta prática visa construir uma sociedade benéfica para todos, na qual os indivíduos tenham a oportunidade de se desenvolver ao longo da vida e construir relações com pessoas de várias gerações. Objetiva-se que o idoso tenha autonomia e participação ativa no desenvolvimento da comunidade. “Estas relações intergeracionais deverão ser estrategicamente promovidas como fim a solidariedade e equidade entre gerações”. (ONU, 2003, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 27).

2.3. O rompimento entre as gerações

Carrapatoso (2009, p. 25) afirma que existe uma tendência ‘ruptura intergeracional’ fora do contexto familiar. Esse fator gera conflitos desencadeados pelo desconhecimento, estranheza e dificuldades de comunicação, que se refletem em segregação socioespacial. Essa ruptura, somada ao fato de que há sempre mais de uma geração em uma única família ou grupo social, cria um ciclo no qual

> A coexistência numa mesma época de diferentes valores e padrões sociais faz com que se realizam fluxos recíprocos de socialização das diferentes gerações, e que podem ser mais ou menos tensos, na medida em que diferentes gerações tenham perspectivas, expectativas ou representações mais ou menos distintas sobre a sociedade (PAIS, 1998, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 25)

Carrapatoso (2009, p. 26) reconhece, ainda, que o rompimento destas relações acontece devido a coexistência de três gerações na família, na qual cada uma atribui significados e sentidos de acordo com as suas experiências e representações de sociedade distintas, sustentada pelo fato de “os avós experimentarem mudanças consideráveis em seu curso de vida, não só porque passaram a ocupar lugares diferentes na família, mas também porque modificam suas formas de pensar, agir e se relacionar com outras gerações” (MARANGONI, 2007, p. 15).

Além disso “os estereótipos que os representam como frágeis, incompetentes, deprimidos e passivos fazem com que os idosos se tornem simples figurinistas em vários cenários na sociedade, fato que lhes nega qualquer responsabilidade”

(HERNANDEZ & GONZALES, 2008, apud CARRAPATOSO, 2007, p. 20), “compreendendo que numa sociedade que valoriza a juventude, a vitalidade e a aparência física, os idosos tendem a tornarem-se invisibilizados” (GIDDENS, 2004, apud CARRAPATOSO, 2007, p. 20).

Essa problemática está diretamente relacionada com a falta de conhecimento e a frágil relação entre os indivíduos, que acabam expressando-se por meio de representações sociais de velhice que não são coerentes e compatíveis com experiência do envelhecimento (QUARESMA, 2004, apud CARRAPATOSO, 2007, p. 20). Logo, essa discriminação fundamentada na idade tem repercussões em diferentes domínios, no qual “o funcionamento do mercado de trabalho é um dos domínios que mais contribui para acentuar a exclusão das pessoas idosas” (CARRAPATOSO, 2009, p. 9).

Pensamentos capacitastes em relação aos idosos são considerados equivocados, visto que eles são plenamente capazes de se manter ativos e autônomos (GOORDMAN, *et al.*, apud OLIVEIRA, 2011, p. 1). Oliveira (2011, p. 2) declara que esse contexto deve-se as mudanças estruturais das famílias, considerando o aumento de divórcios e participação dinâmica dos avós na estrutura familiar.

> Ao longo da história as famílias mudaram. Na contemporaneidade, não se pode falar em um modelo familiar único, devido a flagrante heterogeneidade das configurações familiares encontradas no cenário social. Novos modelos familiares se apresentam motivados pelas transformações intensas que perpassam as relações de gênero, as atitudes e valores humanos. A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a intensa circulação de informação e inovações tecnológicas e o aumento da expectativa de vida, as separações e novos casamentos modificam a organização afetiva e social dos contextos familiares. (MARANGONI, 2007, p. 15)

No caso da cidade de João Pessoa, segundo o Perfil Demográfico (2014), ainda 41,06% de idosos ainda são dependentes. Contudo, pensar na família brasileira contemporânea implica compreender não há um só modelo de estrutura familiar, mas diversos, com sistemas simbólicos e padrões comportamentais múltiplos. (BIASOLI-ALVES, 1997, apud MARANGONI, 2007, p. 15). Com isso, segundo Giddens (1999, apud CARRAPATOSO, 2009), deveríamos “repensar o que a velhice representa e a forma como as transformações da sociedade em geral afetam as posições dos idosos e a relação dos mais novos com essa população”.

Sabemos que, em certa medida, é utópico sustentar a ideia de que as práticas

intergeracionais podem resolver todos os problemas da sociedade, que constantemente criam conflito, exclusão e desigualdade entre gerações (PINTO, 2008, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 27). No entanto, segundo Flora (2006, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 16), oferecer interações frequentes de grande qualidade entre os idosos e outras faixas etárias, ajuda a combater o *ageism*, na qual Williams e Nussbaum (2001, apud CARRAPATOSO, 2009, p. 16) descrevem como um processo de discriminação etária que envolve atitudes negativas em relação aos idosos, assim como manifestação de separação etária.

> Os jovens podem retificar a imagem distorcida que tem dos idosos, modificar relacionamento com avós e avôs, agir de forma mais realistas e menos sonhadora, desenvolver a solidariedade e a cooperatividade, lidar melhor com regras e limites, compreender a importância dos idosos se voltarem para o passado, pois esta é a sustentação para mudanças futuras. Por outro lado, os idosos se sentiram uteis, menos solitários, aumentarão a autoestima (...) poderão lidar com um outro tipo de autoridade, descobrirão muito do seu potencial e estabelecerão uma relação de mais confiança com os mais jovens. (SILVEIRA, 2002, apud MARANGONI, p. 22).

2.4. Arquitetura intergeracional

A arquitetura não pode ser considerada uma coisa, ou apenas uma arte ou profissão. Isso porque, ela deve estar sempre relacionada à melhoria das condições humanas, sociais e políticas. Quando bem praticada, se torna sinônimo de longevidade, transcendendo para a sociedade, de modo a permitir o seu desenvolvimento de forma adequada.

Diante disso, e do que foi acordado anteriormente, é de fundamental importância que se pensem espaços com o objetivo de abrigar atividades de cunho intergeracional com qualidade, tendo em vista que a boa arquitetura tem papel indispensável no sucesso desse tipo de empreendimento. Assim,

> Os edifícios devem ser dotados de acessibilidade, conforto e integração dos espaços internos e externos, a fim de trazer maior qualidade de vida. Com relação às necessidades informativas, os ambientes devem possuir cores, texturas, formas e sinalizações diferentes, de forma a destacar os espaços para melhor ajudar na localização e orientação do residente. Já as necessidades sociais estão relacionadas à localização do edifício e suas características, que devem ser pensadas e adequadas para promover privacidade e ao mesmo tempo sociabilidade aos usuários. (APARECIDA, *et al.,* 2017, p. 3)

Contudo, as políticas públicas são escassas e o plantel de arquitetos é pequeno considerando as demandas dos problemas da arquitetura urbana. Isso faz com que

os poucos exemplos dessa arquitetura não sejam, frequentemente, voltados para os projetos com conceito intergeracional.

Sendo assim, devido a essa carência somada à importância dessa pratica para propiciar um ambiente intergeracional, Vanderbeck e Worth (2015, apud APARECIDA *et al.*, 2017, p. 5), indica que esses espaços devem estar estrategicamente ilocalizados, principalmente com infraestruturas no entorno, a fim de proporcionar espaços de atividades, lazer e conforto, e encorajar a presença e a interação dos indivíduos. Os autores ainda acrescentam que os espaços intergeracionais devem abranger o planejamento da cidade, implantando espaços públicos para todas as gerações. Todavia, os projetos de ambientes urbanos muitas vezes desencorajam o envelhecimento ativo, colocando os idosos em risco de isolamento e solidão (BUFFEL, *et al.*, apud SILVA *et al*., 2018, p. 101), a partir uma arquitetura hostil ocasionada pela falta de políticas voltadas para esse público.

Diante disso, a agenda do envelhecimento enfatiza e defende que o ambiente preferido para que os indivíduos envelheçam é uma comunidade onde eles podem permanecer ativos, engajados socialmente, conectados e independentes (WILES *et al.*, apud SILVA *et al.*, 2018, p. 99). Para isso, a arquitetura precisa ser acessível e fazer com que o ambiente e os indivíduos estejam em conexão. Nesse sentido, e seu ambiente em conexão com os indivíduos. Nesse sentido,

> Inúmeros modelos teóricos são desenvolvidos com o objetivo de explicar como o comportamento do idoso é afetado pelas características do ambiente construído, onde se destacam o modelo ecológico e o modelo de congruência. Os dois modelos compartilham a premissa de que o espaço urbano tem o dever de atenuar as dificuldades apresentadas pelos idosos e, com isso, possibilitar que tenham vidas independentes e satisfatórias. (SATIRO; TOMASINI, 2004, apud SILVA *et a.l.*, 2018, p. 104).

A arquitetura tem que agir para que o ambiente não se torne prejudicial a ponto de retirar a autonomia dos indivíduos (TOMASINI, 2004, SILVA, *et al*, 2018, p.104), tendo em mente que

> o ambiente proativo estimula que a capacidade de locomoção seja utilizada pelos idosos para suas práticas diárias. Juntas, as propostas sugerem que o ambiente de vivência deve favorecer a manutenção da rede de relações do idoso com a vizinhança e que este processo contínuo deve resultar em experiências satisfatórias. (SATIRO; TOMASINI, 2014; apud SILVA, *et al.*, 2018, p.104).

Essas experiências são reforçadas pelas características arquitetônicas com

relação à funcionalidade que, quando construídas de maneira adequada, atendem às necessidades e contribuem para a preservação de uma vida mais saudável. (LEITE, 2010, apud APARECIDA, *et al.,* 2017, p. 3). De forma a evidenciar ainda mais a importância dos espaços destinados aos idosos, Perracini (apud APARECIDA, *et al.*, 2017, p. 3) aponta para preocupação em adequar os espaços desses ambientes ao design universal, no qual a funcionalidade é considerada mais importante do que a forma estética.

Para Barnes (apud APARECIDA, *et al.*, 2017, p. 3), os projetos para lares devem apresentar objetivos a fim de exercer influência direta na qualidade de vida e nos cuidados com os usuários, proporcionando ambientes acolhedores para a promoção da autonomia, independência e privacidade. Nesse sentido, a OMS, através da publicação do Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, demonstra sua preocupação na construção de cidades que apresentem esses aspectos, ao relatar que:

> A utilização de espaços exteriores é afetada pela sensação de acessibilidade e segurança, considerando a facilidade de se chegar aos espaços sem auxílio e visualização de obstáculos. Destacou também a importância da compleição de elementos de interesse, em especial a existência de vegetação, animais e pessoas. Também foi incluída a necessidade de manutenção de condições físicas que proporcionem sensação de conforto, nomeadamente sombreamento, circulação de ar e existência de locais adequados para sentar. Lugares que transmitam sensação de limpeza, organização e cuidado foram considerados como de interesse dos usuários. A presença de alguma estrutura adequada a realização de atividades de interesse dos usuários também foi evidenciada, bem como a privacidade, considerando a necessidade de permanecer afastado no uso desses espaços, em certas condições. (TOMASINI, 2008, *apud* SILVA, *et al*, 2018, p.107).

De acordo com o Estatuto do Idoso (2003), Art. 37, parágrafo 3, as instituições são obrigadas a manter padrões de moradias compatíveis com as necessidades dos idosos, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas para garantir acessibilidade, bem como proporcionar alimentação e higienização. Apontado no artigo 10 na implementação da Política Nacional do Idoso, as habitações devem incluir melhores condições de habitabilidade e adaptação de moradias para dar assistência ao usuário. Devem levar em consideração o estado físico da edificação e a independência do morador quanto à locomoção.

Em relação às crianças, Campos e Rosemberg (1995 apud APARECIDA *et al.*, 2008, p. 2) abordam os direitos assegurados a elas no que concerne à projeção

das instituições. Estas devem ser projetadas a fim de proporcionarem brincadeiras e atividades para promoção da integração social, com espaços que possibilitem o contato com a natureza, e atendam às questões fisiológicas, como saúde, alimentação e higiene. Além disso, devem propiciar a atenção individualizada, visto que cada ser humano possui as suas próprias necessidades.

Por último, o conceito de habitabilidade é fundamental e deve ser inserido no contexto das instituições. De acordo com Lucini (2003, apud APARECIDA, *et al.*, 2008, p. 3), o espaço com habitabilidade é aquele com possibilidades de adaptação, no qual o usuário tem a possibilidade de adaptar o espaço às suas necessidades sem agredir a arquitetura. Dessa forma, “as edificações, quando dotadas de habitabilidade, adequando-se no quesito funcionalidade e integração com o meio externo, proporcionam qualidade de vida e dignidade, promovendo assim autonomia, independência e interação social aos residentes. ” (APARECIDA, *et al*., 2008, p. 3).

2.5. Perfil demográfico

João Pessoa é a terceira capital mais antiga do Brasil, completando, em 2021, 436. Entretanto, o seu desenvolvimento foi tardio, onde, apenas em 1913, como acordado por Pereira (2011, p. 25) que processo de desenvolvimento foi iniciado. Houve, então, o plano de saneamento básico, assim como a construção do Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecido como Lagoa, e a construção da Avenida Epitácio Pessoa, na qual foi possível alcançar a modernização da cidade e a sua prosperidade, como podemos identificar na Tabela 01. Hoje, estima-se uma população de 723.515 mil pessoas, com estimativa de 817.551 mil para o ano de 2021, tornando-se a oitava cidade mais popular do Nordeste.

Tabela 1 - População total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização – João Pessoa – PB

População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - João Pessoa - PB

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	497.600	100,00	597.934	100,00	723.515	100,00
Homens	230.131	46,25	279.124	46,68	337.783	46,69
Mulheres	267.469	53,75	318.810	53,32	385.732	53,31
Urbana	497.600	100,00	597.934	100,00	720.785	99,62
Rural	0	0,00	0	0,00	2.730	0,38
Taxa de Urbanização	-	100,00	-	100,00	-	99,62

Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021

Assim como outras cidades, João Pessoa, seguindo o desenvolvimento da saúde, da tecnologia e afins, vem se tornado, além de um excelente lugar para tirar férias, uma cidade para viver com qualidade. Isso se reflete não só no seu crescimento populacional, mas também no aumento de sua longevidade, pois, segundo o índice de envelhecimento, houve uma evolução de 5,56% para 6,96% entre 2000 e 2010. Já entre 1991 e 2010, houve um aumento de 20.442 de idosos, sendo computado 50.338 com 65 anos ou mais, como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Estrutura Etária da População – João Pessoa - PB

Estrutura Etária da População - João Pessoa - PB

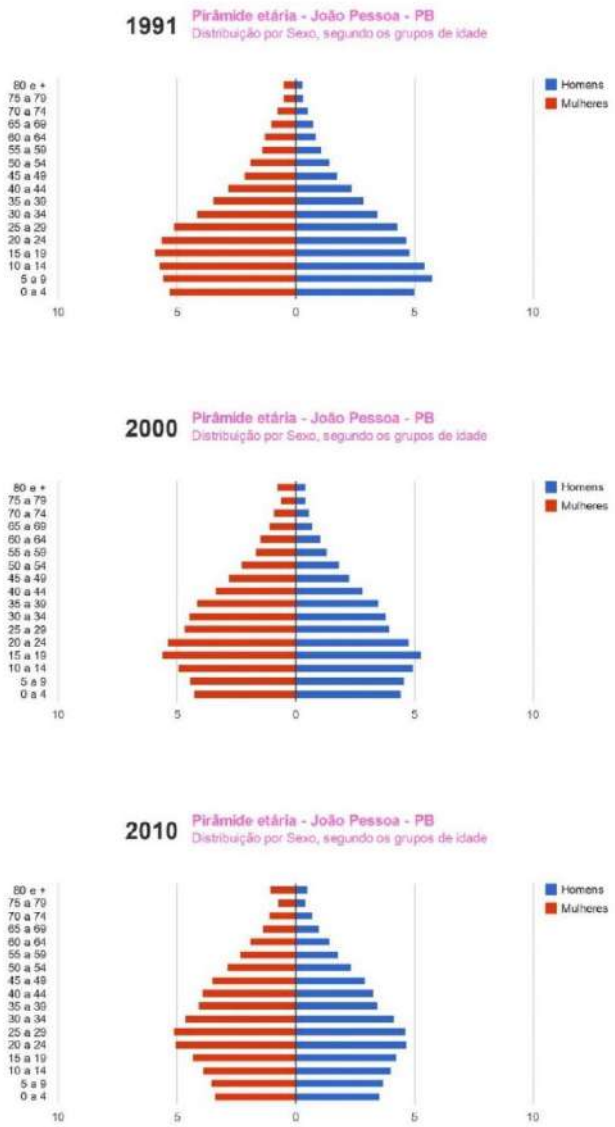
Estrutura Etária	População (1991)	%do Total (1991)	População (2000)	%do Total (2000)	População (2010)	%do Total (2010)
Menos de 15 anos	166.262	33,41	166.213	27,80	160.782	22,22
15 a 64 anos	307.442	61,78	398.450	66,64	512.395	70,82
65 anos ou mais	23.896	4,80	33.271	5,56	50.338	6,96
Razão de dependência	61,85	0,01	49,87	0,01	41,06	0,01
Índice de envelhecimento	-	4,80	-	5,56	-	6,96

Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

A pirâmide etária, apresentada no gráfico 01, reforça o crescimento do índice de longevidade. Com relação à expectativa de vida ao nascer, o Departamento de Informatica do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASAUS) informa que, no estado da Paraíba, no ano 2000, era de 67,1 anos e, em 2010, passou para 71,2 anos para ambos os sexos, um aumento de 4,1 anos nesse indicador. Contudo, se contarmos a partir de 1991, a expectativa de vida aumentou 10,3 anos.

Com relação às crianças e adolescentes de até 15 anos, houve uma diminuição da porcentagem, tornando a pirâmide, de certo modo, mais equilibrada, constituindo, hoje, 22% da população, como podemos verificar na Tabela 02. Esse cenário sobrevém de alguns fatores, como a diminuição do número de filhos por casal somado ao aumento da longevidade da população. Esse crescimento tende a continuar, visto que a OMS prevê que o número de pessoas idosas no Brasil crescerá acima da média mundial, sendo, em 2050, 30% da sua população.

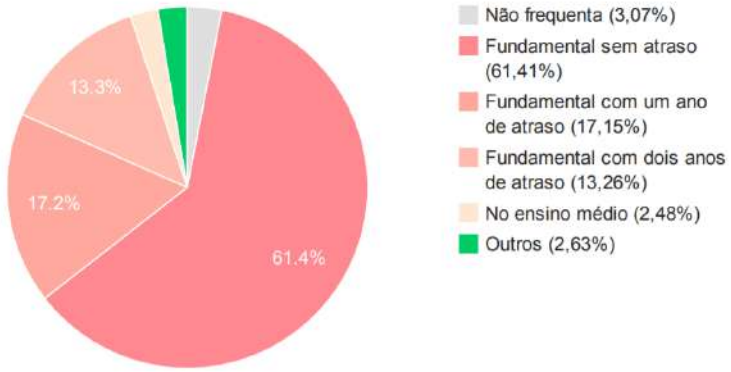
Gráfico 1 - Pirâmide etária – João Pessoa – PB



Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

Sobre o suporte oferecido às crianças, pode-se observar no Gráfico 02 que 3,07% na faixa etária entre 06 e 14 anos não frequenta a escola e 2,63% não são computados, alertando para uma carência existente na oferta educacional. Aponta também para uma estrutura inadequada de manutenção e preservação desse grupo social, visto que, se consideramos a faixa etária entre 04 a 14 anos, temos uma porcentagem de 18,54% em condições de vulnerabilidade social.

Gráfico 2 - Frequência escolar de 6 a 14 anos – João Pessoa – PB - 2010



Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

3. INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO MODERNO

3.1. Arquitetura moderna em João Pessoa

A cidade de João Pessoa, fundada em 1585, se manteve até meados dos anos 50 e 60 com suas atividades concentradas na região central, próximo ao Parque Sólon de Lucena. Essa ocupação é típica do modo de organização colonial lusitana, visto que se assentava entre a cidade baixa e a cidade alta. No entanto, em meados do século XX, a capital passou por investimentos e seguiu uma tendência nacional que, de acordo com Hugo Segawa (apud SANTOS, 2014, p. 28), “é provável que nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto também. (...) Parte do legado da arquitetura dos anos 50/60 encontrou caminhos de viabilização nos anos do milagre (...)”.

Nesse período, aproveitando esse aumento nos investimentos mobiliários e novas terras, vários arquitetos se instalaram na capital vindos de Pernambuco, mais precisamente do Recife, visto que a capital paraibana ainda não oferecia o curso de Arquitetura e Urbanismo ou um grande quadro de profissionais residentes. Com a chegada desses arquitetos iniciou-se um processo de desenvolvimento de mudanças na produção arquitetônica paraibana, que durou até anos 1970 (SANTOS, 2014, p. 65). Segundo Pereira (apud SANTOS, 2014, p. 37) esses profissionais, mesmo possuindo formações semelhantes, quase todos na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), expandiram suas práticas de arquitetura de formas diversas, como enfatiza Araújo (apud SANTOS, 2014, p. 37), identificando processos de construções e teóricos distintos, que contribuiu para o crescimento de uma

arquitetura moderna com experiências e estilo mais nacionais.

> Esses arquitetos formados uma década após a “segunda geração” de arquitetos paraibanos, passaram a contribuir com o processo de modernização e atualização da cultura arquitetônica pessoense, além de redefinirem o quadro da arquitetura local. Como em João Pessoa (nem na Paraíba) ainda não havia uma escola de arquitetura, os estudantes tinham que realizar os estudos em escolas mais antigas do Nordeste, como por exemplo, em Pernambuco ou no Ceará, que já possuíam seus cursos autônomos. (SANTOS, 2014, p. 57).

Ainda de acordo com Santos (2014, p. 65), esse cenário demonstra que, em João Pessoa, a arquitetura moderna derivou de diversas oportunidades de trabalho tanto para os arquitetos atuantes na cidade, como para o de outras regiões, principalmente advindos do estado de Pernambuco, com formações nas primeiras turmas de identidade modernistas, como Mario Russo, Acácio Gil Borsói e Delfim Amorim. “Sendo assim, essa nova geração de arquitetos egressos de Recife e radicados em João Pessoa teve sua produção ajustada com a arquitetura moderna brasileira, à margem da ideia de escolas e vertentes. ” (SANTOS, 2014, p. 75).

Diante dessa produção arquitetônica, a modernização das residências estava diretamente ligada à ocupação dos novos bairros e “o setor habitacional tinha um peso significativo na transformação da paisagem” (PEREIRA, 2008, apud SANTOS, 2014, p.49). Boa parte dessas casas estava localizada na Av. Epitácio Pessoa e na região leste da cidade, pois a política habitacional trouxe dinamismo para essas áreas, atraindo novos moradores ao oferecer, sobretudo, uma boa infraestrutura. Um exemplo disso é a Residência Otacílio Campos (Figura 04). Nesse sentido,

> a publicidade impulsionava a ocupação da, até então, desértica orla marítima de João Pessoa, onde eram oferecidos aos potenciais compradores dos imóveis serviços modernos que geralmente não existiam: energia elétrica, transporte coletivo, boa vizinhança, água encanada, linha telefônica, valorização certa dos terrenos e um “estilo novo” adotado nas edificações. (COSTA & TINEM, 2006, apud SANTOS, 2014, p. 50).

Nesse mesmo período, segundo Santos (2014, p. 54), seguindo a modernização da cidade e procurando oferecer suporte a esse novo público que migrava para além da lagoa, algumas construções privadas foram erguidas. Dentre elas, destacam-se a nova sede do clube social Esporte Clube Cabo Branco, projetada por Acácio Gil Borsói – 1955 (Figura 05), localizado no bairro de Miramar, e o Hotel Tambaú, pensado por Sergio Bernardes, em 1968 (Figura 06). Ambas as

estruturas arquitetônicas indicavam um novo modelo de sociabilidade da elite da capital e uma forma de alavancar o turismo na cidade.

Figura 5 - Esporte Clube Cabo Branco

Fonte: Rádio Rural FM.[3]

Figura 6 - Hotel Tambaú

Fonte: Sergio Bernardes, 2011[4]

[3]Disponível em: <http://fmrural.com.br/2019/12/12/esporte-clube-cabo-branco-comemora-104-anos-em-joao-pessoa/>. Acesso em: 13 fev. 2021.
[4]Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-16031/classicos-da-arquitetura-tropical-hotel-tambau-sergio-bernardes/16031_16202>. Acesso em: 13 fev. 2021.

O terminal Rodoviário de João Pessoa, projetado pelo arquiteto Glauco Campelo, em 1973, também ganhou destaque na época pela imprensa local. As manchetes de jornais anunciavam o terminal como um dos mais modernos do Nordeste. “Era um projeto muito aguardado pela população já que a capital, dentre as demais capitais do país, era a única que ainda não tinha modernizado as instalações de sua estação rodoviária, segundo os jornais locais” (SANTOS, 2014, p. 86). No entanto, obras desse porte foram pontuais, devido aos problemas econômicos enfrentados tanto pela capital, quanto pelo país.

Santos (2014, p. 210) indica que a capital começou a desenvolver ares de modernidade a partir da arquitetura projetada em sua paisagem urbana pelas mãos de arquitetos locais e oriundos de outras regiões, que trouxeram diversas referências da arquitetura brasileira e internacional. Entretanto, essa renovação não foi acompanhada pela imprensa local, mas podia ser percebida no dia a dia, pois, segundo a mesma autora, a caracterização se dava por:

> Uma produção heterogênea e diversificada de residências em João Pessoa, entre 1970 e 1985, graças aos novos profissionais atuantes, que dentro de suas produções individuais, trouxeram diversas referências e, sobretudo, ampliaram a variedade de técnicas construtivas, englobando desde o uso extensivo do concreto aparente à aplicação de novos materiais como o tijolo e o aço. (SANTOS, 2014, p. 235).

É valido ressaltar que a arquitetura moderna erguida em João Pessoa foi projetada, inicialmente, com o intuito de valorizar os elementos estruturais do concreto e de materiais aparentes, enfatizando também os elementos construtivos e de controle térmico (SANTOS, 2014, p. 236). Podemos salientar ainda que:

> As residências se voltaram essencialmente para o exterior, seja por uma orientação climática mais favorável, seja pelas qualidades paisagísticas do lugar. Mesmo àquelas de orientação desfavorável, obrigando o edifício a se fechar para o interior, tiveram seus pátios abertos e voltados igualmente para o exterior. Varandas, terraços, pérgulas, janelas altas, painéis de cobogós, vitrais coloridos, etc. foram utilizados extensivamente no controle térmico e lumínico de seus interiores. Certa consciência face ao entorno, ao lugar, se mostraram mais presentes. (SANTOS, 2014, p. 236).

Esse novo modelo, somado aos investimentos em setores privados, como a disposição de lotes mais generosos, representou uma grande transformação na linguagem da paisagem e arquitetura urbana do local. Esse estilo arquitetônico não

só expressava os novos tempos, como também evidenciava o progresso tecnológico, a partir das novas funções e usos de materiais e espaços, além dos sistemas estruturais que, segundo Fracalossi (apud PEREIRA, *et al.*, 2011, p.27), “solidificam-se num todo interdependente, no qual é impossível falar de um sem se lembrar dos demais”. Contudo,

> em nível internacional, apesar do interesse pelo patrimônio moderno ter crescido nos últimos anos, a situação em termos de proteção não é muito diferente, a desproporção entre os bens modernos protegidos e os dos demais períodos é evidente: dos 878 bens protegidos como Patrimônio Mundial, apenas vinte e oito referem-se aos séculos XIX e XX, desses, apenas quatro são obras modernas latino-americanas: Brasília, a Cidade Universitária de Caracas (Venezuela), a casa e estúdio de Luis Barragán (México) e a Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México. (CABRAL, 2009, p. 13 apud PEREIRA, *et al.,* 2011, p. 32).

A cidade de João Pessoa é um grande exemplo disso, pois, apesar de passar por esse novo processo de modernização, seu crescimento ocorreu de forma gradual e desordenada, sem acompanhamento de plano urbanístico. Segundo Coutinho (apud SANTOS, 2014, p. 55), “desde as intenções de Saturnino de Brito e de Nestor de Figueiredo – nos anos 1910 e 1930, respectivamente – não se fazia um trabalho de planejamento urbano consequente em João Pessoa”. Diante disso, a sua arquitetura moderna está escassa e tem, atualmente, o último exemplar desse modelo da região Nordeste (NASLAVSKY, 2004, apud PEREIRA, *et al.,* 2011, p. 34), sendo a construção estudada neste trabalho, tombada em 2009.

3.2. Posturas de intervenção

A discussão acerca da conservação da arquitetura moderna é relativamente recente. Os debates sobre o reconhecimento do patrimônio moderno começaram a aparecer sistematicamente no âmbito internacional a partir do final da década de 80, com a fundação, em 1988, na Holanda, da organização não governamental *Docomomo1* (International committee for documentation and conservation of buildings, sites and neighborhoods of the modern movement), que se constitui enquanto principal fórum de discussão sobre o tema. Porém,

> No caso do patrimônio moderno, as ações de intervenção têm se mostrado distantes das cartas e teorias, uma vez que essa manifestação é tratada, muitas vezes, de forma diferente das demais edificações históricas. A pratica corrente tende a afastar os conceitos amplamente discutidos, voltando-se as ações de repristinações e reconstruções, com argumentos

> de que esta manifestação se distingue das arquiteturas antigas, e desta forma, inviabiliza a aplicação das teorias de restauro. Percebe-se que as ações se voltam à preservação da imagem do bem, diluindo-se a preocupação com o testemunho histórico e com a conservação da sua matéria. Esse privilegio dado os aspectos figurativos dos bens, que geralmente são idealizados, acaba por resultar em posturas repristinatórias. (PADUA, 2013, p. 61).

Motivados pela vulnerabilidade do patrimônio arquitetônico moderno, instituições como UNESCO, ICCROM e ICOMOS deram início às primeiras medidas para conservação desses imóveis. Segundo Cabral (2009, apud PEREIRA, 2011, p. 22) essas iniciativas ocorreram em 1994, ano em que aconteceu também um encontro de especialistas, que deixou claramente pontuada uma série de desproporções na lista de Patrimônio Mundiais (World Heritage List).

São muitos os argumentos utilizados para justificar a invalidez das teorias de restauro em obras do século XX, como, por exemplo, a suposta efemeridade dessa arquitetura, que “legitimaria o abandono ao respeito pela autenticidade do material, criando um conceito aleatório que Salvo (2007, apud PADUA, 2011, p. 61) chama de "autenticidade da imagem", segundo o qual a intervenção leva a recondução do objeto à sua imagem original” (PADUA, 2011, p. 61).

> Tal argumento apoia-se ainda na grande quantidade de imagens e na existência dos projetos originais, que poderiam justificar o refazimento do objeto tal como foi concebido. Porém, em ações como essas são totalmente desconsiderados os processos históricos pelos quais o objeto passou, e que constituem um dos elementos essenciais para configuração da obra de arte. (PADUA, 2011, p. 61)

Outro fator considerável discutido por Padua (2011, p. 61) é que “em caso de presença do autor da obra ou de pessoas ligadas à sua construção que, motivadas efetivamente pelo objeto, podem acabar alterando características já consolidadas desses edifícios”. Tais fatores não são suficientes para justificar grandes intervenções. Ademais, é necessário levar em consideração que:

> Em que pese a legitimidade de ouvir o arquiteto sobre a sua própria obra, sobretudo para ser um registro relevante com fins historiográficos sobre as transformações por que passa a opinião de um autor sobre sua própria obra, deve-se lembrar que de modo algum esse pode ser um argumento para a preservação, pois o que deve ser ponderado é o significado e a importância daquele edifico para a história da sociedade. (KÜHL, 2008, apud PADUA, 2011, p. 62).

Nesse sentido, existem outros motivos que podem explicar a não pertinência

das cartas de restauros em bens modernos, é o caso da:

> Característica serial dos elementos utilizados nos edifícios modernos, que são (mal) interpretados como falta de originalidade, e à questão da reprodutibilidade do produto industrial, entendido como perda da condição de raridade e unicidade. Visto que a existência da possibilidade de reprodução desses elementos justifica a substituição completa dos materiais, havendo uma completa ignorância em relação ao processo histórico pela qual a matéria passa e que também deve ser preservado. (PADUA, 2011, p. 63).

Ainda segundo Padua (2011, p. 27), existe outro condicionante, a proximidade atemporal dos edifícios modernos que, muitas vezes, dificulta uma análise crítica do objeto. Isto porque, não se leva em consideração apenas as intervenções que visam o retorno da imagem original, sempre idealizadas, mas também as destruições, muitas vezes produzidas por motivações políticas e ideológicas.

Contudo, no Brasil, procedeu-se o tombamento de bens recém-construídos, cujos autores ainda estavam vivos e atuantes. Essa postura foi possível porque a legislação patrimonial brasileira não determinava nenhuma distância temporal entre a execução da obra e seu reconhecimento como monumento histórico. Esse contexto difere de alguns países europeus, como no caso da legislação francesa (CHOAY, 2001, apud PEREIRA, 2011, p. 23), que permite apenas a proteção de obras com tempo de execução superior ou igual a cinquenta anos (DE PAOLI, 2010; PEREIRA, 2011, p. 23).

Pessoa (2006, apud PEREIRA, p. 24) afirma que, no Brasil, isso aconteceu, principalmente, devido ao processo de luta dos arquitetos modernistas que, em 1947, garantiram a preservação da tutela legal de uma obra moderna, a Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha (Figura 07), com a inscrição no livro de tombamentos das belas artes do IPHAN. Guiado por Lucio Costa que, no seu parecer, inventou a figura de tombamento preventivo, essa forma de preservação se consolidou como um ganho significativo para a sociedade. É válido ressaltar que a obra foi construída apenas quatro anos antes das implementações legais.

Figura 7 - Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha

Fonte: Bruno do Val, 2012[5]

Mesmo diante do exposto, é de comum acordo que as intervenções sejam realizadas por profissionais, com conceitos consolidados, e comprometimento não só com a arquitetura, como também com a identidade, a história e a memória, afinal, “a preservação do patrimônio cultural consiste em um trabalho complexo e sério, que deve considerar a importância dessa preservação para a memória da sociedade, como desenvolvimento da identidade desse povo” (PADUA, 2011, p. 65). Essa deve ser o objetivo da sociedade, ainda que os meios para a preservação não sejam compatíveis com o mundo contemporâneo, visto que

> Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustas, de uso pleno de um direito; o público porque com um enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos. (NELSON, 1986, apud TINEM, 2011, p.7)

No entanto, não são raros os tipos de intervenções bem-sucedidas. Padua (2011, p. 62) destaca o Pavilhão Alemão para a Exposição de Barcelona, em 1929,

[5]Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-83469/classicos-da-arquitetura-igreja-da-pampulha-slash-oscar-niemeyer?ad_medium=gallery>. Acesso em: 14 mar. 2021.

de Mies van der Rohe, reconstruído de acordo com o projeto arquitetônico e inaugurado em seu local de origem em 1986. Hoje, o patrimônio atua como Fundação Mies van der Rohe, criada em1983 pela Prefeitura de Barcelona.

Outro exemplo de sucesso é a casa Robie House (Figura 08), 1908 – 1909, projetada por Frank Lloyd Wright, um dos maiores nomes da arquitetura moderna. A construção foi alvo de intervenção por parte da Fundação Frank Lloyd Whight Preservation Trust no fim da década de 1990.

Figura 8 - Robie House

Fonte**:** Frank Lloyd Wright [6]

Nesse cenário, as informações sobre a casa foram obtidas a partir de um estudo realizado por Padua (2011). Assim, os trabalhos de intervenção tiveram início após um detalhado processo de pesquisa sobre o edifício, a partir da análise de documentos históricos, fotografias e levantamento das condições de conservação da casa. O paisagismo também foi estudado com o intuito de se chegar o mais próximo possível dos elementos do projeto original.

A colaboração de profissionais do campo do restauro e de estudiosos de Wright, foi de fundamental importância. Direcionados pela norma e diretrizes da National Park Service, levaram cerca cinco anos para o início da intervenção. De acordo com a organização responsável, a sistematização do conteúdo é um dos pontos mais importante para alcançar o objetivo de preservar o edifício para gerações futuras. Dessa forma, a intervenção deve estabilizar o edifício, reparar o dano causado durante toda a sua vida útil e devolver a sua aparência original.

[6]Disponível em: <https://franklloydwright.org/site/robie-house/>. Acesso em: 29 nov. 2020

3.4. Intervenção na Paraíba

Já no cenário nacional, a pratica de intervenções em bens tombados com foco no modernismo inspira um grande debate, afinal, o Brasil é um país pioneiro na preservação desse estilo arquitetônico. Porém, os desafios são imensos, isso porque existe o conflito que, por um lado, visa a permanência da identidade, e, por outro, deseja que a construção se torne compatível com modelos contemporâneos.

Entretanto, mesmo em um curto espaço de tempo, já podemos encontrar alguns exemplos de intervenções em obras modernas no Brasil. Muitas delas, infelizmente, são indevidas, e acabam acarretando a desconfiguração do imóvel e, consequentemente, da sua historia. Além disso, há o fato de que muito dessas obras se tornaram obsoletas devido ao modo que a sua preservação vinha sendo praticada, na qual apenas as obras monumentais recebiam status de patrimônio.

O Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM) instituiu, em 2008, através do GT (Grupo de Trabalho), o acautelamento da arquitetura moderna, formado por diferentes profissionais ao redor do país, com o objetivo de identificar e salvaguardar esse estilo arquitetonico por meios de levantamentos, inventários e fichas de interesses.

O precesso desenvolvido por meio do GT acorda a importância de compreender as especificidades do imóvel antes de iniciar a intervenção, a partir da coleta de dados do volume, do conceito e partido. Isso é importante pois, em geral, os pontos principais para a intervenção constam no projeto original, e quando o espaço de tempo é menor, ainda pode-se contar com os autores vivos, contribuindo para possíveis orientações no seguimento do projeto.

No entanto, precisamos considerar que grande parte das intervenções não garante a reprodução fiel do original. Segundo Pádua (2011, p. 62), o que se mantem é o empoderamento dos valores dessas obras, pois os materiais muitas vezes são baseados em hipóteses, visto que os desenhos e imagens não são documentos que definem plenamente aquilo que foi executado. Esses motivos nos fazem repensar as práticas de preservação existentes hoje, pois, como citado anteriormente, não tem agradado a ninguém.

> A experiência das agências de proteção arquitetônica mostra os custos altos das restaurações, a dificuldade de fiscalizar os bens tombados, a ausência de mecanismos de conservação de bens que merecem alguma forma de proteção, paralelamente a ausência de uma linha de financiamento para estes fins. (TINEM, 2010, p. 6).

Também necessitamos compreender que esse estilo arquitetônico já se consolidou como grande marco na história da arquitetura nacional. Assim, a distância entre o tempo das obras e a contemporaneidade não pode mais ser considerada um empecilho para a sua preservação, mas sim um motivo para isto, implicando anseios e sensibilidades contemporâneas. Dessa maneira,

> Não acreditamos que a conservação da arquitetura moderna deva ser diferente da conservação de obras de um passado mais distante, nem que devamos criar toda uma nova teoria da conservação para lidar com ela. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que sua conservação apresenta novos desafios que merecem uma reflexão mais cuidadosa. (MOREIRA, 2011, apud BRAGA, *et al.*, 2018, p. 6).

Um exemplo para tal questionamento é a então reforma do Palácio da Alvorada, que objetiva trocar os azulejos originais em estado integrado, de desenho de Athos Bulcão, por outros não especificados. Essa problemática gera um agravante não só pela troca dos materias integrados e exclusivos, mas pelas declarações tanto do IPHAN, ao afirmar que não houve problema algum na reforma, quanto da equipe do arquiteto do projeto, Oscar Niemayer, ao comunicar que as peças ganharam outro lugar de destaque. Já o autor dos azulejos demonstra revolta e indignação (TINEM, 2010, p.8). Essas três reações, todas advindas de defensores do patrimônio nacional, demonstram que a situação é complexa, pois não se trata só do distanciamento atemporal, mas revela a dificuldade de se chegar a um consenso referente ao assunto mesmo quando não há problemas financeiros ou conceituais. Afinal,

> Se uma obra da magnitude do Palácio da Alvorada gera problemas, que dizer das obras consideradas de “valor menor”? Essas obras que de alguma forma merecem ser protegidas na sua integridade, mas que não necessariamente precisam ser ‘tombadas’ em nenhum nível, só necessitam da intervenção de uma boa arquitetura e propostas a altura da original. (TINEM, 2010, p. 8).

Também é valido destacar outra intervenção, a transformação da antiga sede da Associação Atletica Banco do Brasil (AABB) na nova sede do Conselho Regional de Medicina (CRM), apresentada na Figura 09. De acordo com Tinem (2010, p. 19), houve muitos empecilhos referentes aos seus registros, mas o arquiteto resolveu manter os espaços resistentes ao tempo e a descaracterização feita pelos antigos dono. Ele adaptou a construção aos novos usos, renovando os espaços modernos

no fim foram suficientes para suprir as necessidades atuais.

Figura 9 - Sede da AABB e CRM

Fonte: Gilberto Guedes, 2002

4. REFERENCIAL PROJETUAL

Os estudos aqui expostos foram realizados de forma virtual, ou seja, indiretos, com o intuito de fornecer informações que contribuam para o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico. Para o entendimento acerca do conceito de centro intergeracional, coletamos e comparamos exemplos positivos e negativos, tanto

tecnicamente, como teoricamente.

Dois projetos e um estudo de caso foram analisados. O primeiro foi a Creche e Residência da Terceira Idade a/LTA (Figura 10), localizada em Nantes, na França. O segundo foi o Edifício intergeracional Plaza de América (Figura 19), em Elicante, na Espanha. Ambos são fora do Brasil, mas com características similares as que se pretendem desenvolver no projeto. Já o estudo de caso foi realizado em um projeto local, o Centro de Referência Intergeracional Sinhá Bandeira, no bairro da Torre, no município de João Pessoa.

O estudo de caso foi baseado no método de Geoffrey H. Baker, no qual analisamos: *genius loci*, acessos, identidade, iconologia, significado de uso, plástica, estrutura e materiais, para buscar os fundamentos projetuais que integram o edifício analisado.

4.1. Creche e Residência da Terceira Idade / a/LTA

O projeto Creche + Residência da Terceira Idade / a/LTA (Figura 10) é do escritório a/LTA para Norte Dame de Lourdes, localizado em Rennes, em Paris, na França. Essa edificação, de tipologia institucional e datada de 2012, tem cinco mil metros quadrados, e a sua função é a de abrigar idosos e crianças no mesmo espaço com total transparência e acolhimento, garantindo a intergeracionalidade.

Figura 10 - Creche + Residência da Terceira Idade

Fonte: Stéphan Chalmeau, 2012.[7]

[7]Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-168455/creche-plus-residencia-da-terceira-

A Creche + Residência da Terceira Idade (Figura 10) ou EHPAD (Etablissement d'hébergement Pour Personnes Agées Dépendantes), ou em tradução livre, Casa de Repouso para Idosos Dependentes, está localizada no centro de Nantes da França, ao longo da Rua Saint Helier (Figura 11), na qual se encaixa no sentido de contexto urbano de preceitos funcionais e conexões.

Figura 11 - Rua Cure Notre Drama

Fonte: Arch Daily[8]

O projeto foi pensado para que o edifício não destoasse dos prédios no seu entorno, como pode ser observado na figura 11. Outra preocupação foi a de criar um vínculo terapêutico entre os pacientes e os espaços exteriores.

A construção possui certa particularidade devido à sua profundidade e transparência. O uso da cor nos espaços interiores (Figura 13) foi uma forma importante de destacar e diferenciar os espaços, propondo ludicidade e acolhimento. Com o objetivo de estabelecer uma identidade única, o edifício parte do ponto de um visual contínuo em que há uma relação entre o exterior e o interior por meio dos materiais. Percebemos também uma estética minimalista, que faz alusão aos espaços hospitalares (Figura 12).

idadeslash-a-slash-lta>. Acesso em: 04 out. 2020

[8]Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-168455/creche-plus-residencia-da-terceira-idade-slash-a-slash-lta/52b91b98e8e44e071d0000ba-seniors-residence-nursery-a-lta-satelital-image> Acesso em: 04 out. 2020

Figura 12 - Espaço interno – Creche + Residência da terceira idade

Fonte: S. Chalmeau[9]

A Rua Cure Notre Drame (Figura 11) dá acesso principal ao edifício e possibilita, assim, o acesso de todos. Essa entrada só não é utilizada pelos funcionários e idosos porque é necessário facilitar a circulação desses grupos no interior do projeto. As cores fortes, como o verde e o vermelho, destacam os espaços (Figura 13) e são pensadas de acordo com o público-alvo. Já a circulação vertical (Figura 14) é distribuída para compor a estrutura do prédio e atender às dimensões mínimas de acesso em relação à horizontalidade do prédio.

[9]Disponível em: <http://www.a-lta.fr/portfolio/ehpad-creche_rennes/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Figura 13 - Espaço interno dos idosos - Creche + Residência da terceira idade

Fonte: S. Chalmeau[10]

Figura 14 - Circulação vertical da Creche + Residência da terceira idade

Fonte: Arch Daily[11]

Os seus espaços são compostos por um lar de idosos, uma creche, um restaurante, e uma clínica distribuída em cinco pavimentos (Figura 15). Cada espaço

[10]Disponível em: <http://www.a-lta.fr/portfolio/ehpad-creche_rennes/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

[11]Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-168455/creche-plus-residencia-da-terceira-idade-slash-a-slash-lta> Acesso em: 02 nov. 2020

tem atividades direcionadas para um público-alvo com diferentes idades. Alguns promovem a interação entre crianças e idosos. Como existem dois subsolos para estacionamento, não foi possível ter total acesso às plantas. Assim, pelas que conseguimos analisar, o acesso ao edifício foi diagnosticado da seguinte forma:

- O térreo, pela facilidade de acesso, abriga os quartos para idosos, assim como áreas de serviço e setores administrativos.
- O primeiro pavimento é destinado à interação entre idosos e crianças.
- O segundo pavimento é exclusivo para o descanso dos idosos e para serviços.
- O último pavimento acolhe as crianças, além de abrigar espaço para serviços de administração a fim de controlar a creche e suas atividades.

Figura 15 - Organização interna da Creche + Residência da terceira idade

Fonte: O Autor, 2020.

Os espaços para as crianças são amplos e flexíveis (Figura 16), com o layout adequado para proporcionar a autonomia desejada para o seu desenvolvimento.

Figura 16 - Espaço das crianças – Creche + Residência da Terceira idade

Fonte: S. Chalmeau[12]

A proposta plástica é transmitir a leveza da edificação com relação ao seu entorno, mantendo o mesmo gabarito e ritmo dos demais edifícios, como pode se observar na figura 10. Entretanto, na Figura 17, é possível identificar que os materiais escolhidos promovem um diferencial à edificação. As subtrações na volumetria não tornam a fachada homogênea, diferente das demais, porém cria espaços de permanências. A liberdade volumétrica, devido à pouca presença de imóveis vizinhos, destaca ainda mais a sua fachada principal.

[12]Disponível em: <http://www.a-lta.fr/portfolio/ehpad-creche_rennes/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Figura 17 - Fachada Norte – Creche + Residência da terceira idade

Fonte: S. Chalmeau[13]

O complexo segue a composição volumétrica através de pilares e vigas metálicas, assim como de vedações de concreto e chapas metálicas. As suas três caixas de escadas também fazem parte do sistema estrutural. Em relação aos materiais, foi utilizado o uso de vidros, castilhos pretos e o metal (Figura 18), que conferiram profundidade e transparência à fachada, destacando-a entre os prédios vizinhos. Já nos espaços interiores, o uso de vidro, madeira, PVC e chapa metálica tornou o ambiente mais dinâmico. A fachada sul do edifício possui parede com cortina dupla que permite o uso de vegetação, além de auxiliar na redução da entrada de luz, como podemos ver na figura 18.

[13]Disponível em: <http://www.a-lta.fr/portfolio/ehpad-creche_rennes/>. Acesso: 16 mar. 2021.

Figura 18 - Fachada da Creche + Residência da terceira idade

Fonte: S. Chalmeau[14]

4.2. Edifício intergeracional Plaza de América

Projetado pela Oficina Técnica Del Patronato Municipal de La Vivienda de Alicante e Carmen Perez Molpeceres, o Edifício intergeracional Plaza de América é uma iniciativa do programa social da Câmara Municipal de Habitação de Alicante (PMVA). Localizado em Alicante, na Espanha, o projeto é datado de 2009, sendo o primeiro tipo de construção que atende a 72 lares. O edifício (Figura 19) é utilizado como habitação, centro de saúde e união de crianças, jovens e idosos.

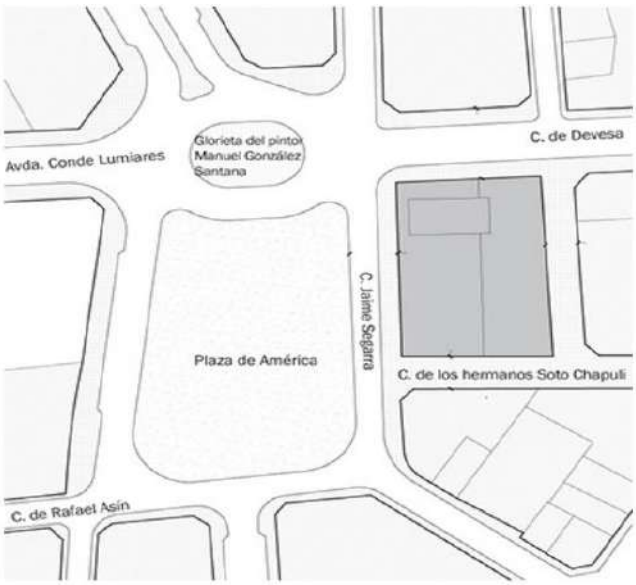
[14]Disponível em: <http://www.a-lta.fr/portfolio/ehpad-creche_rennes/>. Acesso em: 02 out. 2020.

Figura 19 - Edifício intergeracional Plaza de América

Fonte: Prêmios Arquitectura[15]

O lote está localizado em uma área urbana bem desenvolvida (Figura 20), que oferece diversas possibilidades de intervenção e interação dentro de seus limites. A edificação contribui ativamente para a requalificação da área, pois facilita o enraizamento no contexto urbano, além de proporcionar desenvolvimento e qualidade de vida.

Figura 20 - Localização do Edifício internacional Plaza de América



Fonte: MYOUNG, Liyeh (2019)

[15]Disponível em: <https://www.premiosdearquitectura.es/pt/premios/30-premios-avs-2010/trabalhos-apresentados/528-72-habitacao-intergeracional-centro-de-saude-e-centro-de-dia-na-plaza-of-america-alicante>. Acesso em: 02 nov. 2020.

O conceito “casa” foi o ponto de partida para o desenvolvimento do programa, no qual o quarto representa a casa, o corredor, a rua, e a sala equivale à praça onde acontecem os encontros.

O edifício é pensado a partir do conceito de integração, ou seja, facilitar os encontros entre os residentes para além do ambiente urbano. Os moradores são estimulados a desenvolver autonomia, buscando melhorar ativamente a qualidade do espaço por meio da interação que se baseia em "viver e envelhecer com dignidade em casa”. Esse princípio é acompanhado por objetivos que visam a coesão social, a consciência da identidade e a força da tradição. Dessa forma, por meio de conexões o ambiente pode representar mais do que uma comunidade, e a arquitetura mais do que um projeto.

No sentido arquitetônico, os objetivos são voltados para soluções inovadoras no que concerne ao projeto de uma construção social. Os espaços foram projetados para viabilizar encontros entre as pessoas, de forma que são funcionalmente ligados entre si. Os habitantes podem desfrutar de um programa dividido em quatro pavimentos que ocupam 1.551m² do prédio e contam com academia, solário, piscina geriátrica, lavanderia, sala de informática, horta, entre outros. Durante o dia, os serviços do centro, como refeitório e salão de beleza, são oferecidos aos inquilinos, que vivem de forma totalmente autônoma.

A habitação conta com 18 unidades de 40m². Cada uma possui, por andar, um quarto com cozinha, banheiro, sala e quarto, totalizando 72 apartamentos. Além disso, cada ambiente dispõe de portas de correr, que permite uma adaptação ao ambiente ao gosto do usuário. Os quartos são separados de modo que 56 são para maiores de 65 anos e 16 destinados aos jovens. Na cobertura, idosos e jovens cuidam de dois espaços ajardinados. Dentro do prédio, também podemos encontrar oficinas, espaços de leitura e de informática.

O imóvel tem uma dinâmica que consiste em 3 prismas (Figura 21), sendo um deles mais comprido e horizontal, e dois, ao lado, menos densos e com uma adição de um cubo entre eles. Já no espaço interno, são encontradas formas retangulares, que setorizam os usos e a circulação.

Figura 21 - Fachada do Edifício internacional Plaza de América

Fonte: Prêmios Arquitectura[16]

Podemos perceber a caracterização de uma estrutura mista, que é metálica para o ganho de vãos maiores e a facilidade de modificações dos usos, e de concreto com o intuito de tornar o prédio mais robusto e harmônico. Na figura 22, encontramos uma variação de vedações, criadas para proporcionar leveza e conforto aos ambientes.

[16]Disponível em: <https://www.premiosdearquitectura.es/pt/premios/30-premios-avs-2010/trabalhos-apresentados/528-72-habitacao-intergeracional-centro-de-saude-e-centro-de-dia-na-plaza-of-america-alicante> Acesso em: 02 nov. 2020.

Figura 22 - Vedações do Edifício Internacional Plaza de America

Fonte: Prêmios Arquitectura[17]

Os materiais, como pode ser percebido na figura 23, seguem os mesmos formatos, mas são de natureza distinta. Os painéis móveis tornam os ambientes suscetíveis à modificações. Os outros materiais utilizados são: madeira, metal, concreto vidro e PVC.

Figura 23 - Materiais fachada Plaza de América Alicante.

Fonte: Prêmios Arquitectura[18]

[17]Disponível em: <https://www.premiosdearquitectura.es/pt/premios/30-premios-avs-2010/trabalhos-apresentados/528-72-habitacao-intergeracional-centro-de-saude-e-centro-de-dia-na-plaza-of-america-alicante> Acesso em: 02 nov. 2020.
[18]Disponível em: <https://www.premiosdearquitectura.es/pt/premios/30-premios-avs-2010/trabalhos-apresentados/528-72-habitacao-intergeracional-centro-de-saude-e-centro-de-dia-na-plaza-of-america-alicante> Acesso em: 15 mar. 2021.

Tabela 3 - Quadro resumo de correlatos

PROJETO	Creche + Residência da Terceira Idade	Edifício Intergeracional Plaza de América
ARQUITETO	a/LTA	Oficina técnica del Patronato Municipal de La Vivienda de Alicante e Carmen Perez Molpeceres
IMAGEM		
GENIUS LOCI	INSTITUCIONAL	INSTITUCIONAL
IDENTIDADE	ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA	ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA
ICONOLOGIA	AMBIENTE LÚDICO E ACOLHEDOR	AMBIENTE DINAMICO E ACOLHEDOR
SIGNIFICAÇÃO DE USO	ESPAÇO AMPLO E DE USO MISTO	ESPAÇOS INTEGRADOS E DE USO MISTO
PLÁSTICA	RETANGULAR	RETANGULAR
ESTRUTURA	METALICA	CONCRETO E MATALICA
MATERIAIS	METAL E VIDRO	METAL, VIDRO, MADEIRA E CONCRETO

Fonte: O Autor, 2021.

4.3. Estudo de caso

De acordo com a Prefeitura de João Pessoa, o Centro de Referência Intergeracional Sinhá Bandeira (CREI), que consta na figura 24, tem como objetivo o encontro de gerações em prol da promoção da cidadania. O seu quadro de atividades, ainda segundo a prefeitura, é bem vasto, e vão desde o lazer até atividades culturais.

Figura 24 - Centro de Referência Intergeracional Sinhá

Fonte: O Autor, 2021.

O imóvel é localizado no bairro da Torre, na cidade de João Pessoa, mais precisamente na rua Capitão João Freire (Figura 25). Em conversa informal com a atual coordenora do centro, Carla Daniela revelou que o espaço é para todos, porém a procura maior é entre o público da terceira idade. A coordenação também afirma que alterações já estão sendo realizadas, como a implementação de novos serviços, para que outras gerações possam se interessar pelas atividades oferecidas pelo centro.

Figura 25 - Localização do CREI

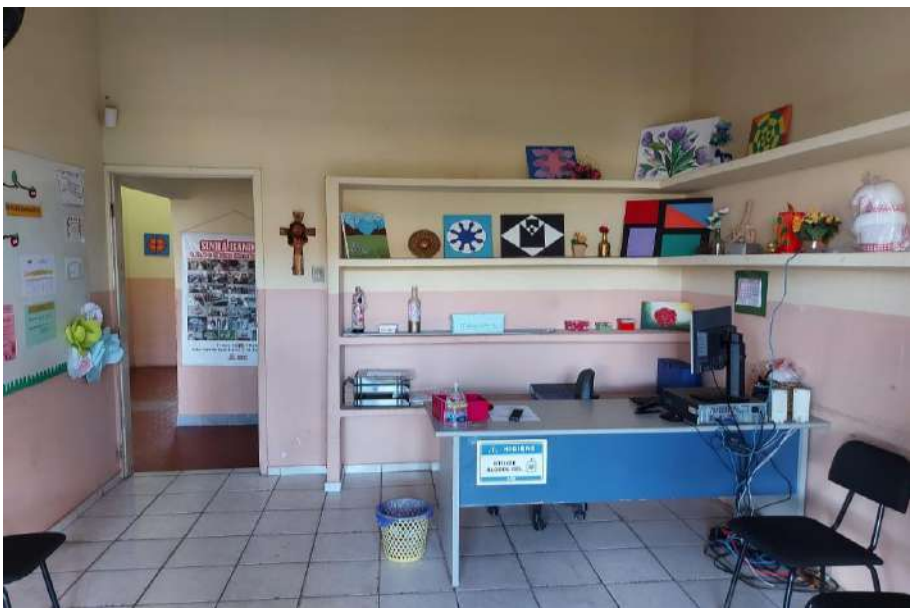
Fonte: Google earth, 2021

Por causa da pandemia o imóvel foi pouco frequentado, sendo utilizado pela

prefeitura apenas para a confecção de máscaras de proteção contra a COVID-19 e o cadastro do programa Bolsa Família. Outras informações não foram possíveis de ser coletadas, pois não foram encontrados arquivos referente às perguntas realizadas. Essa problemática também se extende para o acesso às plantas baixas.

A coordenadora salientou que o espaço, hoje, se comporta como um perfil mais profissionalizante, de capacitação. Assim, o público que procura os seus serviços e realizam as atividades e cursos oferecidos, recebem certificados de conclusão. Por visitas in loco, foi possível diagnosticar alguns espaços como: recepção (Figura 26), lounge, cozinha (Figura 27), sala de pintura (Figura 28), sala de TV (Figura 29), sala de costura (Figura 30), sala de inclusão e biblioteca (Figura 31), almoxarifado, dois wc de funcionários e quatro para o uso comum, coordenação, sala de dança (Figura 32), sala de informática (Figura 33), salão de cabeleleiro (Figura 34), um espaço de lazer e garagem.

Figura 26 - Recepção CREI



Fonte: O Autor, 2021.

Figura 27 - Cozinha CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 28 - Sala de Pintura CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 29 - Sala de TV CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 30 - Sala de Costura CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 31 - Biblioteca CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 32 - Sala de Dança CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 33 - Sala de Informática CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 34 - Sala de Curso de Cabeleleiro CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Sobre a arquitetura, o centro ocupa uma antiga residência, que também já foi uma escola denominada Padre Hildon Bandeira. Pelos períodos de usos com fins diferenciados, o prédio se encontra hoje se encontra com algumas rachaduras (Figura 35). Além disso, considerando o seu público-alvo, é um ambiente sem

acessibilidade, possuindo apenas degraus para acesso na maioria dos ambientes (Figura 35).

Figura 35 - Rachaduras no CREI

Fonte: O Autor, 2021.

Contudo, a área de vegetação é vasta (Figura 36) e possui um clima muito agradável tanto por proporcionar o contato com a natureza, como pelas aberturas de suas esquadrias que fazem o ventro circular com mais facilidade.

Figura 36 - Área Verde do CREI

Fonte: O Autor, 2021

5. LEITURA DO LUGAR

5.1. Caracterização da área

A área se encontra na Av. Epitácio Pessoa, no bairro da Torre (Figura 37 e 41). Fundada no começo do século XX, a avenida se tornou a mais importante da capital “por estar quase equidistante do Centro e do mar, este bairro tem um papel importante no crescimento da cidade, representando um encurtamento não apenas físico, mas também simbólico entre a praia e o centro”, como aponta Trajano (2006, apud AFONSO, 2019, p. 4). Além disso, a avenida forma um cruzamento com a Av. Julia Freire, também importante para a dinâmica da cidade.

> Mais do que contribuir para o crescimento do tecido urbano, consequentemente a via cooperou para uma redefinição do contexto socioeconômico da cidade: ao longo dela foram criados novos bairros, loteamentos e edificações isoladas onde se inseriram classes sociais de alto poder aquisitivo que antes se aglomeravam nas áreas centrais. Este paulatino percurso de transição das elites que caminhavam do centro rumo ao mar, fez com que o trajeto se tornasse uma espécie de "vitrine" das melhores de formas de morar em João Pessoa em cada época de sua ocupação. (AFONSO, 2019, p. 4).

Figura 37 - Mapa de leitura do lugar

Fonte: O Autor, 2021.

Todo esse cenário favoreceu a instalação da nova arquitetura, a moderna, trazida por arquitetos oriundos de outras regiões, como Clodoaldo Gouveia e Mario Di Lascio, sendo "difundida e popularizada entre todos os estratos da sociedade e vinculada, principalmente, aos programas residenciais" (TINEM e COTRIM, 2016, apud AFONSO, 2019, p. 4).

Atualmente a localização da área (figura 37) está caracterizada, principalmente pelo grande fluxo de trânsito e uma faixa com grandes estabelecimentos, como os supermercados Bom Preço e Extra, além da Faculdade Mauricio de Nassau.

Pelo mapa, podemos diagnosticar a ocupação da maioria da região por estabelecimentos comerciais, que revela o quão grandes foram as mudanças pelas quais a área até se tornar mais comercial do que residencial. Além disso, é possível observar que em toda a sua extensão existe uma carência de espaços de permanência, como praças ou estabelecimentos voltados para o lazer.

Vale salientar que a avenida possui além de imóveis preservados voltados para o comércio, alguns completamente abandonados (Figura 37). A área, que já foi considerada o epicentro da arquitetura moderna na capital, agora conta com apenas com uma construção, estudada neste trabalho.

A desconfiguração e demolição das residências virou uma prática rotineira. Um exemplo disso é a antiga Residência Diocelio Nascimento (Figura 38), projeto de Mario Di Lascio, de 1963, a qual passou por uma reforma para se tornar um empresarial (Figura 39). Todo seu estilo arquitetônico foi alterado, ocasionando a perda da sua identidade.

Figura 38 - Residência Diocelio Nascimento (2017)

Fonte: Google Maps, 2021

Figura 39 - Empresarial na antiga Residência Diocelio Nascimento (2021)

Fonte: O Autor, 2021.

Mesmo com intervenções, a avenida mantém sua importância histórica, assim como se consolida como uma grandiosa malha viária. Estruturas como essa (figura 39) coexistem com edifícios que conservam os conceitos abordados neste trabalho, como o Lar da Providência, a Clínica Especializada em Desenvolvimento Infantil (Pro Kids), o Centro Intergeracional Sinhá Bandeira, e o Hospital Memorial São Francisco.

5.2. A casa

Figura 40 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (2021)

Fonte: O Autor, 2021.

Projetada por Acácio Gil Borsói no ano de 1956 e concluída em 1958, a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho foi construída para um usineiro e sua família (esposa e seis filhos) pela empresa de engenharia Figueiras e Jucá, hoje inativa. A casa localiza-se na Avenida Epitácio Pessoa (Figura 41), a mais importante da capital paraibana, e possui uma característica muito particular, pois, segundo Naslavsky (apud PEREIRA, 2011, p. 34), é a última residência de arquitetura modernista em João Pessoa. Ela conta com paisagismo de Roberto Burle Marx e um lote de 7.474m² com 3.890m² de área construída.

Figura 41 - Planta de localização da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho

Fonte: O Autor, 2021

O projeto dialoga com diversos pontos propostos pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier para ser considerada uma arquitetura moderna, como a fachada livre, a planta livre, as janelas em fitas, pilotis e integração arquitetura-natureza, que dá espaço para a área social e o jardim, além de contar com ampla área de lazer com piscina.

Entretanto, Melo (2013, p. 56) explica que, quase duas décadas e meia depois de construída, a família vendeu o imóvel. Depois, um novo proprietário residiu durante nove anos e, depois desse período, passou a alugá-la para usos diversos, geralmente comerciais, que tiveram impactos questionáveis, afinal foi quando se iniciou um rápido processo de desfiguração da residência.

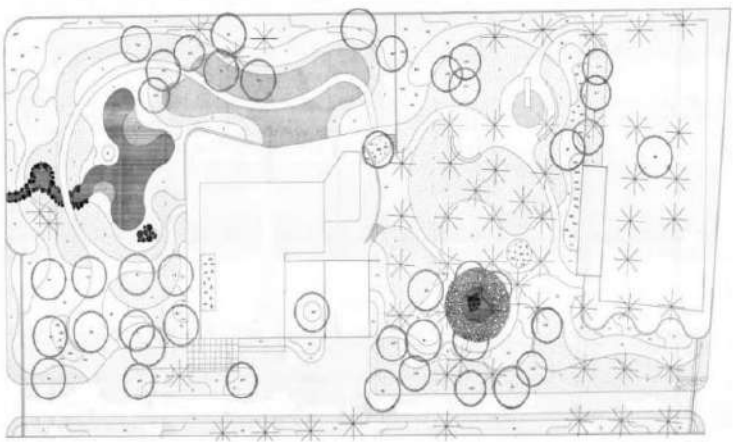
Nesse cenário de descaso, em 2008 a casa foi tombada, “se tratando do primeiro tombamento de uma casa moderna isolada, ou seja, fora do centro histórico da cidade”. (MELO, 2013, p. 62). Com isso, teoricamente, a preservação do imóvel se tornou obrigatória, com seus usos e alterações sendo monitoradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

> Na Ficha de Inventário, a “Casa Cassiano Ribeiro Coutinho” foi classificada como um bem de “conservação parcial” (...) isto garante a sua perfeita adaptação às mais diversas funções contemporâneas, além de permitir que, ao longo das intervenções futuras, os danos sejam plenamente revertidos, conforme projetos previamente aprovados no IPHAEP. (OLIVEIRA, 2013, p. 37).

Mesmo diante desse comprometimento, a casa continuou passando por aluguéis que causaram danos e intervenções, como, por exemplo, a ocupação da CASA COR no ano de 2016, e o Espaço Viva da UNIMED, que faz uso do espaço atualmente.

Com esses usos distintos se tornou difícil encontrar registros originais, por isso, a análise foi realizada a partir de arquivos encontrados na internet, mais precisamente no 3D WareHouse do SketchUp que serviram de base para parte do material gráfico utilizado neste trabalho. Além disso, nos baseamos no trabalho de dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) de Melo (2013) para melhor compreensão da casa e fichas de inventários (Anexo 3). Entretanto, não foi possível ter acesso ao projeto paisagístico de Burle Marx, portanto, tentamos reproduzi-lo a partir das plantas disponíveis no trabalho de Melo (2013), como pode ser observado na figura 42. Já para realizar o estudo da casa, utilizamos o método de Geoffrey H. Baker, considerando projeto original e atual, de acordo com a ficha de inventário datada de 2018.

Figura 42 - Paisagismo Burle Marx Residência Cassiano Ribeiro Coutinho



Fonte: Marieta Tavares Melo, 2013

O projeto inicial foi elaborado em evidência com a epóca, na qual o movimento modernista se espalhava pela cidade. Assim, foi construída em uma área de grande significância histórica pra o estilo arquitetônico, visto que na avenida está localizada em uma área de grande concentração de imóveis com esse tipo de arquitetura. Logo, a residência representava um novo movimento artístico, além de revelar a nova elite na capital.

> Em meados do século XX, este trajeto desempenhava um papel importante na modernização e direcionamento da expansão urbana de João Pessoa, representando a única ligação efetiva entre o Centro Tradicional e o litoral, espaço que progressivamente foi sendo valorizado e ocupado por famílias de maior poder aquisitivo. Por sua vez, tal processo de crescimento e transformação urbana, nos anos 1950, coincide com a difusão da arquitetura moderna na cidade – sendo expressiva sua incorporação ao programa doméstico e sua manifestação em localidades de expansão e de ocupação recente, como era o caso da avenida. (AFONSO, 2019, p. 3).

Vale salientar que, apesar de a casa possuir um estilo arquitetônico que estava sendo implementado em grande escala, ela se destacava das demais. (MELO, 2013, p. 62). Devido a abertura da Avenida esses novos bairros permitiram que as residências possuíssem lotes mais generosos (Figura 41), possibilitando a construção de jardins esbeltos, como o da casa de estudo, que conta com o paisagismo de Burle Marx (Figura 42). Pereira (apud AFONSO, 2019, p. 4) afirma que o trajeto da avenida possuía vários atrativos, isso porque a disponibilidade de recursos financeiros dos novos moradores permitia maior liberdade na implementação das casas, conduzindo-as à soluções mais complexas.

Figura 43 - Jardim de Burle Marx

Fonte: ArqPB[19]

[19]Disponível em: <http://arqpb.blogspot.com/2007/05/accio-gil-borsoi.html>. Acesso em: 03 abr. 2021.

Sua identidade é caracterizada pela elegância e simplicidade, permitida pelo arranjo estrutural, assim como pela sua volumetria leve e limpa, que possui uma forma de prisma retangular e características da arquitetura moderna. Os materiais utilizados, totalmente aparentes, sem máscaras, permitem uma composição espacial interna com uma fluidez através do usos de cobogós, brises, azuletos, e o concreto aparente.

Os panos de vidros na fachada proporcionavam uma unidade entre os espaços interiores e exteriores do edifício, tornando tudo um único objeto e proporcionando uma sensação de flutuação e leveza. Além disso, suas ligações e aberturas permitiram que a identidade do arquiteto fosse evidenciada, sobretudo pela transparência, muito frequente em seus projetos. As adaptações climáticas, permitidas pelos quatro níveis diferentes da casa, criaram ventilações cruzadas, controle da tempetura e entrada do sol pelas esquadrias e brises.

O imóvel conta com a frente voltada paras as Avenidas Epitácio Pessoa e Julia Freire que, consequentemente, se tornaram os dois principais acessos à casa. A Av. Epitácio, o seu principal acesso, dá suporte à entrada de pedestres e de automóveis, já a Av. Julia Freire, acesso secundário, possibilita o acesso de pedestres e a entrada de carros (Figura 44).

> As entradas destinadas a pedestre e veiculos estão posicionadas na lateral direita do lote que possui testada de 58m. Um pequeno recuo de 3.70m de profundidade identifica e estabelece um dialogo com o espaço publico, ao mesmo tempo que resguarda, convida os futuros visitantes. (MELO, 2013, p. 64).

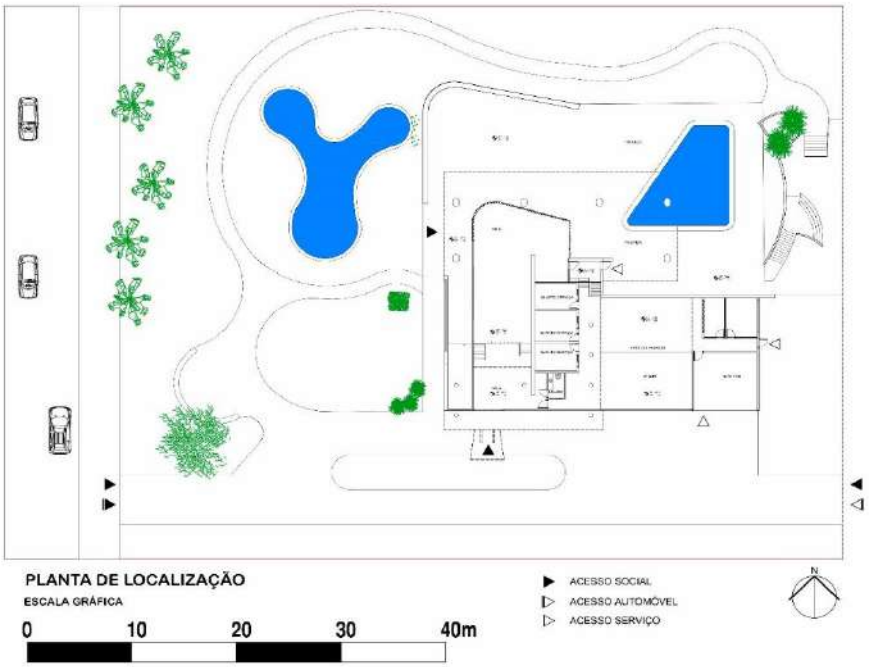
O acesso principal (Figura 45) permite uma visão bastante ampla da residência, isso por causa do muro baixo e de um gradil, que hoje se encontra desfigurado, mas que acompanha a altura do muro e facilita a visualização. Sendo assim, o acesso direto à casa pelo pedestre (Figura 46) é realizado através de rampas que acompanham os desníveis do terreno. Já os automóveis seguem tanto a entrada principal (Figura 47), quanto a secundária (Figura 51), localizada no ponto demarcado pela marquise.

Além dos acessos principais ao imóvel, existem os acessos de serviços que, segundo Melo (2013, p. 65) são divididos para quem estaciona o carro na garagem (Figura 48). O segundo com acesso pela fachada sul (Figura 49) e o ultimo pela área de lazer (Figura 50).

Os acessos internos são viabilizados tanto por escadas, quanto por rampas feitas por diferentes níveis “unida a partir de um núcleo central articulador (setor de serviço) que permitia fluxos alternativos e preservava a intimidade dos moradores”. (MELO, 2013, p. 69).

Esses fluxos internos faziam com que a edificação preservasse a intimidade dos moradores, pois, quando realizados por escadas, permitiam que todo o fluxo secundário fosse alcançado sem interferir nas áreas sociais. Vale salientar que as imagens apresentadas são SketChup, visto que não foi possível ter acesso à residência.

Figura 44 - Acessos à Residência Cassiano Ribeiro Coutinho

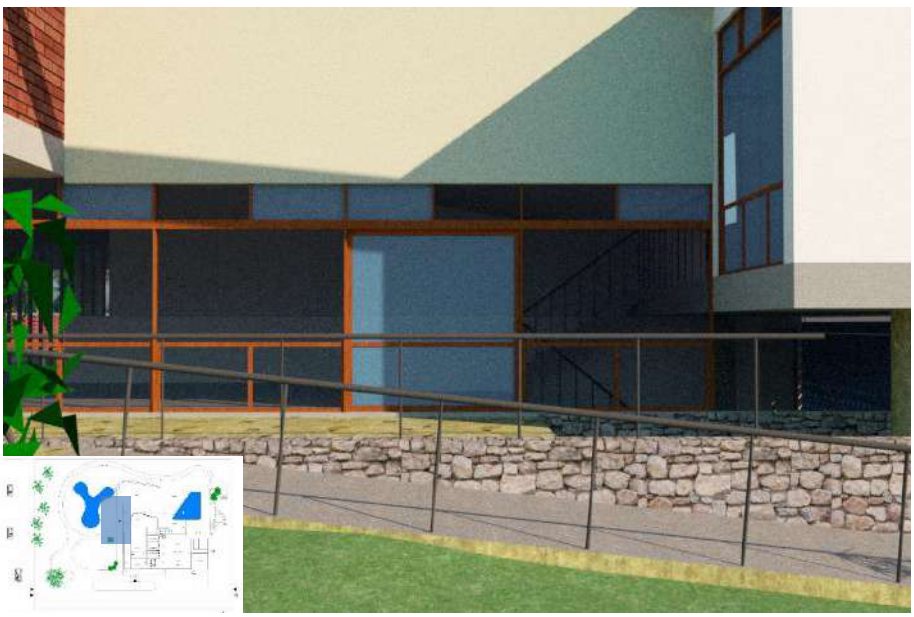


Fonte: O Autor, 2021

Figura 45 - Acesso Principal

Fonte: O Autor, 2021

Figura 46 - Acesso pela rampa



Fonte: O Autor, 2021

Figura 47 - Acesso entrada principal

Fonte: O Autor, 2021

Figura 48 – Acesso garagem

Fonte: O Autor, 2021

Figura 49 – Acesso Fachada Sul

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 50 - Acesso área de lazer

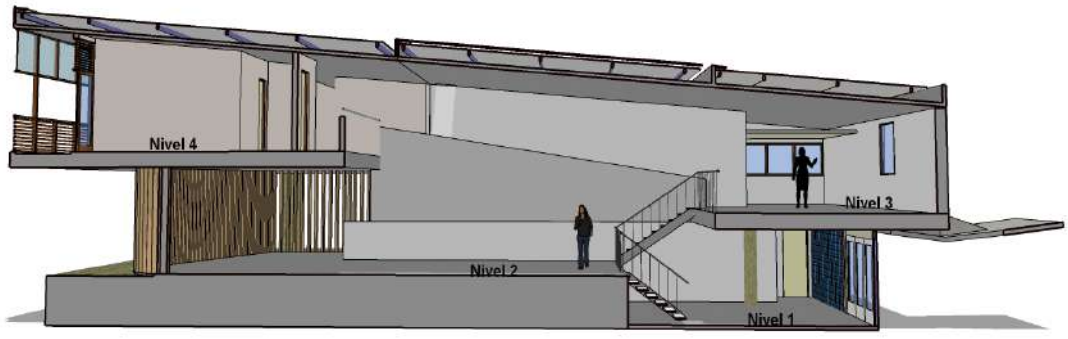
Fonte: O Autor, 2021

Figura 51 - Acesso secundário

Fonte: O Autor, 2021

O projeto foi elaborado de forma que a residência ficou centralizada em relação ao lote e com recuos generosos, assim como a sua área construída de 3.890m². Toda essa área é dividida em 4 niveis (Figura 52), sendo eles: 0.0m, +1.20m, +3.00 e +4.45m. Já o lote tem o total de 7.474m², que dá suporte para um jardim e uma piscina, hoje enterrada.

Figura 52 - Níveis da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho



Fonte: O Autor, 2021

Segundo Melo (2013, p. 67), essa divisão de níveis foi possivelmente estruturada devido à suave declividade do terreno. Além disso, esse elemento é considerado um dos pontos da arquitetura modernista brasileira, e objetiva o melhor aproveitamento dos ventos e da iluminação natural.

Seguindo o projeto original, o nível 0.0m se dá por uma sala de estar ou um

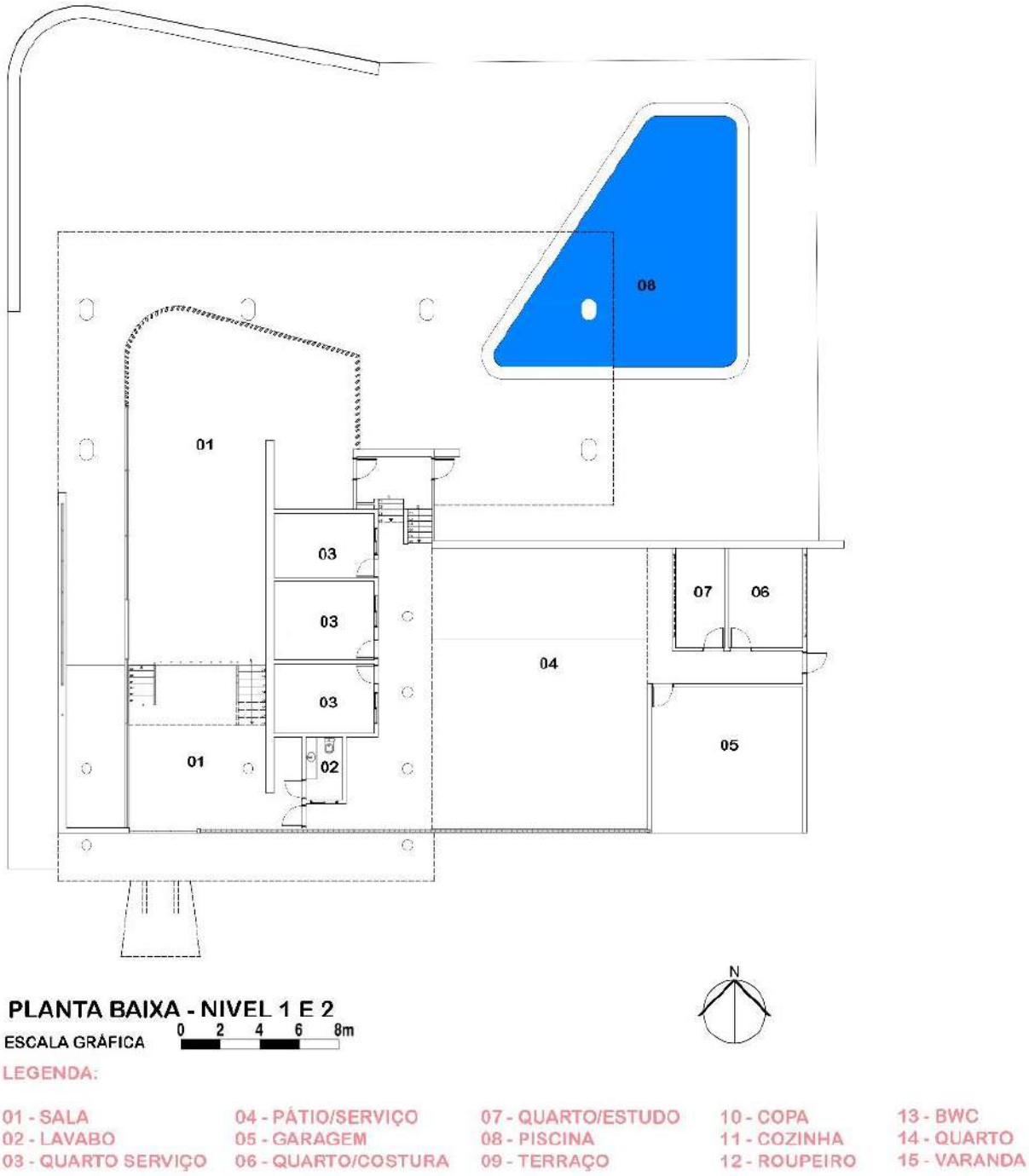
hall de entrada, assim como os quartos dos funcionários e a garagem, que também possui uma sala de costura/quarto. Pela ficha de inventário, houve a subtração de três quartos, a adição de um banheiro e de um escritório.

No nível +1,20m estão os ambientes de lazer, com o acesso ao jardim e à piscina (Figura 53), que atualmente se encontra enterrada.

Já no nível +3.00m (Figura 54) se encontra o maior corpo da casa, as salas, os lavabos, a varanda, a copa, a cozinha e a rouparia.

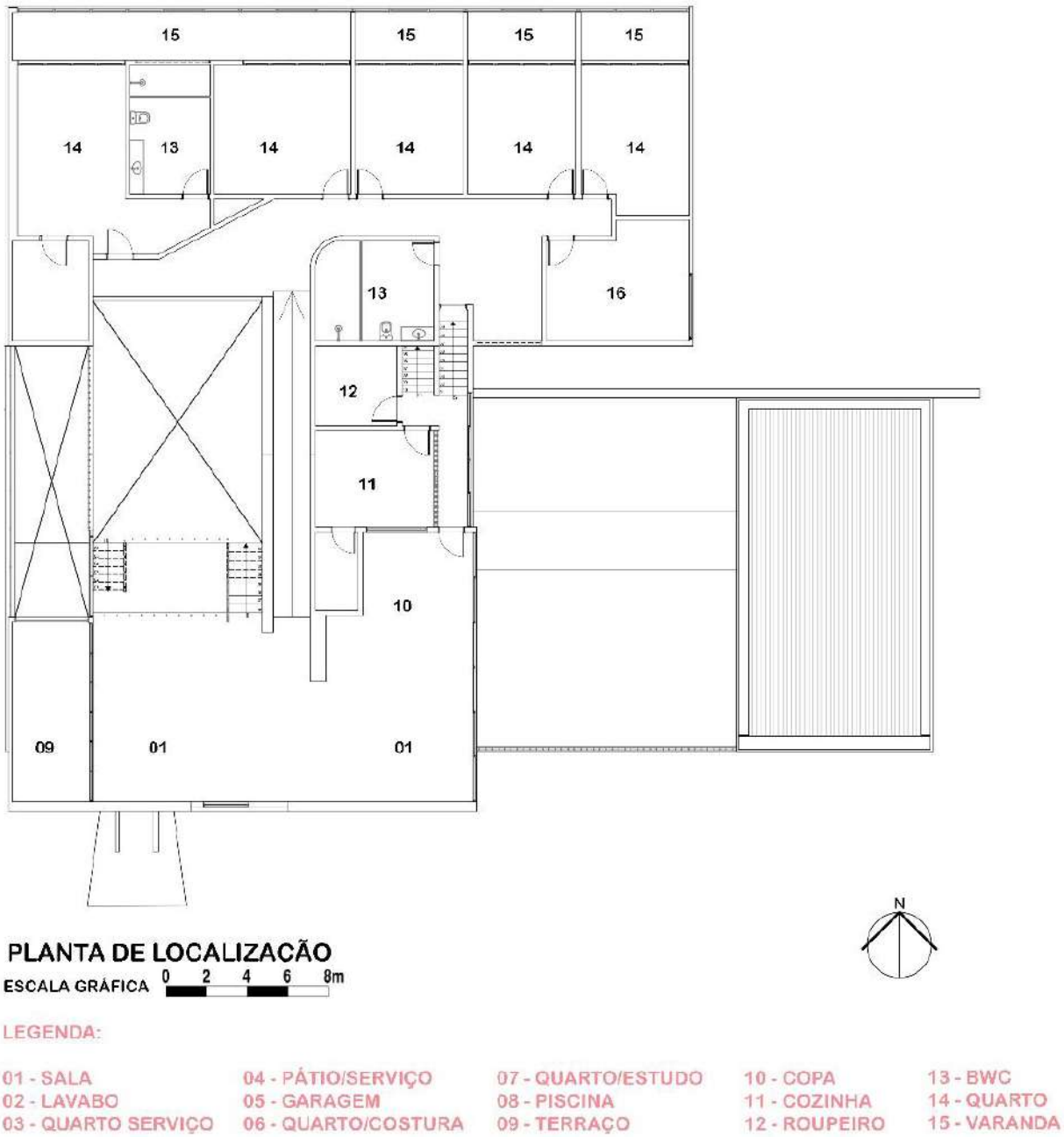
Por último, no nível +4,45m (Figura 54) estão dispostos os ambientes de maiores permanências ou mais privativos, os seis quartos, sendo duas suítes, além de um banheiro, que sofreu alterações, sendo dividido entre banheiro princial e um quarto. As varandas foram removidas.

Figura 53 - Programa Residência Cassiano Ribeiro Coutinho



Fonte: O Autor, 2021

Figura 54 - Programa Residência Cassiano Ribeiro Coutinho



Fonte: O Autor, 2021

Ainda que no projeto “a casa tenha sido concebida em três setores: social, íntimo e serviço, estes não correspondem aos níveis intercalados. Com exceção do primeiro pavimento os demais níveis abrigam funções compartilhadas” (MELO, 2013, p. 67). Além disso, a casa foi construída isolada no lote, com os ambientes sociais para o nordeste e os íntimos para o leste, de forma que favorecesse a iluminação e ventilação natural. Os pilotis (Figura 55) também têm a sua importância arquitetônica para que essa integração seja feita de forma perfeita, eles também trazem leveza para a residência.

Figura 55 - Pilotis na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho

Fonte: O Autor, 2021

Outros elementos como grandes esquadrias, brises verticais, venezianas, o uso do vidro e de tijolinhos, assim como as linhas retas, permitem estabelecer uma conexão entre interior e exterior. Infelizmente, a maioria das esquadrias foram trocadas por esquadrias de alumínio e vidro.

As áreas externas (Figura 43) são “marcadas por um suave tratamento topográfico e desenhos sinuosos que ora integravam os jardins, lago e piscina do edifício, ora o emolduravam”. (MELO, 2013, p.73).

Os volumes da casa, que são três, possibilitam três vistas distintas da casa (figura 52), e correspondem aos setores citados anteriormente, demonstrando a preocupação e as relações com o programa do projeto.

A coberta (Figura 56) é o grande elemento plástico da residência. Devido a

ela todos os ambientes não só são protegidos como “sua inclinação leste/oeste e a diferenciação de altura possibilitou a criação de níveis intermediários e proporcionou a integração entre os setores” (MELO, 2013, p.69). O telhado em si é inclinado de 01 agua, configurado em três grande blocos com telha de fibrocimento e platibanda. A coberta ainda se torna funcional pois dá abertura à ventilação dos banheiros e da cozinha por meio de *sheds* (Figura 56).

Figura 56 - Sheds da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho

Fonte: O Autor, 2021

A utilização do concreto armado serviu para alcançar a articulação e espacialidade procuradas pelo arquiteto. Os pilotis (Figura 55) são distribuídos de forma circular, mas não foram utilizados nas outras áreas da residência, porque houve uma dificuldade de maior entendimento estrutural devido à a impossibilidade de visitação à casa. “Todavia, o caracter plástico e a função associados são permitidos por estrutura de betão armado rasgando vãos grandes formando recuos em relação ao piso superior”. (PEREIRA, 2008, apud OLIVEIRA, 2013, p. 32).

Pelo que podemos observar, a estrutura não tem função apenas de sustentar a casa, mas também estética, podendo ser exemplificada pela viga (Figura 57), que contribui para a ideia de volume único e é apresentada em uniforme com a coberta. Além do balanço da varanda (Figura 57), que protege dos raios solares, há uma sala com aberturas de vidro no térreo, mas que atualmente não consta na estutura da casa. .

Figura 57 - Varanda da casa Cassiano Ribeiro Coutinho

Fonte: O Autor, 2021.

Segundo Melo (2013, p. 80), os materiais foram utilizados para destacar os efeitos da volumetria, tanto dentro como fora da residência, evidenciando pedras, vidros, elementos cerêmicos, azulejos e afins, que criam contraste com a alvenaria.

Assim como na parte estrutural, também não foi possível realizar o estudo mais aprofundado dos materiais em decorrência da não liberação do acesso à casa.

5.3. Condicionantes legais

Como mencionado anteriormente, a residência foi tombada no ano de 2009 pelo IPHAEP, sendo classificada como um bem de “conservação parcial” (CP) no Decreto 31.843 (Anexo 01). Isso garante adequação e adaptação às mais diversas funções contemporâneas, além de permitir que, ao longo de intervenções futuras, os danos sejam plenamente revertidos, conforme projetos previamente aprovados no IPHAEP (OLIVEIRA, 2013, p. 37).

O significado do conceito de “conservação parcial” é descrito pelo Decreto N.25.138 (ANEXO 02) como “toda construção que mantiver preservada parte de suas caracteristicas especiais, estruturais, volumetricas, tipológicas e decorativas originais”. Nesse mesmo decreto, informações referentes à intervenções nesse tipo de bem foram sistematizadas a fim de desenvolver embasamento para diretrizes projetuais.

A seguir, apresentaremos o Código de Postura do Municipio de João Pessoa – PB, e o zoneamento do município que indica, na tabela 4, a localização do lote na zona ZA1 (Zona Axial Epitácio Pessoa).

Tabela 4 - Zona axial Epitácio Pessoa (ZA1)

ZONA AXIAL EPITÁCIO PESSOA (ZA1)							
USOS	LOTE		EDIFICAÇÃO (A)				
PERMITIDOS	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇ. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	450,00	15.00	50	-	5.00	1.50	3.00
R2	450,00	15.00	50	2 PV	5.00	1.50	3.00
R5 (1)	600,00	20.00	40	PL+ 4PV+CB	5.00	4.00	4.00
R6	900,00	30.00	40	-	6.00	3+(h/10)	3+(h/10)
CB=SB	600.00	20.00	70	PL+ 2PV ou 3 PV	6.00	TE =0.0 DE =2.00	2.00
CP=SP	600,00	30.00	TE+2 =70 DE =40	-	ATÉ 3°=6.0 DE =8.00	TE =0.0 ATÉ 2°= 2.00 DE =3+(h/10)	ATÉ 3°=2.0 DE=3+(h/10)
CP, SP/R6 (2)	600,00	20.00	TE+2 =70 DE =40	-	ATÉ 3°=6.0 DE =8.00	TE =0.0 ATÉ 2°= 2.00 DE =3+(h/10)	ATÉ 3°=2.0 DE=3+(h/10)
IR	600,00	20.00	50	-	5.00	2.00	3.00
IPP (3)	450,00	15.00	50	-	6.00	2.00	3.00

Fonte: Código de Urbanismo de João Pessoa, 2001, p. 167

Para sustentar a ideia abordada nas diretrizes projetuais a seguir e resolver a ligação das ruas de acessos, incorporamos o antigo terreno à proposta. Essa área, depois de várias intervenções, foi separada da casa, mas ainda possui a caixa d'agua, e está na mesma zona de acordo com o código (Tabela 05). Assim, além de usufruir de uma área maior para construção, será possível a plena visualização da casa, bem como a integração com o seu entorno. Ademais, nos propomos a recriar a rua que atravessava o terreno e estabelecer elos de ligação com a comunidade por meio da implementação de uma praça e de um foodpark.

6. Anteprojeto

6.1. Diretrizes projetuais

Os principais pontos trabalhados neste anteprojeto foram acordados com o intuito de reconfigurar os usos do imóvel de acordo com a planta original (Anexo 05). Na atual planta, disponibilizada na ficha de inventário (Anexo 03), foram

diagnosticadas demolições e alterações de ambientes. Dessa forma, a planta de reforma proposta neste anteprojeto foi produzida com o intuito de recuperar o imóvel por meio de adições e desenvolvimento de um espaço com arquitetura universal para a criação de uma área mais inclusiva, de acordo com a NBR 9050.

Contamos com a “carta testamento” (Anexo 04) do próprio Borsoi, referente à futuras intervenções na casa, na qual se propõe é proposto um programa destinado a efetiva valorização do bem tombado. Nela, são efetivados cinco usos do projeto, entre eles: 1. Comercial, na própria casa e em novas construções; 2. Reconstrução do jardim com abertura para a Av. Epitácio Pessoa; 3. Empresarial, no conceito de home office, algo que na época da carta ele destacou como novidade. Dessa forma, Borsoi reitera no documento que “o projeto para valorização e efetiva incorporação da casa de Cassiano Ribeiro Coutinho ao acervo cultural de João Pessoa deve contemplar uma série de considerações que compreendem aspectos culturais, arquitetônicos, urbanísticos, comerciais e imobiliários. ” (Arquivo Pessoal Amélia Panet, apud OLIVEIRA, 2013, p. 40).

Recorremos também às fichas de inventário (Anexo 03) da residência, datadas de 2018, cujas orientações de documentação foram realizadas por Gubio Mariz, supervisor do IPHAEP.

Diante disso, o programa de necessidades (Tabela 05) foi pautado no conceito intergeracional, na sistematização das informações dos correlatos, na carta de Borsoi, nas fichas de inventários e no estudo de caso apresentado. Também nos baseamos na Portaria da Previdência e Assistência Social n.73, de 10 de janeiro de 2001, e no Desenvolvimento de Educação (FDE) Espaço da Edificação Escolar (Catálogos Técnicos, abril/2018), referente às crianças.

É necessário ressaltar que o anteprojeto não conta com estacionamentos, para que não haja o risco de perda significativa do desenho original da residência. Além disso, a localização conta com um bom fluxo do sistema público de transporte.

Tabela 5 - Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES		
SETOR SOCIAL		
AMBIENTES	NECESSIDADES	MOBILIARIO
ESPAÇO PARA CONV. E JOGOS	SENTAR – DEITAR – REUNIR - JOGAR - CONVERSAR	BANCOS – CADEIRAS – MESAS – PUFFES – MESA DE JOGOS - ESPRIGUIÇADEIRA
ESPAÇO PARA DESCANSO/LOUNGE	SENTAR – LER – CONVERSAR – DESCANSAR – PERMANECER	SOFÁ – PUFFES – TAPATE – CENTROS - BANCO
SALA DE ESTAR/JOGOS	JOGAR – CONVERSAR – BRINCAR – INTERAGIR	SOFÁS – TAPETE – HACK – TV – MESA – PUFFES – SINUCA – MESA DE JOGOS
SALA DE ARTES	CRIAR – DESENHAR – PINTAR – MODELAR - LIMPEZA	MESA – BANQUETA – TELAS – MOVEL DE PIA – PIA – PUFFE
WC ACESSIVEL F.	SENTAR – HIGIENIZAR	BACIA SANITARIA – MOVEL DE PIA – PIA – BARRAS
WC. ACESSIVEL M.	SENTAR – HIGIENIZAR	BACIA SANITARIA – MOVEL DE PIA – PIA –
HORTA	PLANTAR – COLHER	
ESPAÇO PARA ALIMENTAÇÃO	SENTAR – COMER – CONVERSAR	MESA – PUFFES – CADEIRA
SALA DE ESTUDOS	ESTUDAR – CONVERSAR – SENTAR	MESA – CADEIRAS - ESTANTE
BIBLIOTECA	PERMANECER – SENTAR – LER – ESTUDAR	PUFFES – MESA – ESTANTES - TAPETE
SALA PARA CURSOS	ESTUDAR – PERMANECER	ESTANTE
SALA DE DANÇAS	DANÇAR – REUNIR – BRINCAR – CONVERSAR	BARRAS - ESTANTES
SALA DE IOGA	EXECITAR – DESCANSAR	TAPETES
SALA DE CINEMA	PERMANECER – SENTAR – CONVERSAR – ASSISTIR - REUNIR	POLTRONAS – MOVEL – HACK
BRINQUEDOTECA	BRINCAR – REUNIR – CONVERSAR – PERMANECER – SENTAR	MESA – PUFFES – BRINQUEDOS - ESTANTE
PRAÇA	REUNIR – CONVERSAR – BRINCAR – PERMANECER – SENTAR – ANDAR	BANCOS
SETOR DE SERVIÇO		
AMBIENTES	NECESSIDADES	MOBILIARIO
RECEPÇÃO/LOJA	SENTAR – ANDAR – TRABALHAR - VENDER	ESTANTES – MESA – CADEIRA
ADM/RH	SENTAR – TRABALHAR – GUARDAR - PERMANECER	MESA – CADEIRAS - ESTANTE
DML	GUARDAR	ESTANTE

DEPOSITO	GUARDAR	ESTANTE
GUARDA VOLUMES	GUARDAR	ESTANTE
COPA FUNC	SENTAR – REUNIR – CONVERSAR- COMER - PERMANECER	BALCÃO – MOVEL DE PIA – PIA – GELADEIRA – FOGÃO – CADEIRAS – PUFFES - TV
WC. FUNC.	SENTAR – HIGIENIZAR	BACIA SANITARIA – PIA – MOVEL - CHUVEIRO
COZINHA	SENTAR – PERMANECER – COZINHAR – COMER	MESA – CADEIRA – GELADEIRA – FOGÃO – MOVEL – ESTANTE - PIA

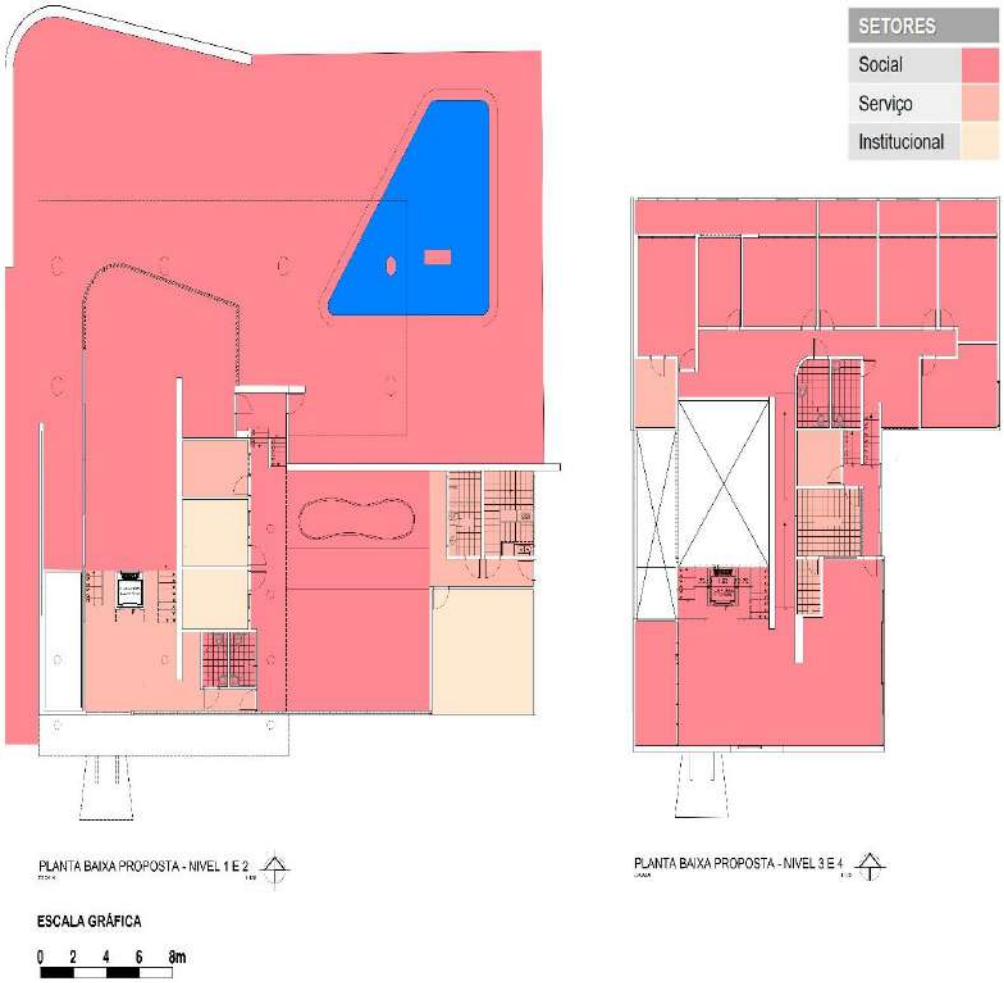
SETOR INSTITUCIONAL

AMBIENTES	NECESSIDADES	MOBILIARIO
SALA DE COSTURA	COSTURAR – TRABALHAR – CRIAR – PERMANECER – SENTAR - GUARDAR	MESA – MAQUINA DE COSTURA – ESTANTE - CADEIRA
POSTO DE ATENDIMENTO MEDICO	CUIDAR – SENTAR – DEITAR – CONVERSAR – TRABALHAR	MESA – CADEIRA – ESTANTE - POLTRONA
FOOD PARK	ANDAR – SENTAR – CONVERSAR – COMER – TRABALHAR – VENDER	MESA – CADEIRA
CRECHE	BRINCAR – REUNIR – CONVERSAR – PERMANECER – SENTAR	MESA – CADEIRA – PUFFES – BERÇARIO - ESTANTE

Fonte: O Autor, 2021

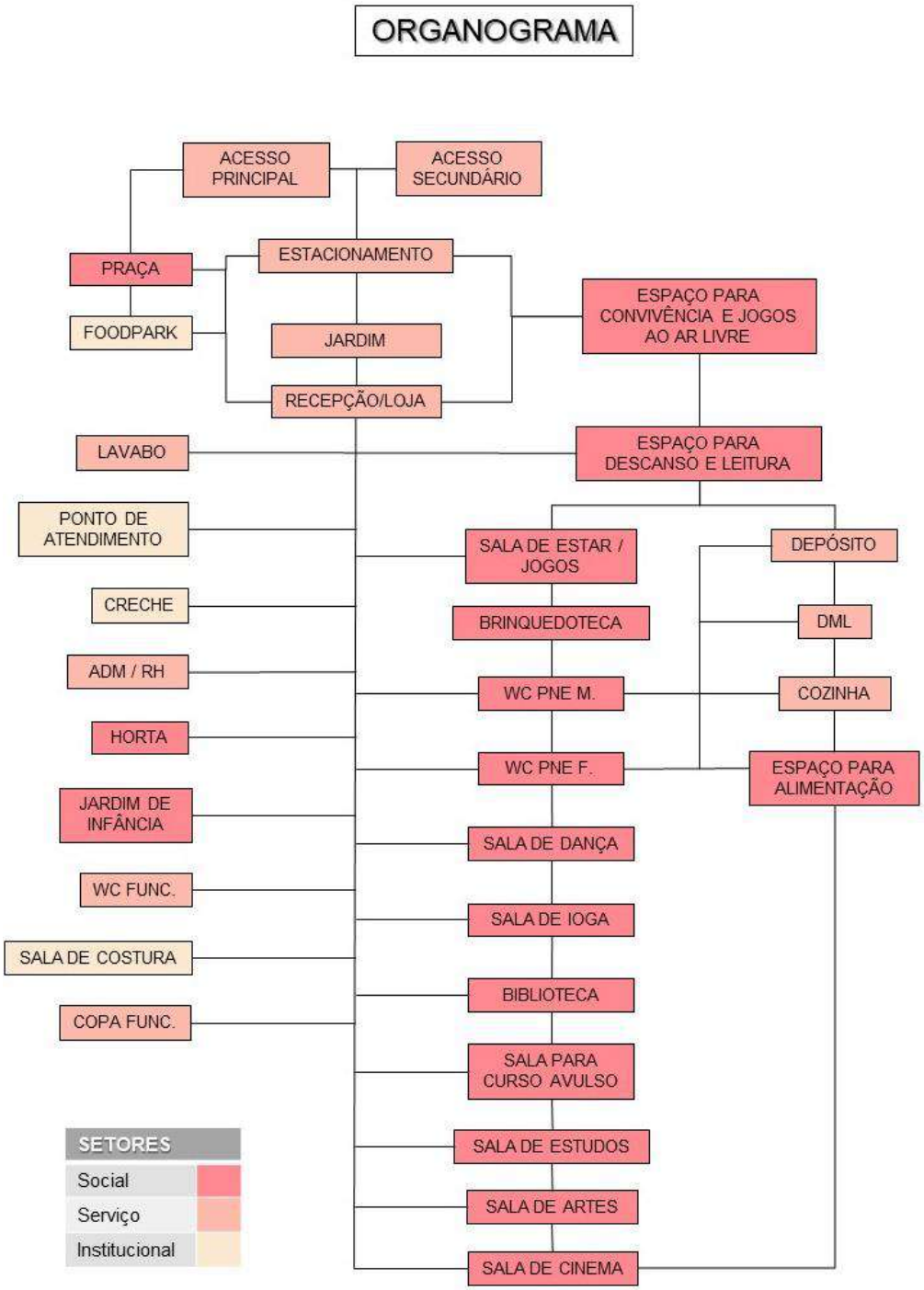
Equacionando as características de cada público para que possam coexistir, e explorando o conceito deste trabalho, o fluxograma (Gráfico 03) visa proporcionar ambientes confortáveis com relações independentes que permitam ao usuário mais autonomia, como pode ser percebido no zoneamento (Figura 58). Esses espaços ainda foram locados em áreas nas quais as dimensões foram pensadas de forma coerente com os seus usos, de acordo com o pré-dimensionamento (Tabela 06).

Figura 58 - Zoneamento



Fonte: O Autor, 2021

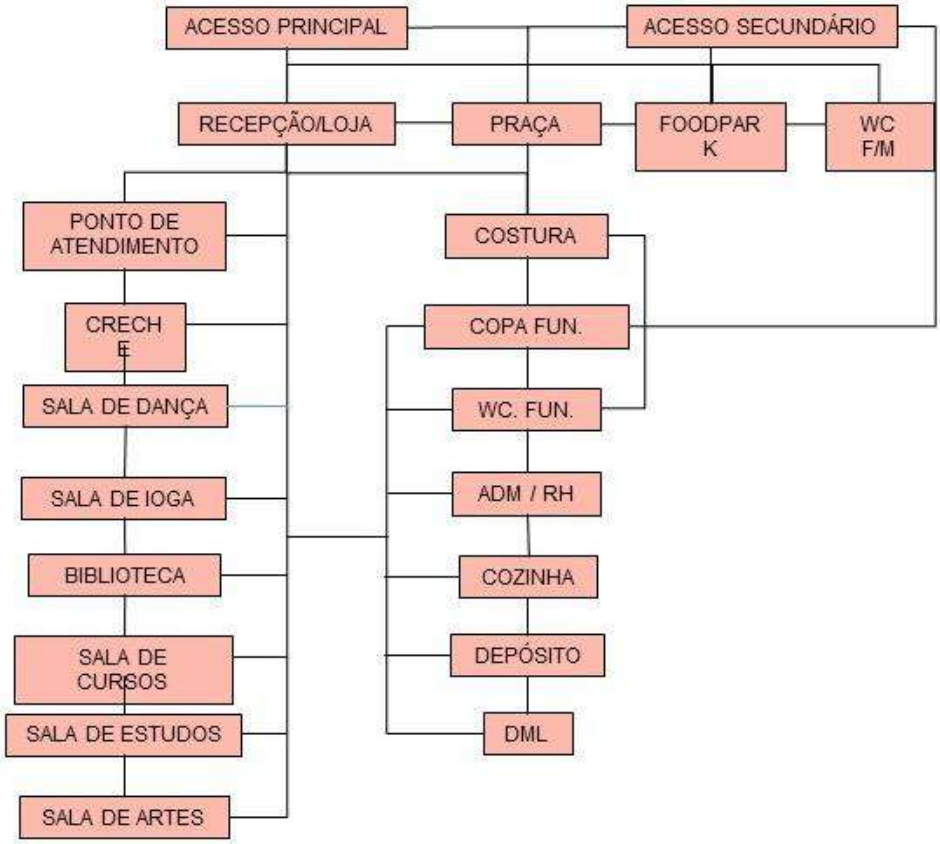
Gráfico 3 - Organograma



Fonte: O Autor, 2021

Em consonância com o conceito do anteprojeto, os fluxos são adaptáveis, sejam os de pouca ou muita permanência. Nesse sentido, ao consideramos que os funcionários desempenham funções em diferentes setores, como administração, recepção, ensino, limpeza e manutenção, podemos observar que eles têm acesso de várias formas à diversos ambientes (Gráfico 04).

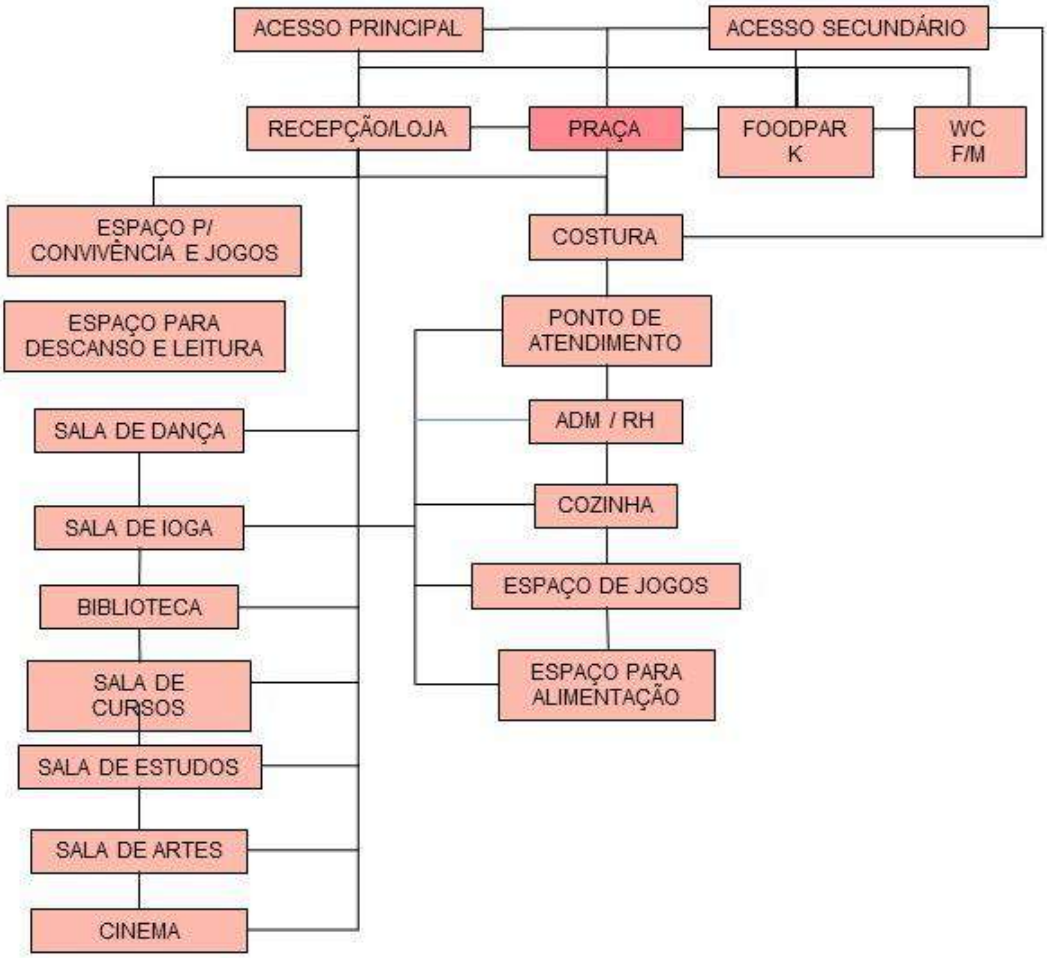
Gráfico 4 - Fluxograma funcionários



Fonte: O Autor, 2021

Mesmo sendo um centro intergeracional, os fluxos são diferentes para idosos e crianças. O dos idosos (Gráfico 5) é pensado para dar acesso à maioria dos ambientes, mesmo àqueles destinados preferencialmente para as crianças ou funcionários. O fluxo também intenta proporcionar autonomia e menor esforço físico do usuário. Desse modo, o idoso consegue transitar pelo centro sem que existem barreiras, sejam elas físicas ou não.

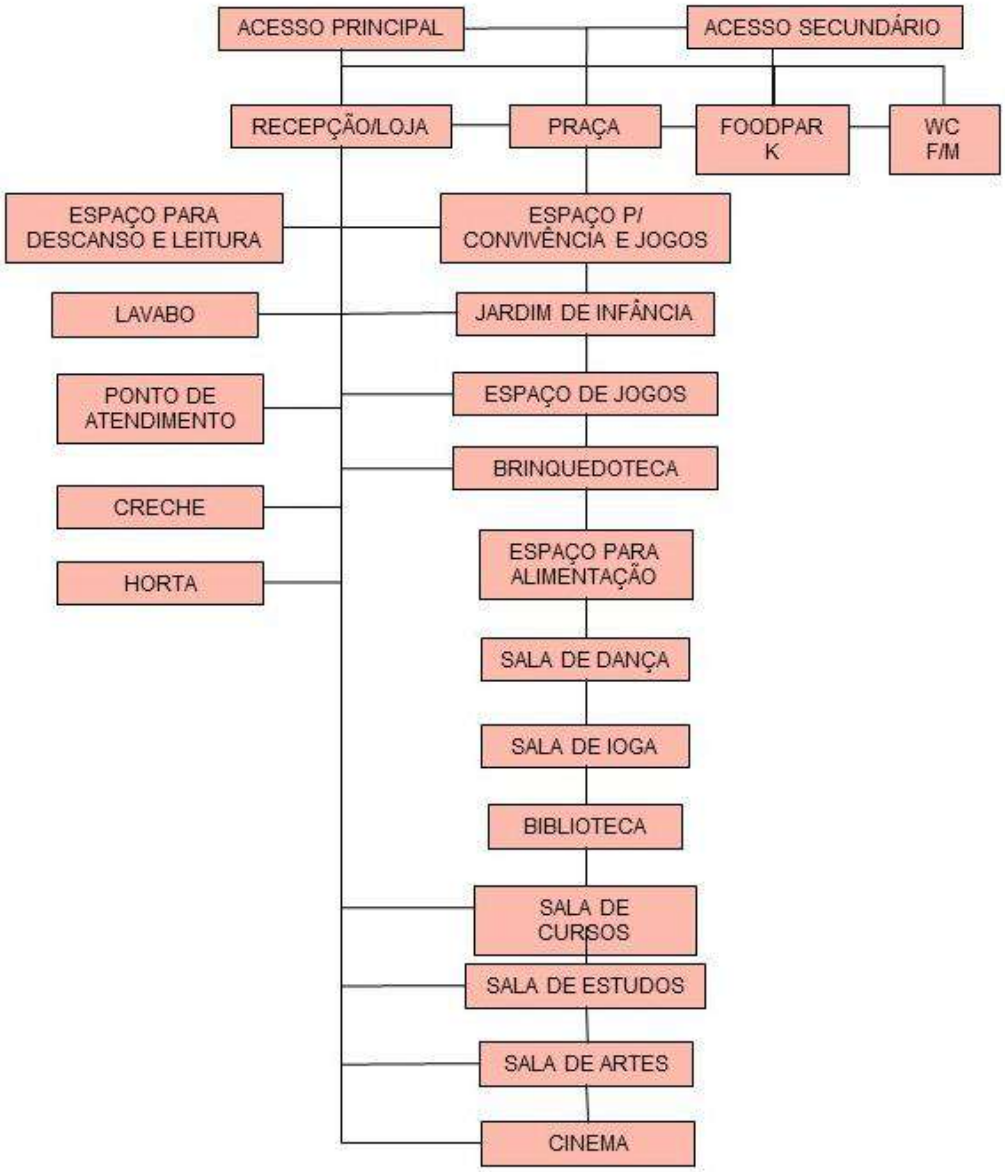
Gráfico 5 - Fluxograma Idosos



Fonte: O Autor, 2021

Já o fluxo das crianças (Gráfico 6) é pensado para ter os mesmos cuidados do fluxo dos idosos. Fizemos a retirada de qualquer barreira para melhor circulação no centro com o menor esforço físico, promovendo a autonomia. As crianças, assim como os idosos, não têm acesso a todos ambientes, contudo, alguns espaços são destinados exclusivamente a elas, como a creche e a brinquedoteca.

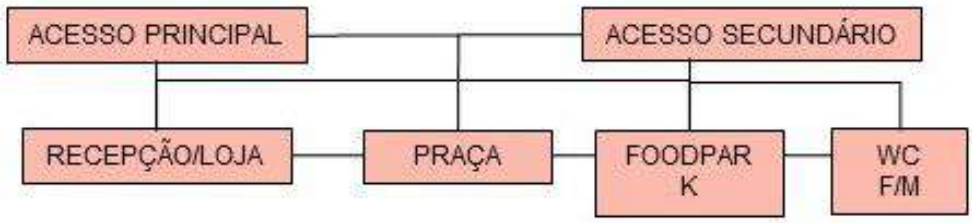
Gráfico 6 - Fluxograma crianças



Fonte: O Autor, 2021

Tendo em vista que o anteprojeto propõe a integração e socialização, a circulação da comunidade permite acesso ao foodpark, à praça e ao centro. Também disponibiliza o acesso de pedestres entre as Avenidas Epitácio Pessoa (principal) e Júlia Freire (secundário), recuperando, assim, a antiga rua existente e criando um fluxo ativo entre o centro e a comunidade.

Gráfico 7 - Fluxograma comunidade



Fonte: O Autor, 2021

Tabela 6 - Pré Dimensionamento

PRÉ DIMENSIONAMENTO			
SETOR SOCIAL			
AMBIENTES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ÁREA ESTIMADA (M²)	ÁREA ALCANÇADA (M²)
ESPAÇO PARA CONV. E JOGOS	35	480.00	532.19
ESPAÇO PARA DESCANSO/LOUNGE	16	80.00	98.79
SALA DE ESTAR/JOGOS	08	55.00	61.77
SALA DE ARTES	05	20.00	22.27
WC ACESSIVEL F.	01	5.00	5.90
WC ACESSIVEL M.	01	5.00	5.90
LAVABO	01	1.20	3.82
HORTA	-	-	31.70
JARDIM DE INFÃNCIA		45.00	49.96
ESPAÇO PARA ALIMENTAÇÃO	08	18.00	19.79
SALA DE ESTUDOS	04	20.00	20.63
BIBLIOTECA	04	18.00	18.53
SALA PARA CURSOS		20.00	20.71
SALA DE DANÇA	06	40.00	41.79
SALA DE IOGA	03	10.00	10.86
SALA DE CINEMA	09	16.00	16.53
BRINQUEDOTECA	05	13.00	14.61
PRAÇA	76	1.900,00	2.061,76
SETOR DE SERVIÇO			
AMBIENTES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ÁREA ESTIMADA (M²)	ÁREA ALCANÇADA (M²)
RECEPÇÃO/LOJA	05	15.00	22.88
ADM/RH	03	10.00	10.40

DML	01	3.50	3.57
DEPOSITO	01	6.00	6.87
GUARDA VOLUMES	01	6.00	7.96
COPA FUNC	04	11.50	11.89
WC. FUNC.	01	7.00	7.90
COZINHA	04	12.00	12.09

SETOR INSTITUCIONAL

AMBIENTES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ÁREA ESTIMADA (M²)	ÁREA ALCANÇADA (M²)
SALA DE COSTURA	08	32.00	35.67
POSTO DE ATENDIMENTO MEDICO	03	10.05	11.55
FOOD PARK	76	680.00	724.74
CRECHE	04	12.00	12.60

Fonte: O Autor, 2021.

Esses espaços têm o objetivo de ofertar atividades para todos os públicos, com foco nas crianças e jovens entre 3 e 15 anos, com o suporte das creches e brinquedotecas, e nos idosos com 60 anos ou mais. O centro não irá funcionar como um abrigo, mas sim como um espaço para realização de atividade, proporcionando ligações intergeracionais e comunitárias. É, dessa forma, considerado um meio para o cuidado com a saúde, o distanciamento da solidão ou do tédio, e a construção de relações sociais.

Procuramos neste anteprojeto oferecer também espaço para o comércio alimentício e de lazer, com o intuito de atrair e conectar os usuários e a comunidade. Um exemplo disso é a proposta da loja de costura do centro, que comercializará as produções dos próprios integrantes. A localização contribui para o fomento do comércio, visto que o centro é localizado na principal avenida da cidade e pode ser acessado tanto por carros quanto por pedestres. A Av. Julia Freire, entrada secundária, dará suporte à praça e ao foodpark.

Retomamos, assim, os acessos originais da residência, além de integrarmos com a caixa de água, hoje separada por uma barreira, que é um elemento relevante para o conjunto do imóvel. A partir disso, possibilitamos a volta do projeto paisagístico de Burle Marx na área que hoje é um terreno baldio.

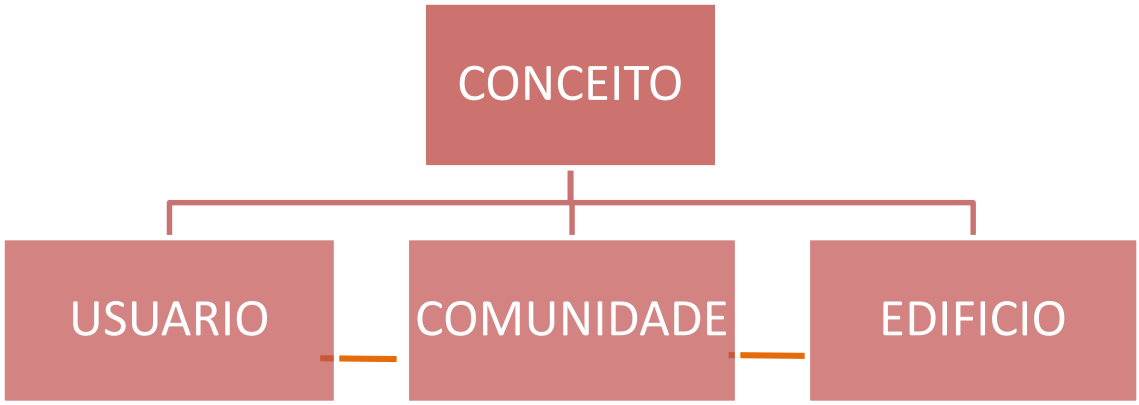
Ciente disso, o único projeto de reforma proposto são aqueles devidos ao público alvo e à legislação vigente. Assim, a implementação de plataformas elevatórias se justifica pelo curto espaço nos ambientes para locação de rampas de

acesso.

6.2. Conceito

O conceito (Gráfico 8) parte da ideia de um local em constante desenvolvimento e adaptável ao seu público. Conectado com a contemporaneidade, mas principalmente com o lado regional, caracteriza-se por ser ambiente vivo, transparente, lúdico, flexível, dinâmico, aliados ao contexto intergeracional e à importância do imóvel. Possibilita, assim, uma união do usuário com a comunidade e o edifício, gerando sentimentos de integração e socialização.

Gráfico 8 - Esquema explicativo do conceito



Fonte: O Autor, 2021

6.3. Partido

Pretende-se atingir o objetivo final de modo que não agrida a arquitetura e seguindo as condicionantes legais para tornar o espaço acessível.

Dessa forma, fizemos uso do que já existia a fim de preservar a sua identidade. Os acréscimos foram de materiais como vidro e madeira em seu estado original para criar um clima mais regional e aconchegante. O uso de móveis soltos foi pensado para proporcionar maior flexibilização dos espaços, podendo adaptá-los a diversos usos. Outra forma, ainda que sutil, para tornar o ambiente propício para o usuário foi o uso do conceito de cores, utilizando-as para fornecer sensação de conforto e acolhimento aos idosos, e de ludicidade para os mais jovens.

Por fim, a manutenção e trabalho no jardim, com implementações de

arquitetura efêmera, com pergolados e espaços determinados para o foodpark, assim como um layout e mobiliário adaptável para diversas funções, foi produzido com o intuito de não agredir ainda mais o paisagismo criado por Burle Marx. Dessa forma, há a possibilidade de criar sombreamento como um atrativo não só para os usuários das atividades do centro, mas também para a comunidade em passagens de curto prazo.

6.4. Acessibilidade Universal

Para dar suporte ao público, seguimos as normas de acessibilidade. Para isso, algumas portas foram removidas, com o intuito de aumentar os acessos aos locais. Já as portas que permaneceram, assim como corredores, possuem dimensões e plataforma elevatória que possibilitam a passagens de cadeirantes para os diferentes níveis do imóvel. Em relação aos banheiros, todos foram adaptados para obedecer às regras de inclusão de pessoas com deficiência.

Ainda de acordo com a NBR 9050, e segundo Medeiros (2017, p. 26, grifos do autor), o imóvel conta com os 7 princípios do desenho universal, dentre eles: 1. Uso equitativo, proporcionando o mesmo uso para todos. 2. Uso flexível, oferecendo adequações e transformações para o usuário. 3. Uso Simples e intuitivo, permitindo assim o quarto princípio de se ter fácil compreensão. 5. Tolerância ao erro, ou seja, minimização dos riscos na utilização do ambiente. 6. Baixo esforço físico, aonde o usuário não precisará fazer qualquer atividade que comprometa o bem-estar do seu corpo. 7. Dimensão e espaço para aproximação de uso, na qual o ambiente do imóvel é estruturado de forma que todos os seus espaços, como o layout e fabricação de imóveis, ofereçam autonomia ao usuário.

6.5. Ambientes

Os ambientes foram produzidos a partir da sistematização das informações anteriores, de modo que todos possam seguir o conceito de habitabilidade e partido acordado neste anteprojeto. Sendo assim, a recepção locada na entrada principal divide seu espaço com a loja (Figura 59) com o intuito de criar uma circulação e atração constantes nesse ponto, além de comercializar peças produzidas pelos usuários do centro. Nesse mesmo ambiente encontramos a plataforma elevatória,

que foi a solução mais viável para melhorar a movimentação do público alvo. Já em relação aos materiais, foram utilizados, assim como nos demais ambientes, em seu estado original e de acordo com os que já são utilizados na casa, como madeira, vidro, azulejos, o tijolinho encontrado na fachada, e cores neutras em ambientes de maior permanência e cores fortes em determinados locais para melhor identificação dos usuários e criando uma dinâmica com a cor vermelha na escada.

Figura 59 - Recepção e loja

Fonte: O Autor, 2021

Ao lado, encontra-se o lounge e o espaço para descanso ou leitura (Figura 60). Ambos possuem um ar de leveza com cores neutras, um layout mais aberto, com moveis confortáveis e plantas, a fim de desenvolver um lugar no qual o usuário faça o mínimo de esforço possível, seja mental ou físico. Os ambientes são tratados de maneira que não fique muito adulto ou muito infantil.

Figura 60 - Lounge e espaço de leitura

Fonte: O Autor, 2021

Ainda no espaço interno e no primeiro nível, é encontrado o ponto de atendimento, que oferecerá suportes de saúde básicos para os usuários. A creche (Figura 61), voltada para o público de 06 meses a 4 anos, possui um berçário suspenso no teto, um local para brincadeiras com almofadas e barreiras, assim como uma mesa e cadeiras para a realização de atividades educacionais ou artísticas. Os desenhos na parede tornam o ambiente mais lúdico e dinâmico.

Figura 61 - Creche

Fonte: O Autor, 2021

Essa região ainda é ocupada pela administração, copa, três banheiros, horta e jardim de infância (Figura 62), além da sala de costura (Figura 63). Para fazer essa integração, partimos do pressuposto de que a função que esses ambientes exercerem se assemelham. Além de serem serviços mais procurados, de acordo com o público-alvo, suas locações justificam-se para que haja o menor esforço físico possível.

Figura 62 - Hora e Jardim de Infância

Fonte: O Autor, 2021

Figura 63 - Sala de Costura

Fonte: O Autor, 2021

O espaço da horta e jardim de infância foram pensados com o intuito de que as crianças criem uma boa relação com a natureza e com as formas de brincar por meio da supervisão dos mais velhos. A sala de costura é dívida por uma parede para proporcionar maior segurança, além de fomentar a curiosidade dos participantes de outras atividades. Além disso, se caracteriza por ser um lugar de fácil depósito.

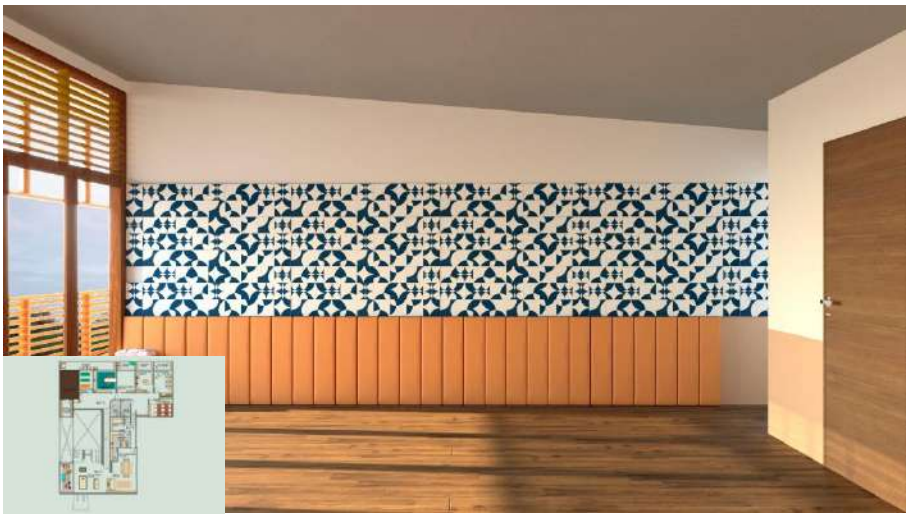
O nível 3 foi destinado aos espaços para entretenimento, como a sala de jogos (Figura 64). Objetivamos, com essa criação, o estreitamento de laços entre as gerações, seja por meio de jogos, brincadeiras ou por um layout adaptável que permite aos usuários alteração o espaço de permanência de acordo com a sua preferência. A brinquedoteca dará suporte à creche em caso de haver um número de crianças maior que o esperado. Nesse nível, ainda estão presentes a cozinha, disponível para uso dos usuários, fornecendo-lhes, assim, autonomia.

Figura 64 - Sala de jogos

Fonte: O Autor, 2021

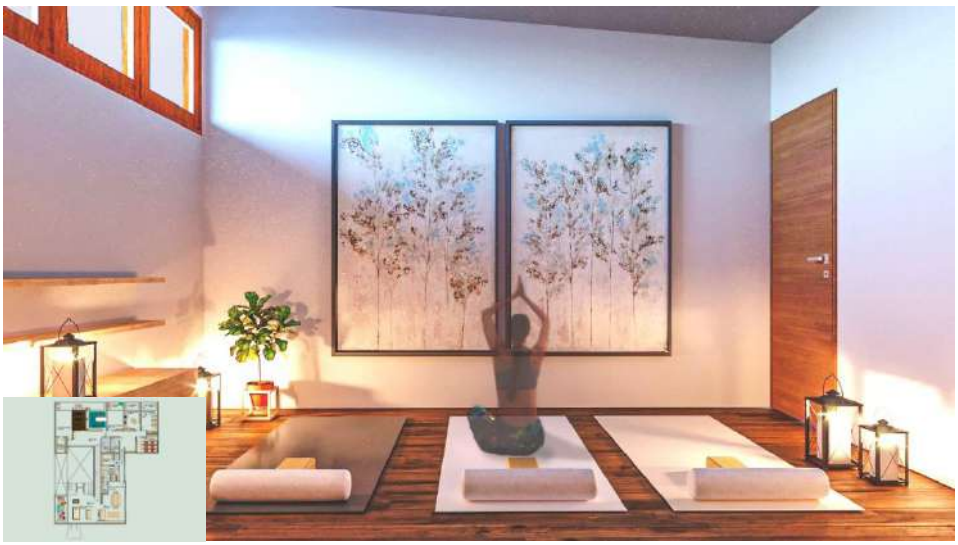
O nível 4 comporta espaços que oferecem diversas atividades, como a sala de dança (Figura 65) e a de ioga (Figura 66). Ambos as salas são destinadas a um público menor. Contam com e acessibilidade, conforto acústico e físico com almofadas e meia altura e um espaço aberto, com cores favoráveis para as suas atividades, sejam elas de animação ou calmaria.

Figura 65 - Sala de dança



Fonte: O Autor, 2021

Figura 66 - Sala de Ioga



Fonte: O Autor, 2021

A Biblioteca (Figura 67), possibilita aos usurários o acesso gratuito aos livros, incentivando, assim, o hábito da leitura. Isso tudo ocorre da forma mais leve possível, propiciado por um espaço confortável, com um layout adaptável para que o público alvo possa, com autonomia, escolher leituras e se acomodar no local. Os pufes, a cadeira e uma mesa flexível auxiliam para um conforto e bem-estar. Além disso, há a sala de cursos, reservadas para o oferecimento de oficinas e cursos avulsos, ou seja, qualquer pessoa possa aluga-la, mantendo, assim, o espaço sempre atualizado. Por esse motivo, foi pensado como um espaço aberto, sem mobília,

apenas com cores neutras.

Figura 67 - Biblioteca

Fonte: O Autor, 2021

No mesmo nível, se encontram a sala de estudos (Figura 68), onde conta com um layout simples, com uma mesa e cadeiras, que permite mudanças a depender da necessidade do usuário e da quantidade pessoas. Além disso, possui um móvel para guardar volumes.

Figura 68 - Sala de estudos

Fonte: O Autor, 2021

A sala de artes (Figura 69), no mesmo nível tem o intuído do desenvolvimento do lado artístico e divertimento entre as gerações, possuindo cadeiras, mesa,

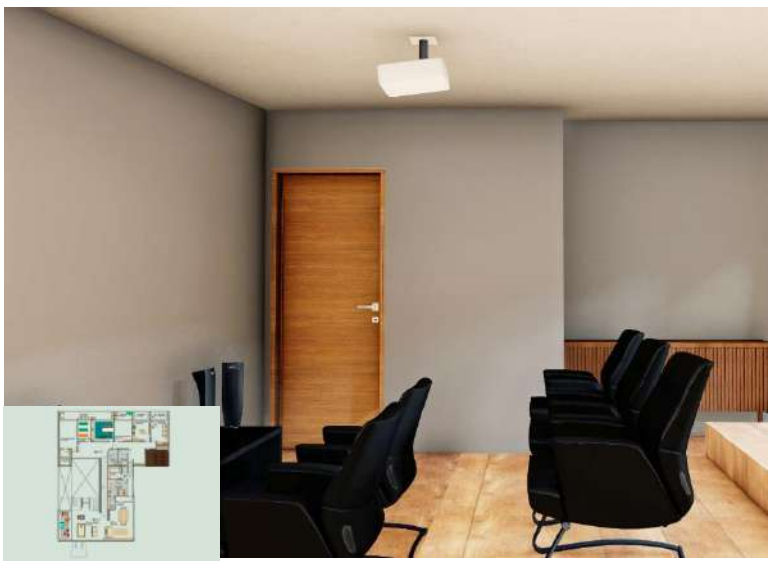
cavalete, quadros e afins, além de uma meia parede pintada de modo a atiçar a produção.

Figura 69 - Sala de artes

Fonte: O Autor, 2021

Já no cinema foram inseridos dois degraus para melhor visualização da tela. Também foi pensado de modo que se torne o mais confortável possível, com a inserção de matérias como cortina, painel acústico de lã, tanto nas paredes, como no teto, madeira em meia parede e carpete para não danificar o piso original. Tudo isso foi desenvolvido para melhorar o isolamento acústico. As cores foram para que os materiais entrem em conflito com os demais.

Figura 70 - Cinema



Fonte: O Autor, 2021

No espaço externo, o paisagismo original de Burle Marx foi seguido com acréscimo de algumas árvores para proporcionar sombreamento no local, assim como um layout acessível e adaptável. O espaço para jogos e a recuperação da piscina (Figura 71), que estava enterrada, agora constituem ambientes de lazer, feitos para brincadeiras, socializações e integração entre as gerações.

Figura 71 – Espaço de convivência e jogos

Fonte: O Autor, 2021.

Essa região ainda conta com a implementação da praça (Figura 72) que possui bancos de madeira, desenhos de paginação original obtidos por meio das plantas disponíveis no trabalho de Melo (2013). Atua, assim, como um espaço de recreação para crianças com áreas livres e caixas de areia.

Figura 72 – Praça

Fonte: O Autor, 2021.

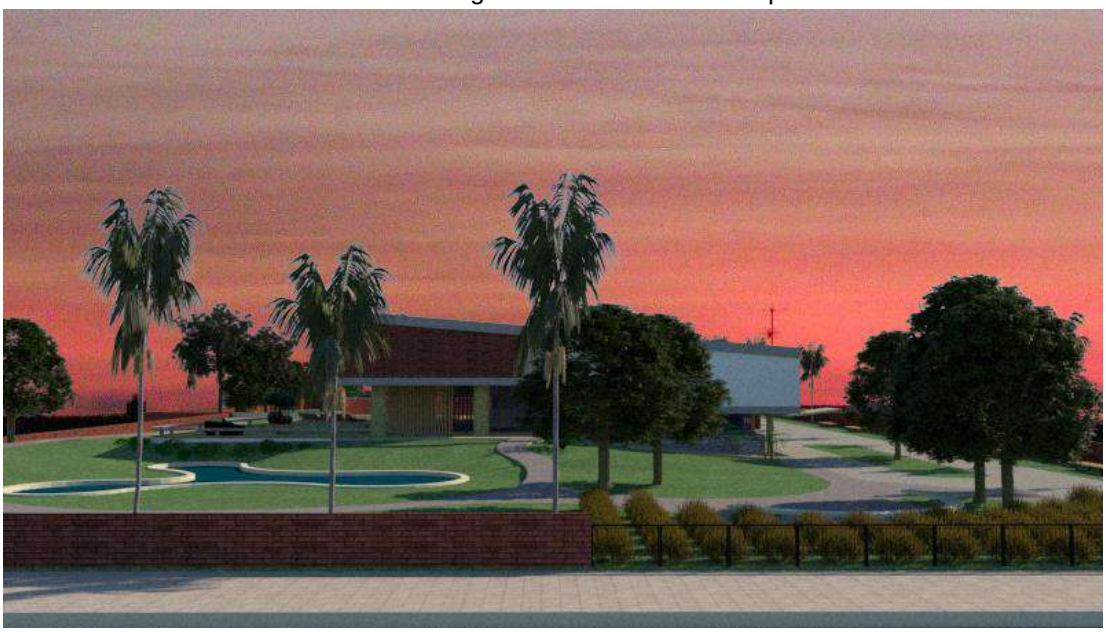
Na entrada secundária, com acesso pela Av. Julia Freire, se encontra o espaço destinado ao foodpark (Figura 73). É viável não só para pedestres, como também para automóveis. O layout é totalmente adaptável, possibilitando a fruição do local de maneiras, visto que, com a implementação de grama e de árvores, a área se torna sombreada e confortável. Além disso, possui um espaço considerável para atividades diversas e um suporte para necessidades, como banheiros, inseridos tanto no foodpark como na praça.

Figura 73 – Foodpark

Fonte: O Autor, 2021.

Por fim segue mais imagens referente aos ambientes deste anteprojeto:

Figura 74 – Fachada Principal



Fonte: O Autor, 2021.

Figura 75 – Perspectiva 01 fachada principal

Fonte: O Autor, 2021

Figura 75 – Perspectiva 02 fachada principal

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 77 – Perspectiva praça

78 – Perspectiva foodpark 01

Fonte: O Autor, 2021.

Figura 79 – Perspectiva foodpark 02

Fonte: O Autor, 2021.

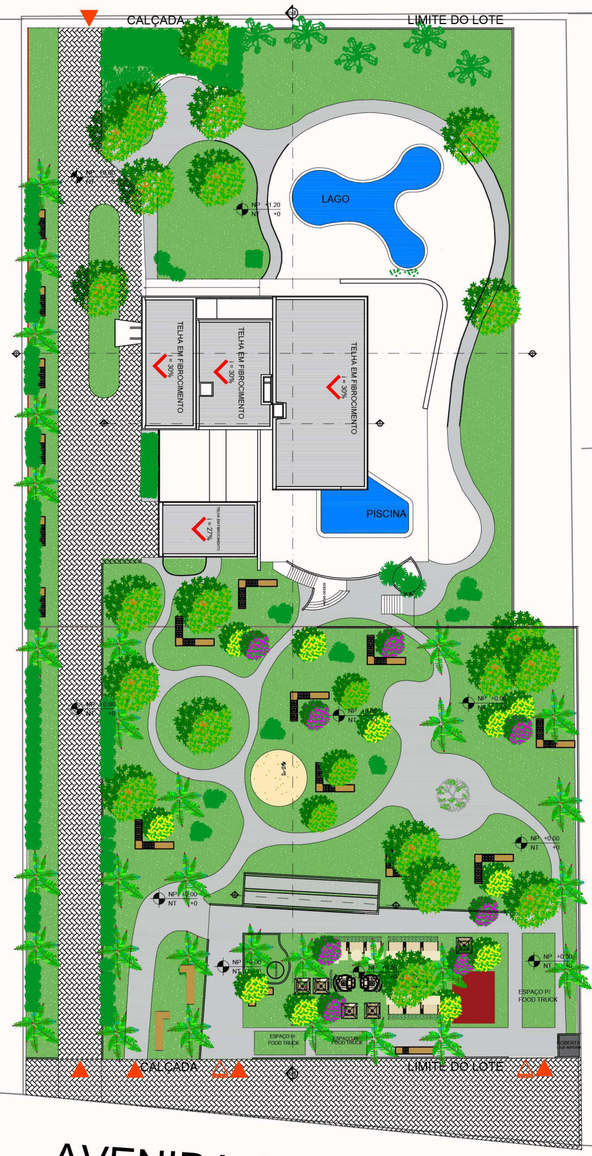
Figura 80 - Perspectiva foodpark 03

Fonte: O Autor, 2021.

6.6. Desenhos técnicos

Sistematizado todas essas informações, este anteprojeto é elaborado com: planta de situação e lote, planta atual, planta de reforma, planta de proposta, planta de layout, planta de coberta, corte, fachadas. Todas elas tanto do centro, como da implementação do foodpark.

AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA



AVENIDA JULIA FREIRE

IGREJA DE SANTA JULIA

PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA 1:500

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

ESCALA 1:2000

INF. DO LOTE

AVENIDA EPITÁCIO PESSOA, NUMERO 1090, BAIRRO DA TORRE, JOÃO PESSOA - PB

(A) ÁREA DO LOTE..... 7.039,78 M²

LEGENDA

ACESSO SOCIAL

ACESSO FOOD TRUCKS

CURSO: ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO: CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO: THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO: PLANTA DE SITUAÇÃO
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

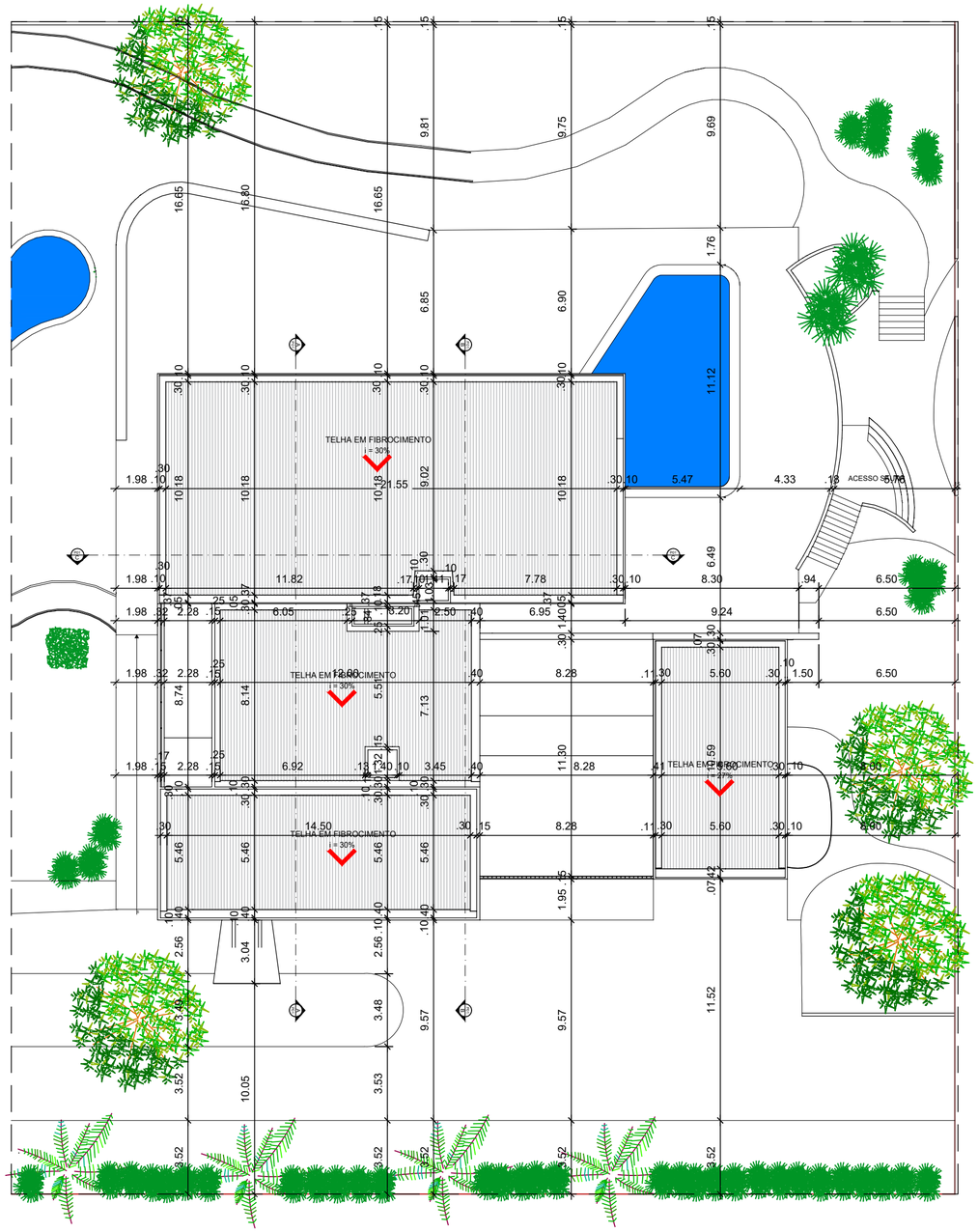
PRANCHA: 01/14

REVISÃO: 000

DATA: 01.06.2021

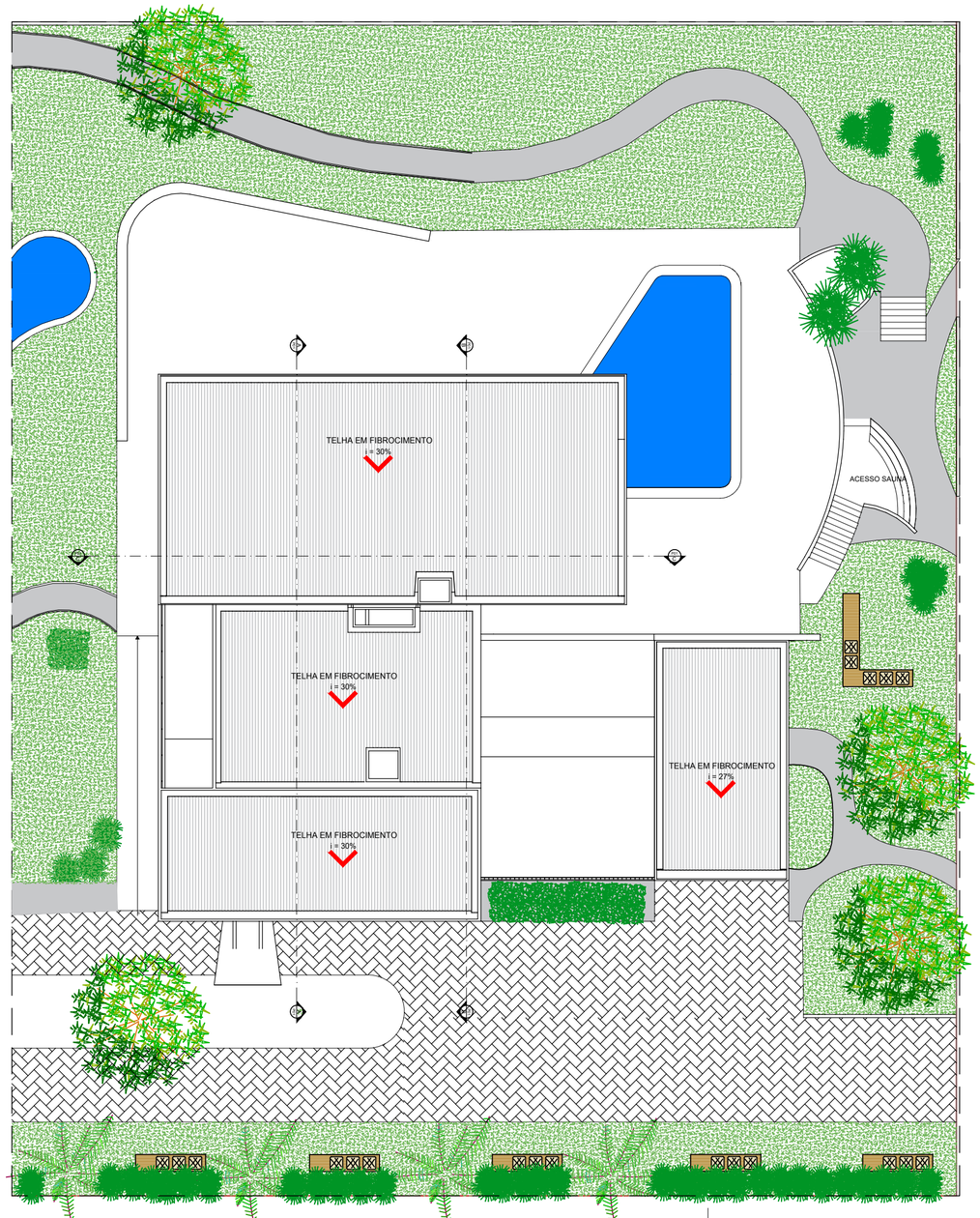
ARQUIVO:

PROFESSOR: ANDREI FERRER



PLANTA BAIXA COBERTA CENTRO INTERGERACIONAL

ESCALA 1:250



PLANTA COBERTA CENTRO INTERGERACIONAL

ESCALA 1:250

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA DE COBERTA - RESIDÊNCIA
PLANTA COBERTA

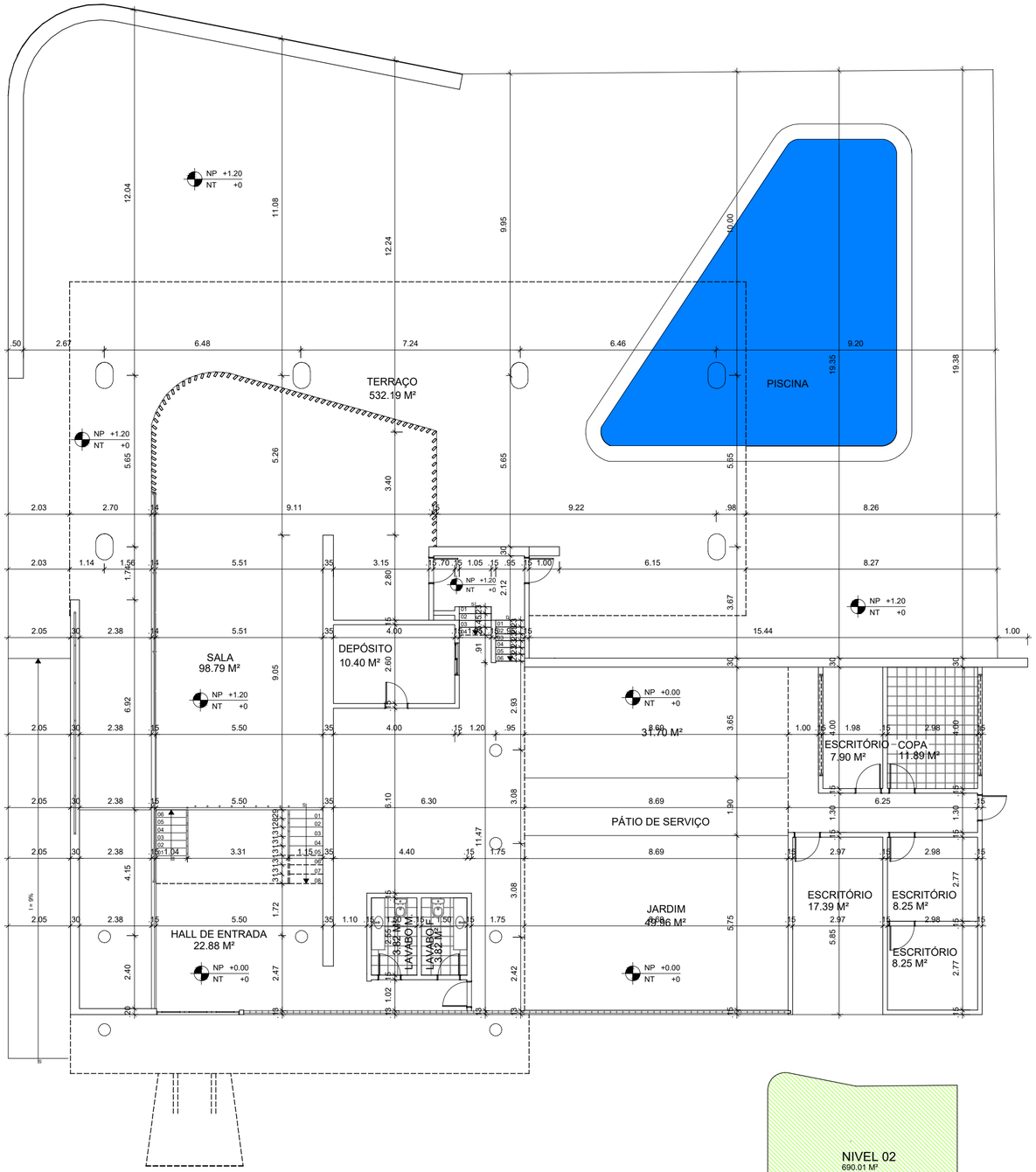
PRANCHA:
02/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

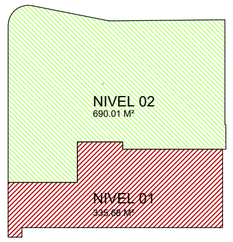
ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



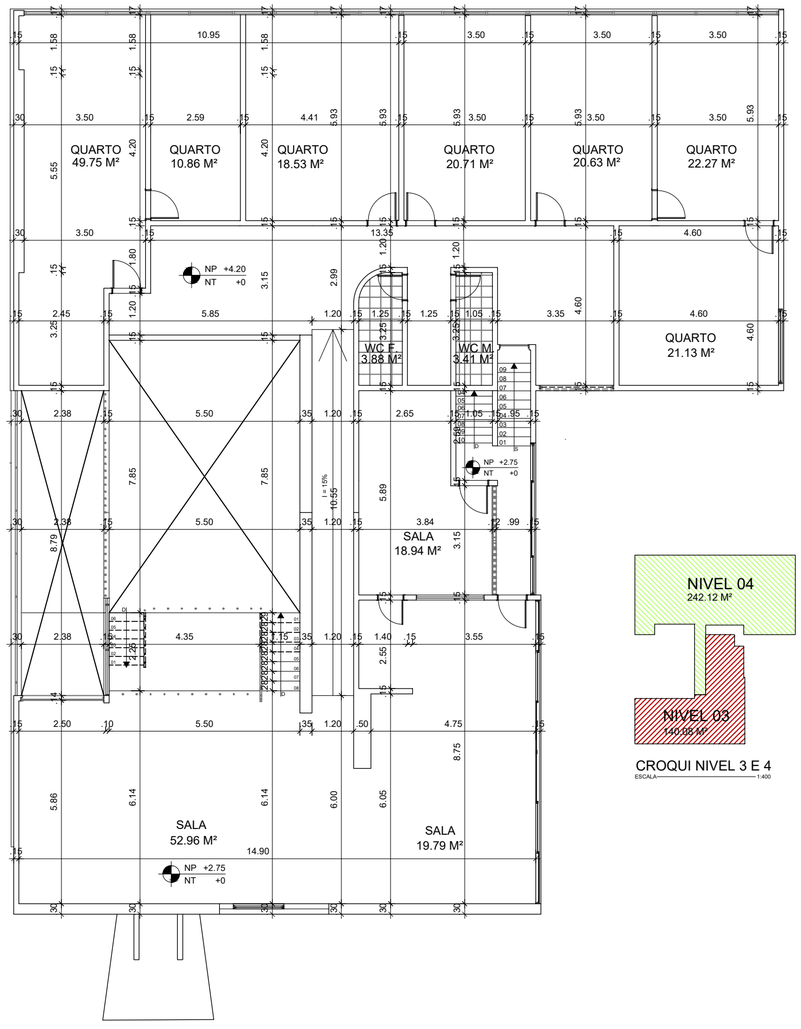
PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:125



CROQUI NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:400



PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:125

CROQUI NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:400

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 1 E 2
PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 3 E 4

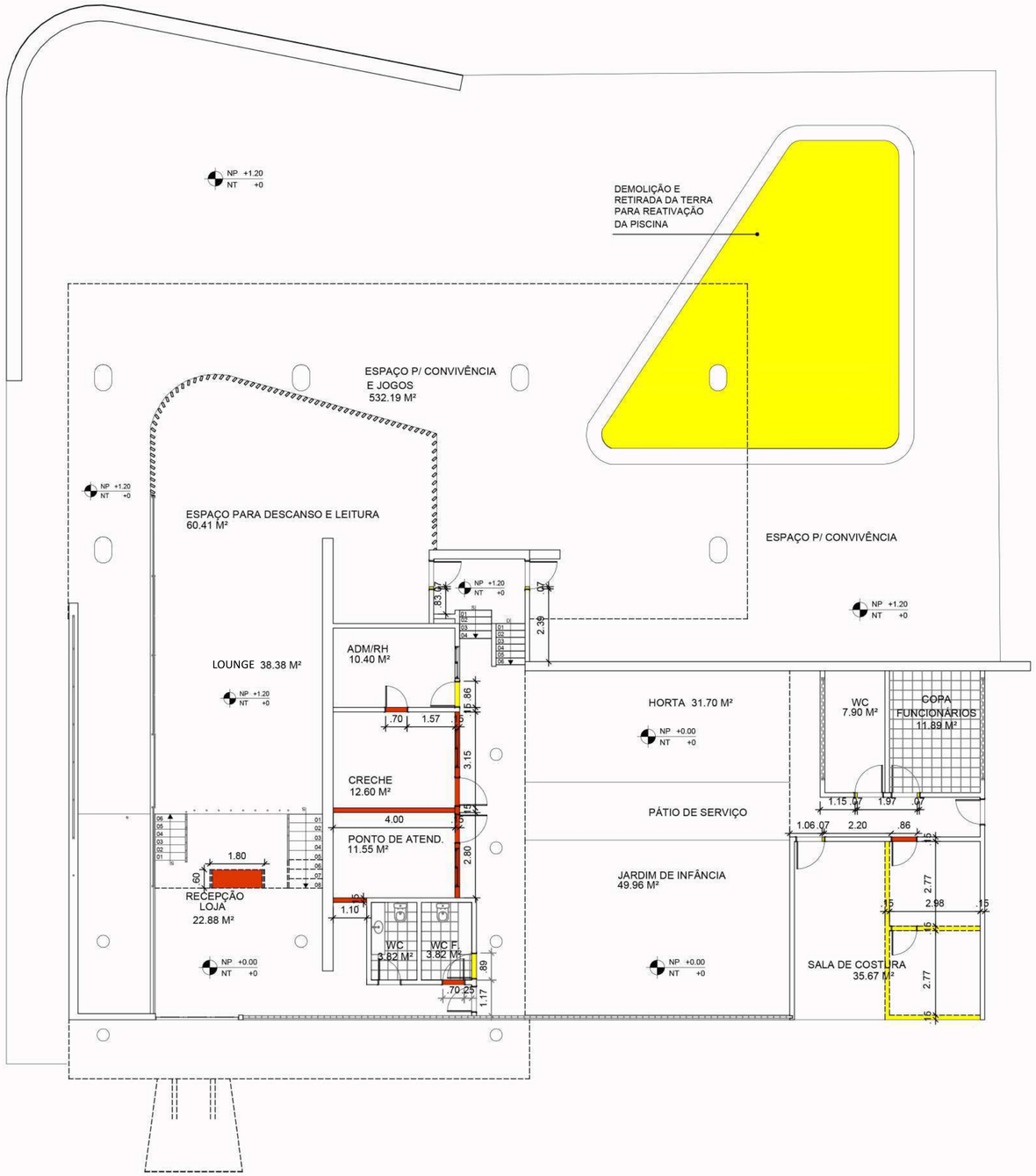
PRANCHA:
03/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



PLANTA DE REFORMA - NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:125

LEGENDA:

SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO
	DEMOLIR
	CONSTRUIR

De acordo com a NBR 9050 em questão da inclinação da rampa em reforma:

6.3.4.2 Em reformas, pode-se considerar o desnível máximo de 75 mm, tratado com inclinação máxima de 12,5 %, sem avançar nas áreas de de circulação transversal, e protegido lateralmente com elemento construído ou vegetação.

6.6.2.2 Em reformas, quando esgotadas as possibiliades de soluções que atendam integralmente à Tabela 4, podem ser utilizadas inclinações. superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8).

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA DE REFORMA - NIVEL 1 E 2

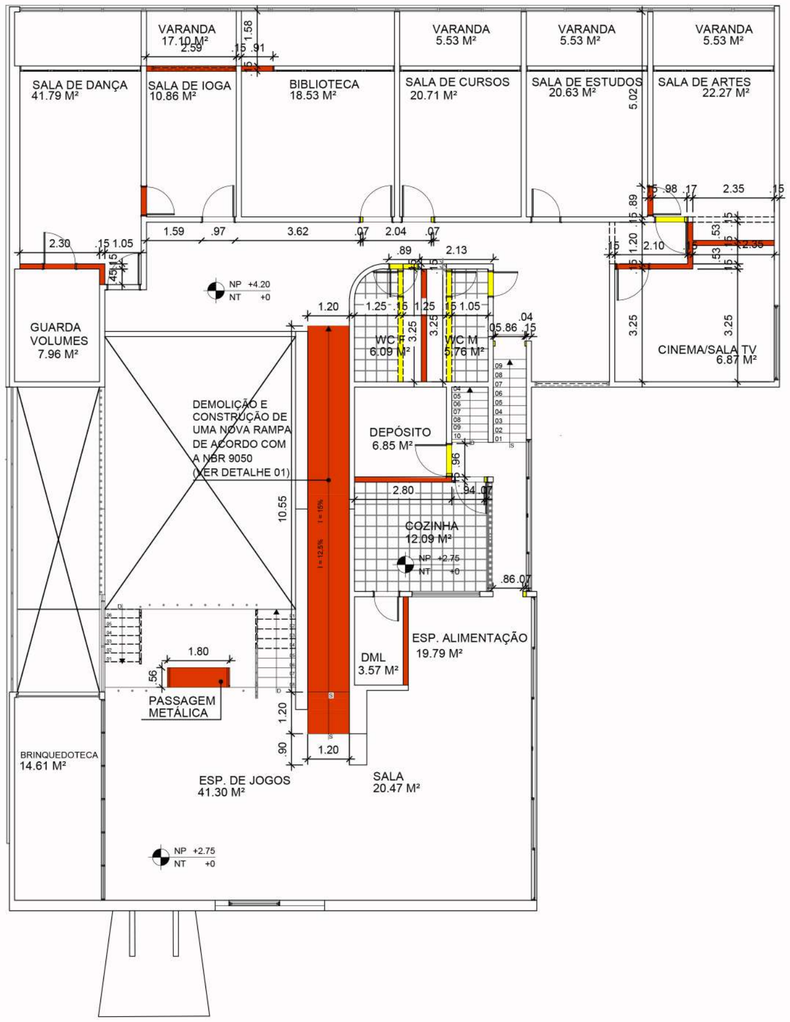
PRANCHA:
04/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

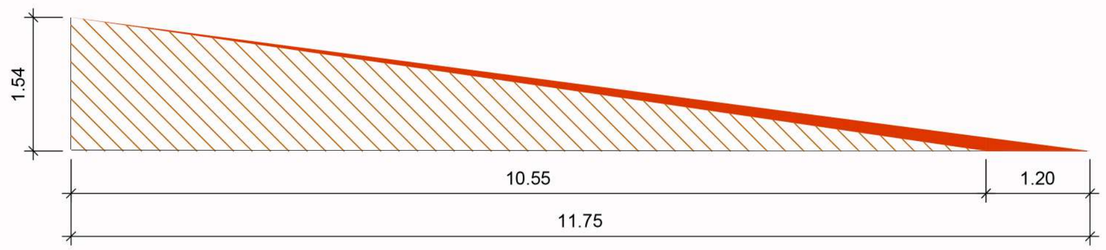
ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



PLANTA DE REFORMA - NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:125



DETALHE 01

ESCALA 1:50

LEGENDA:

SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO
	DEMOLIR
	CONSTRUIR

De acordo com a NBR 9050 em questão da inclinação da rampa em reforma:

6.3.4.2 Em reformas, pode-se considerar o desnível máximo de 75 mm, tratado com inclinação máxima de 12,5 %, sem avançar nas áreas de de circulação transversal, e protegido lateralmente com elemento construído ou vegetação.

6.6.2.2 Em reformas, quando esgotadas as possibiliades de soluções que atendam integralmente à Tabela 4, podem ser utilizadas inclinações. superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8).

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA DE REFORMA - NIVEL 1 E 2

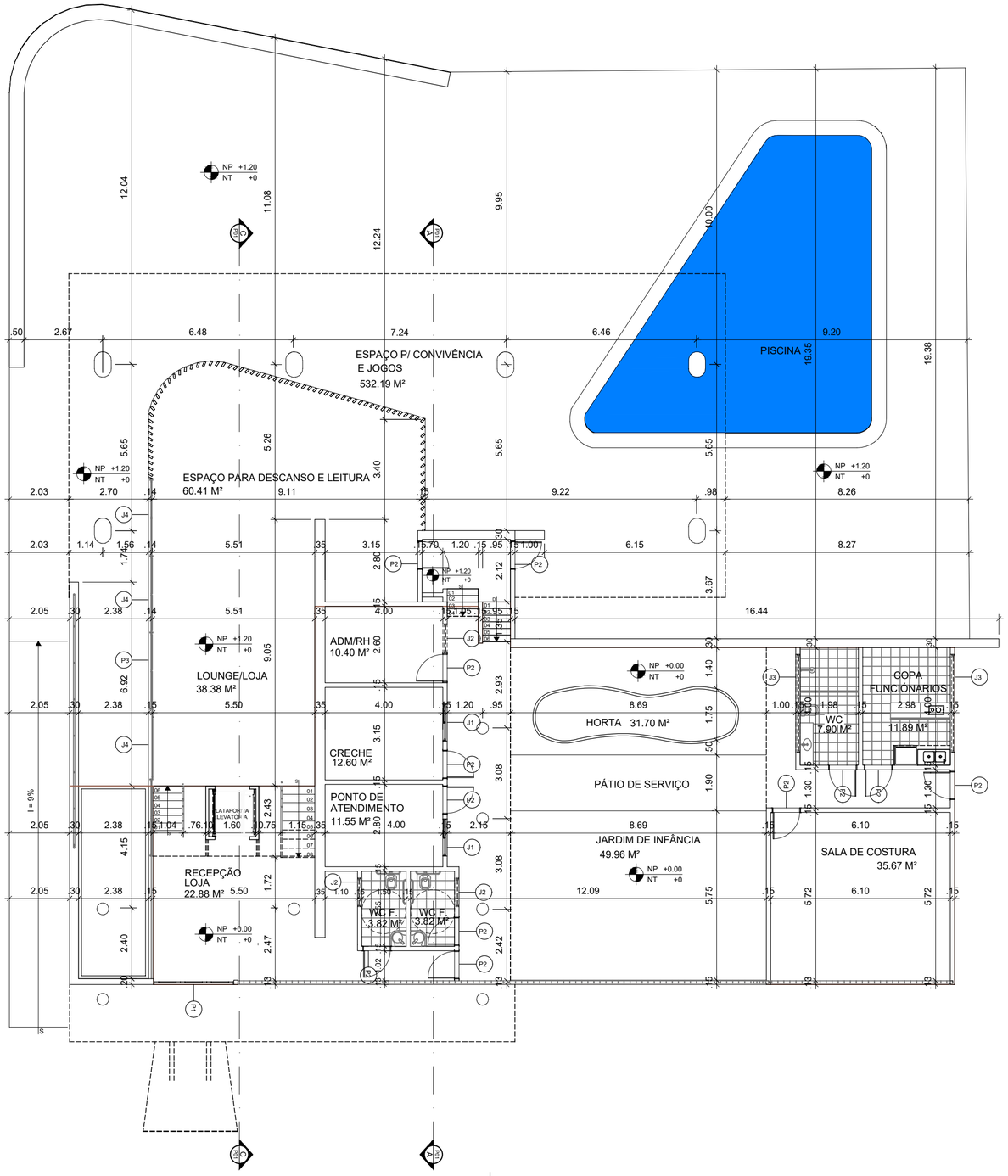
PRANCHA:
05/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER

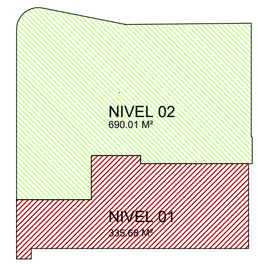


PLANTA BAIXA PROPOSTA - NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:125

QUADRO DE ESQUADRIAS

CÓD.	QTD.	DIMENSÕES		
		LARGURA	ALTURA	PEITORIL
J1	02	1.26m	1.26m	0.90m
J2	03	1.06m	0.36m	1.60m
J3	02	3.35m	1.00m	2.30m
J4	03	2.56m	2.62m	-
J5	01	2.37m	2.75m	-
J6	01	1.46m	1.46m	0.98m
J7	01	8.75m	1.17m	0.98m
J8	01	1.96m	1.16m	1.00m
J9	01	4.38m	1.26m	0.90m
J10	01	2.15m	0.56m	1.50m
J11	01	2.15m	1.16m	1.00m
J12	01	2.56m	0.86m	2.00m
P1	01	2.73m	2.35m	-
P2	26	0.90m	2.13m	-
P3	01	2.56m	2.62m	-
P4	01	0.70m	2.13m	-
P5	05	3.50	2.93m	-



CROQUI NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:400

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA PROPOSTA - NIVEL 1 E 2

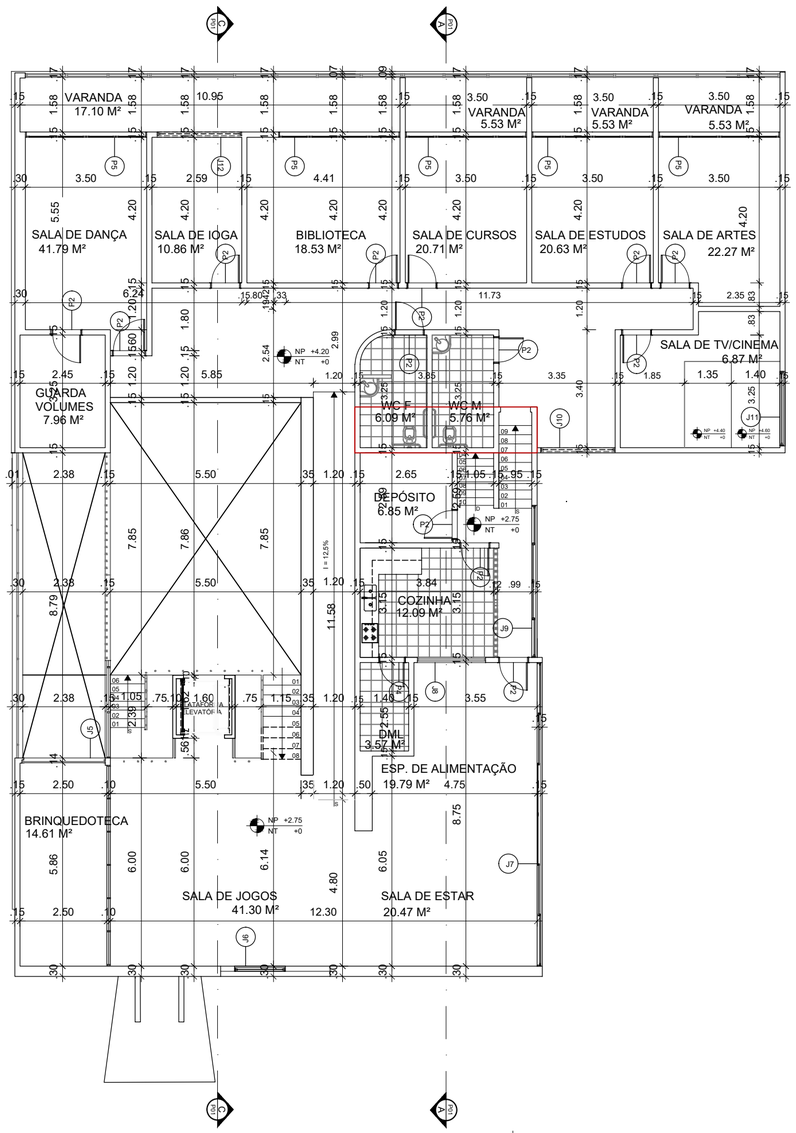
PRANCHA:
06/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER

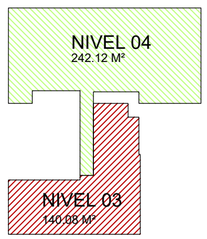


PLANTA BAIXA PROPOSTA - NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:125

QUADRO DE ESQUADRIAS

CÓD.	QTD.	DIMENSÕES		
		LARGURA	ALTURA	PEITORIL
J1	02	1.26m	1.26m	0.90m
J2	03	1.06m	0.36m	1.60m
J3	02	3.35m	1.00m	2.30m
J4	03	2.56m	2.62m	-
J5	01	2.37m	2.75m	-
J6	01	1.46m	1.46m	0.98m
J7	01	8.75m	1.17m	0.98m
J8	01	1.96m	1.16m	1.00m
J9	01	4.38m	1.26m	0.90m
J10	01	2.15m	0.56m	1.50m
J11	01	2.15m	1.16m	1.00m
J12	01	2.56m	0.86m	2.00m
P1	01	2.73m	2.35m	-
P2	26	0.90m	2.13m	-
P3	01	2.56m	2.62m	-
P4	01	0.70m	2.13m	-
P5	05	3.50	2.93m	-



CROQUI NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:400

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA PROPOSTA - NIVEL 3 E 4

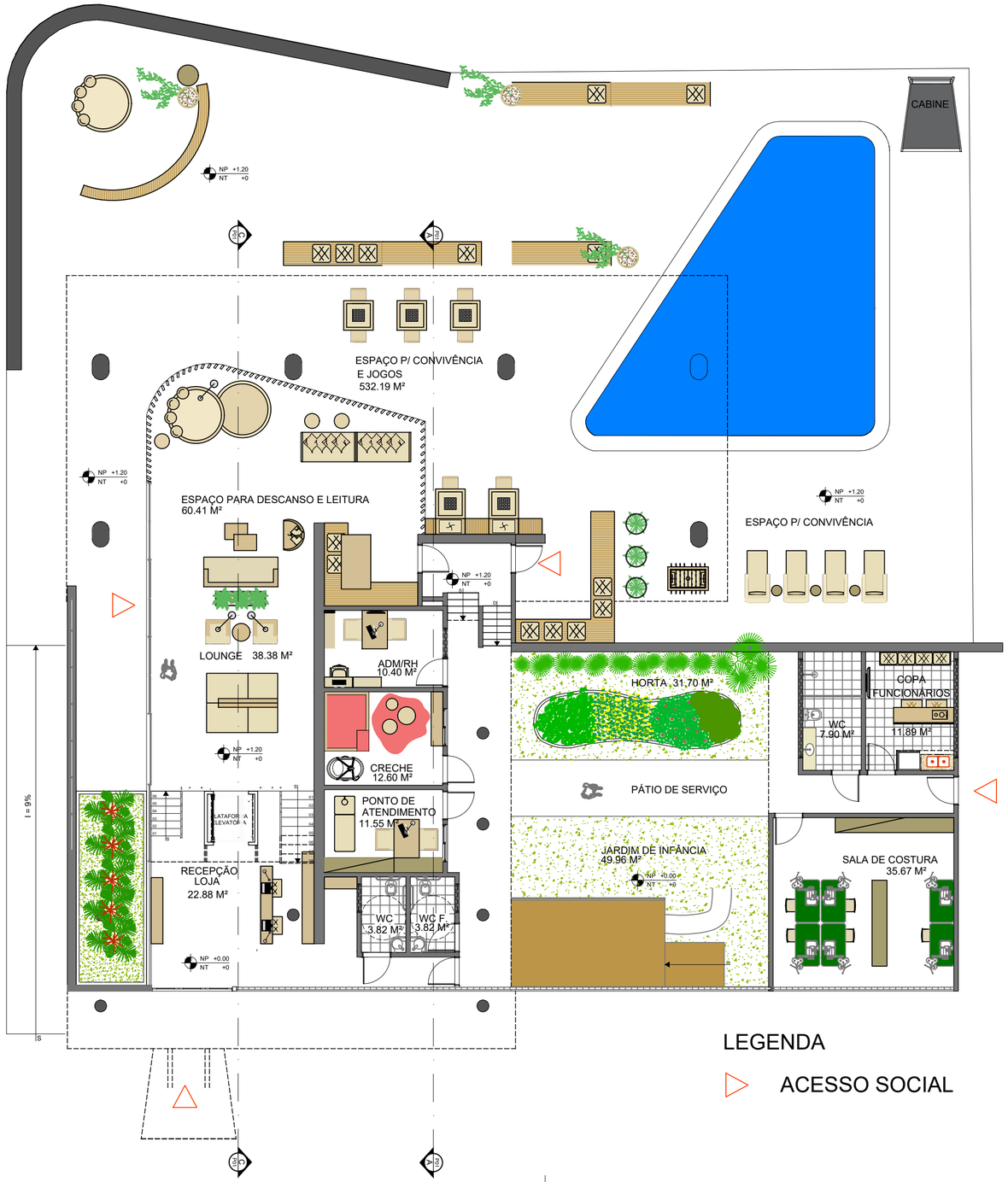
PRANCHA:
07/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER

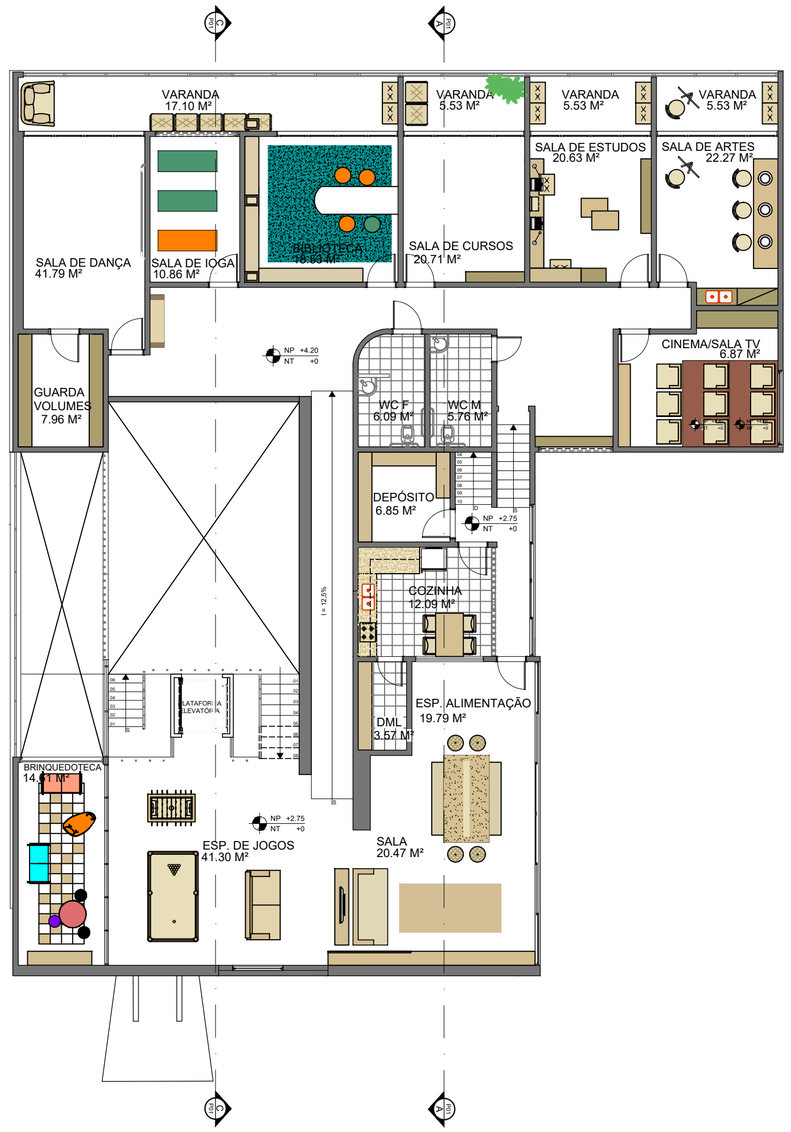


PLANTA DE LAYOUT PROPOSTA - NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:125

LEGENDA

ACESSO SOCIAL



PLANTA DE LAYOUT PROPOSTA - NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:125

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA DE LAYOUT - NIVEL 1 E 2
PLANTA DE LAYOUT - NIVEL 3 E 4

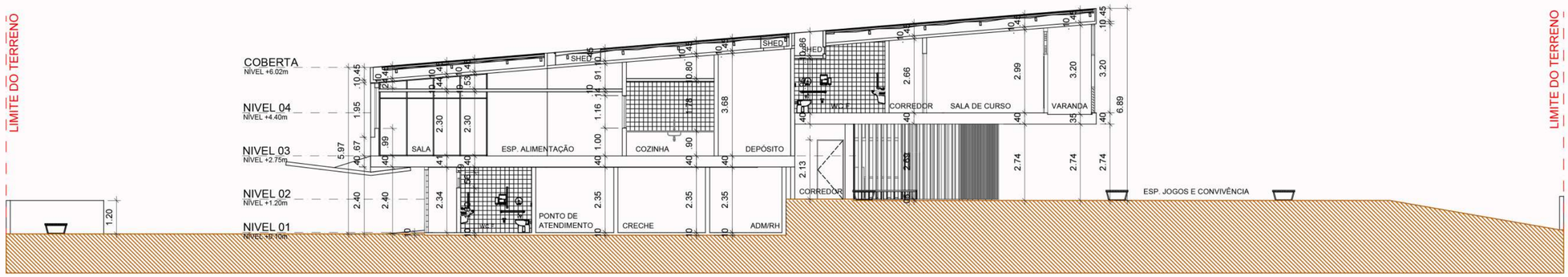
PRANCHA:
08/14

REVISÃO:
000

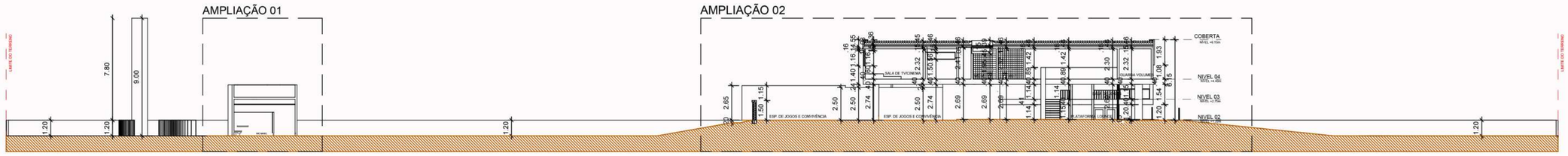
DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

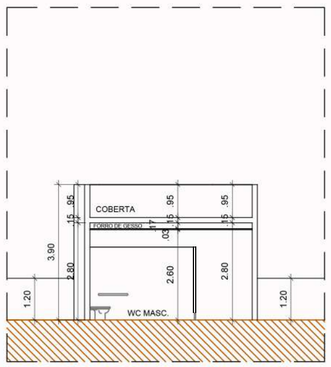
PROFESSOR:
ANDREI FERRER



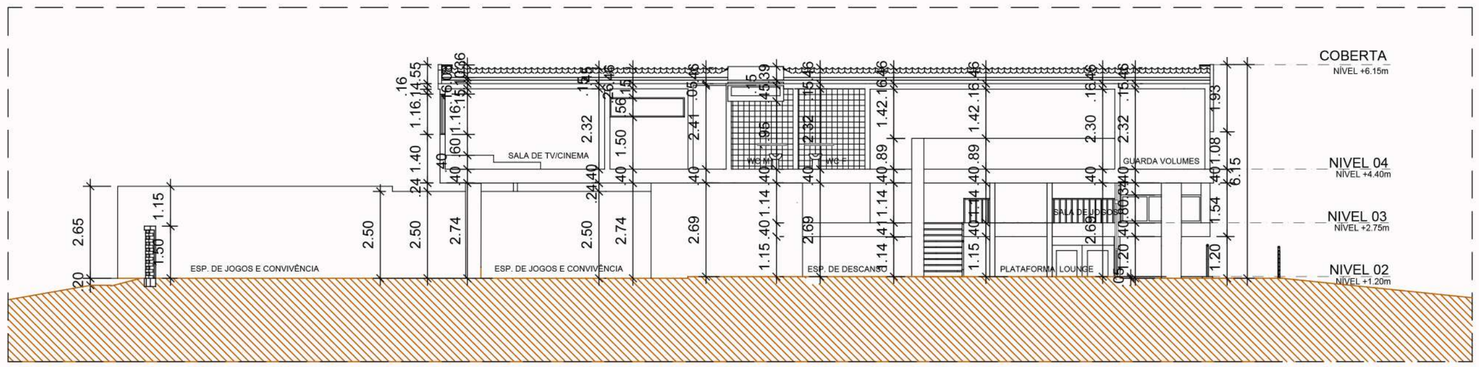
CORTE AA
ESCALA——————1:125



CORTE BB
ESCALA——————1:300



AMPLIAÇÃO 01
ESCALA——————1:125



AMPLIAÇÃO 02
ESCALA——————1:125

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVEINIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
CORTE AA
CORTE BB

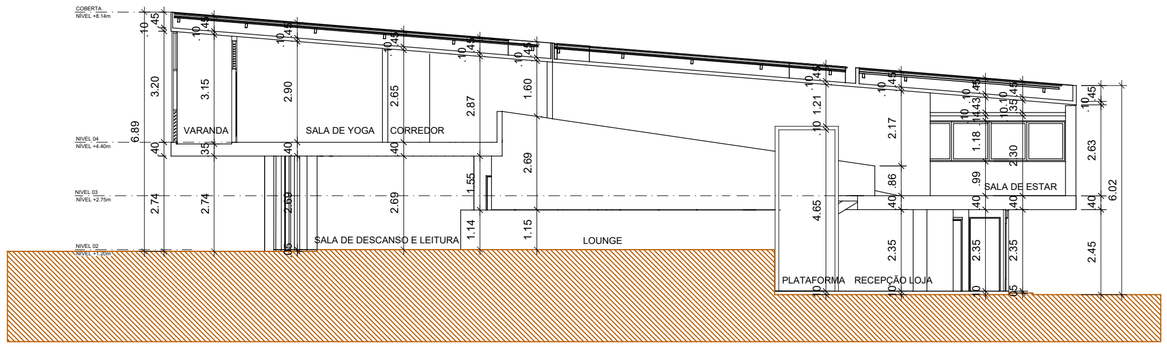
PRANCHA:
09/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

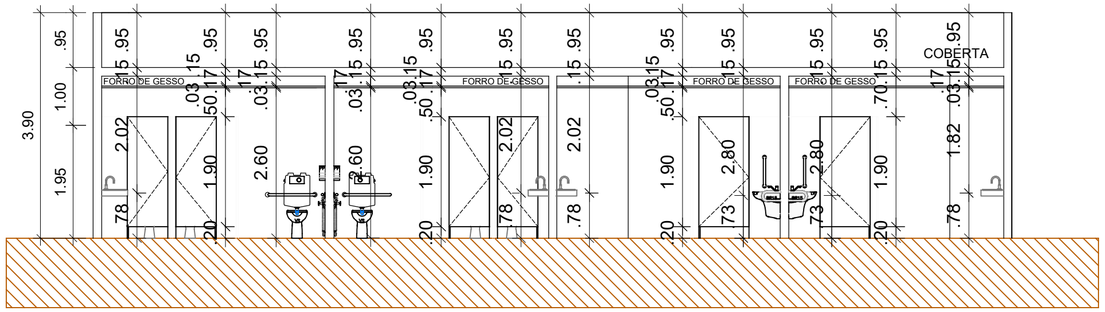
ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



CORTE CC

ESCALA———— 1:125



CORTE DD

ESCALA———— 1:125

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
CORTE CC
CORTE DD
CORTE

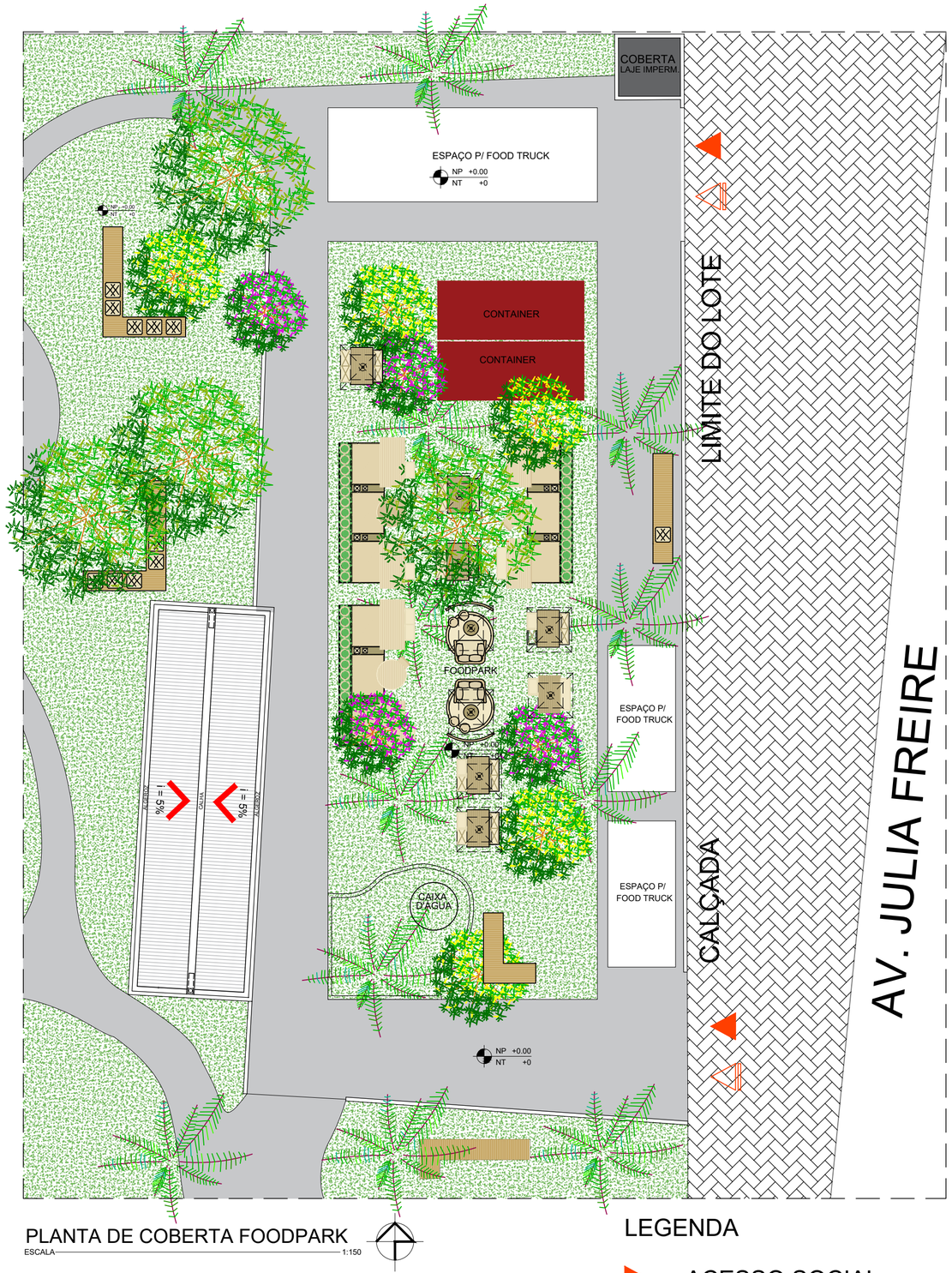
PRANCHA:
10/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



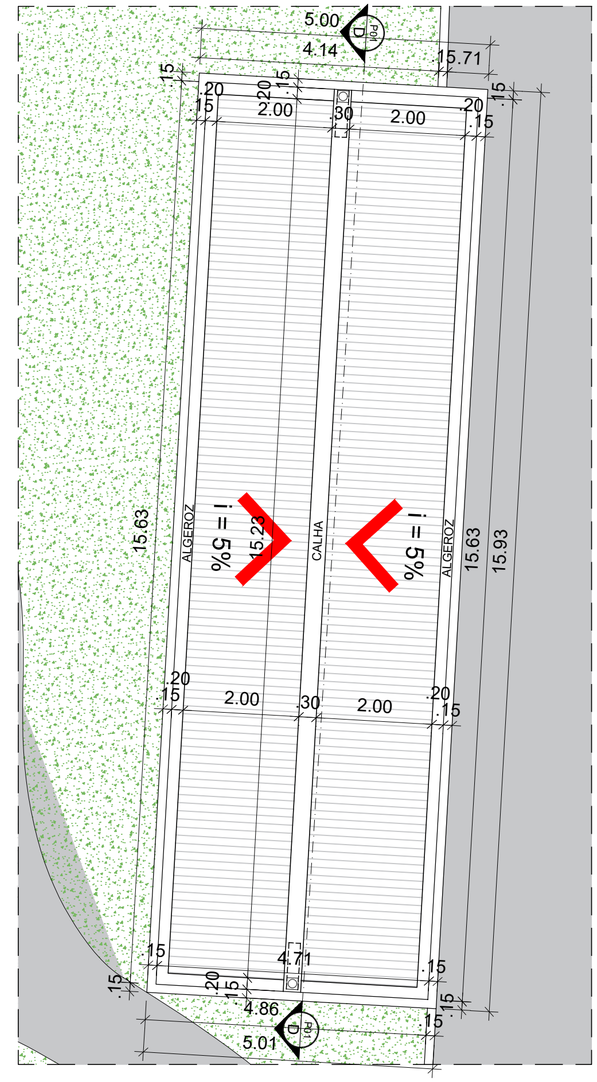
PLANTA DE COBERTA FOODPARK

ESCALA 1:150

LEGENDA

ACESSO SOCIAL

ACESSO FOOD TRUCK



PLANTA DE COBERTA BANHEIROS FOODPARK

ESCALA 1:75

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA DE COBERTA - FOODPARK

PRANCHA:
11/14

REVISÃO:
000

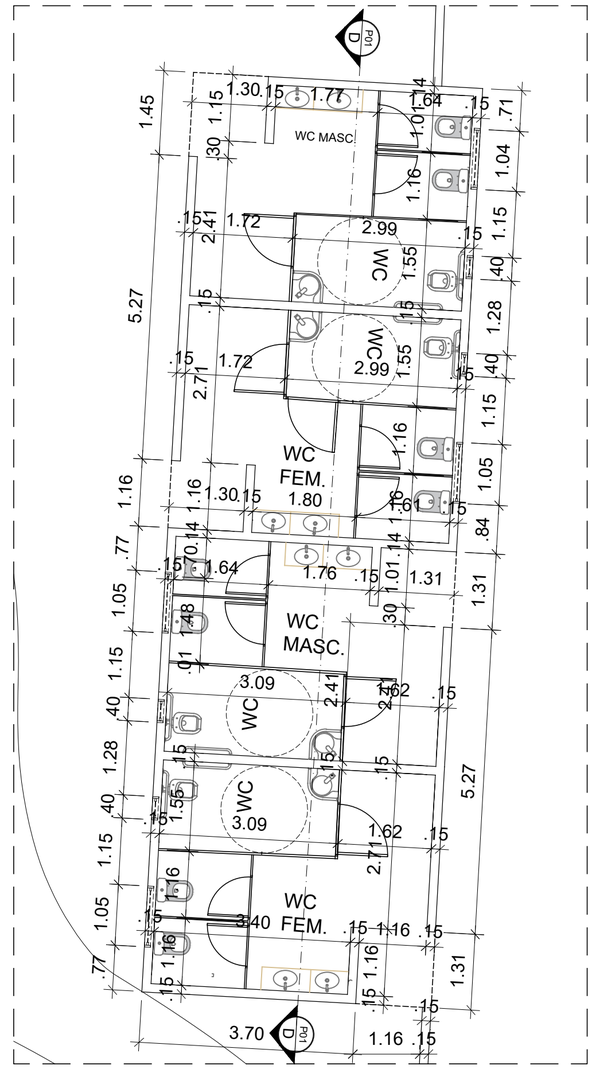
DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER

PLANTA BAIXA FOODPARK

ESCALA 1:150



PLANTA BAIXA BANHEIROS FOODPARK

ESCALA 1:75

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA FOODPARK

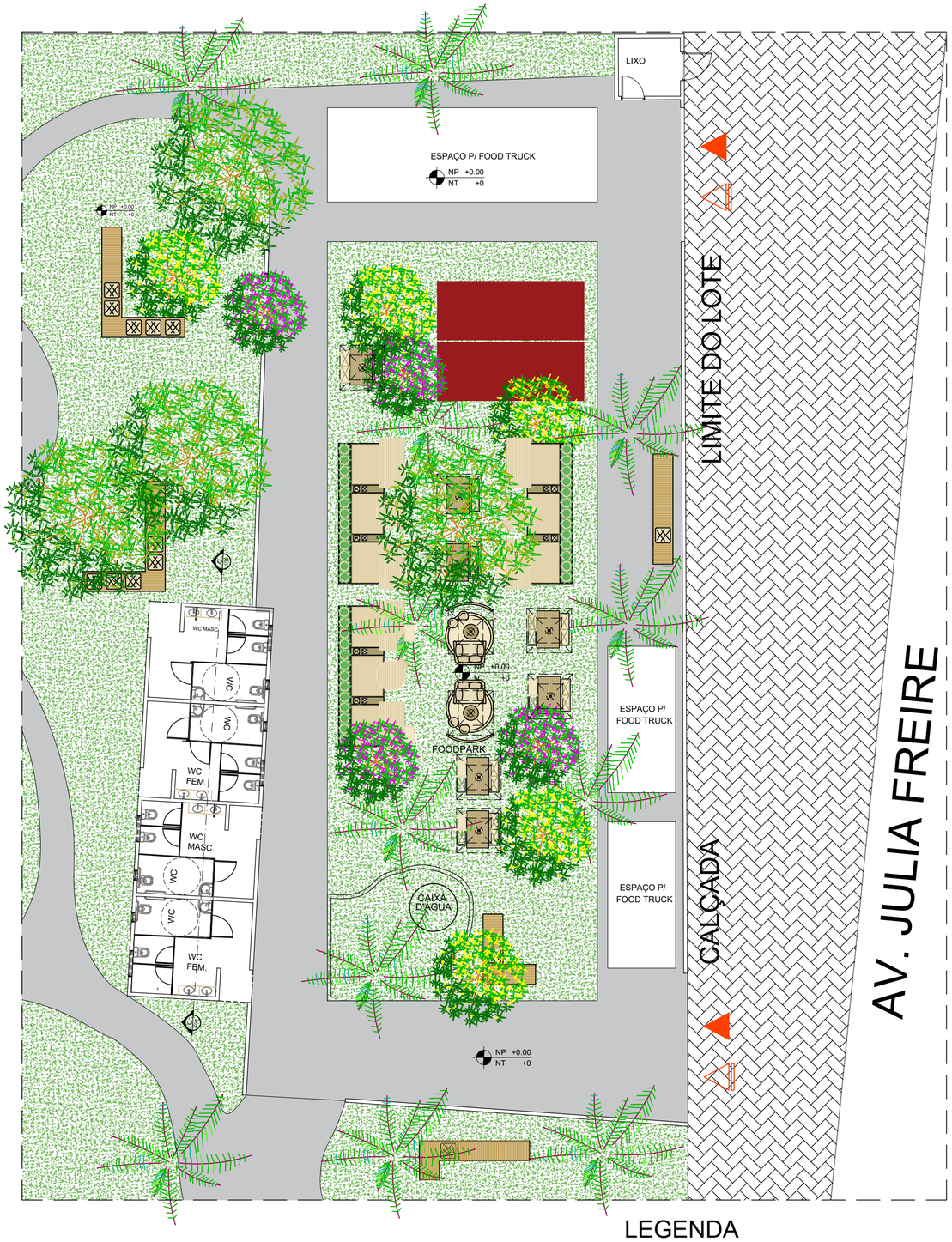
PRANCHA:
12/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER



PLANTA DE LAYOUT FOODPARK

ESCALA 1:150

LEGENDA

ACESSO SOCIAL

ACESSO FOOD TRUCK

CURSO: ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

PROJETO: CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO: THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO: PLANTA DE LAYOUT - FOODPARK

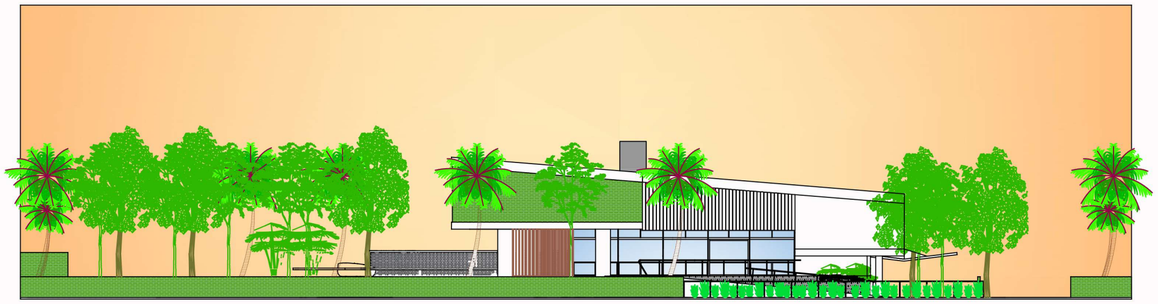
PRANCHA: 13/14

REVISÃO: 000

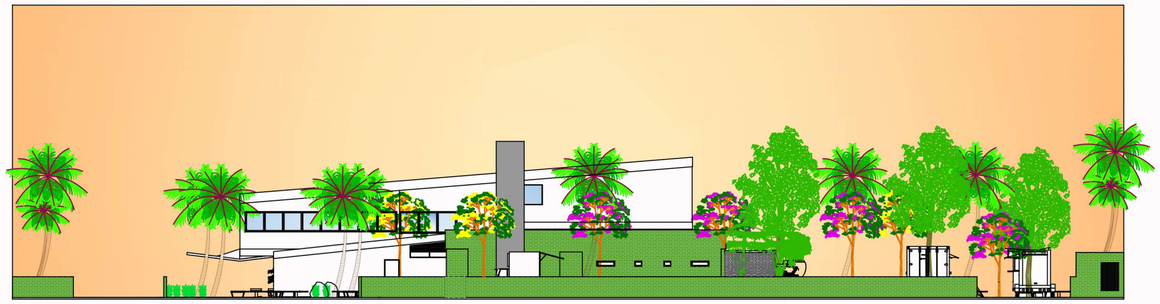
DATA: 01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR: ANDREI FERRER

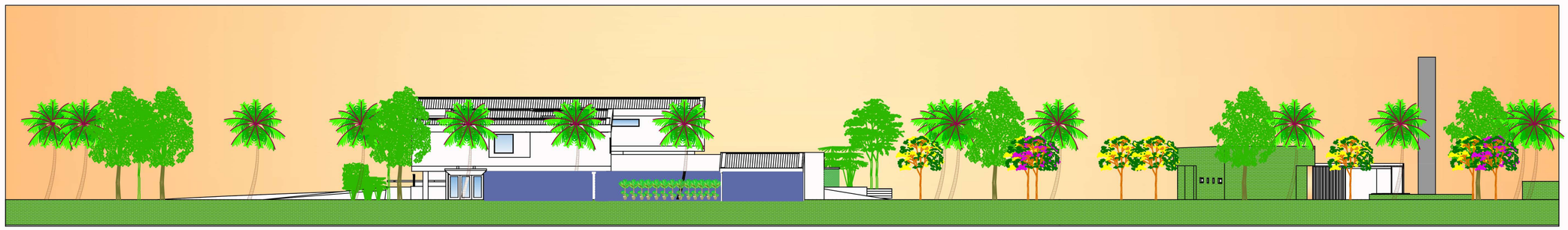


FACHADA NORTE
ESCALA 1:125



FACHADA SUL
ESCALA 1:125

FACHADA LESTE
ESCALA 1:125



FACHADA OESTE
ESCALA 1:125

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

DISCIPLINA:
CENTRO INTERGERACIONAL

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
FACHADA LESTE
FACHADA OESTE
FACHADA NORTE E FACHADA SUL

PRANCHA:
14/14

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:
FACHADAS_26_05.dwg

PROFESSOR:
ANDREI FERRER

REFERÊNCIAS

72 habitação intergeracional, centro de saúde e centro de dia na Plaza. Of America, Alicante. Disponível em: <https://www.premiosdearquitectura.es/pt/premios/30-premios-avs-2010/trabalhos-apresentados/528-72-habitacao-intergeracional-centro-de-saude-e-centro-de-dia-na-plaza-of-america-alicante> Acesso em: 02 nov. 2020.

A câmara municipal celebra o x aniversário da habitação intergeracional plaza de américa. Disponivel em: <https://www.alicante.es/es/noticias/ayuntamiento-celebra-x-aniversario-viviendas-intergeneracionales-plaza-america> Acesso em: 14. mar. 2021.

Acácio Gil Borsoi - Residência Otacílio Campos. Disponível em: <http://arqpb.blogspot.com/2007/10/accio-gil-borsoi.html> Acesso em: 29 out. 2020.

Acácio Gil Borsoi - Residência Otacílio Campos. Disponível em: <http://arqpb.blogspot.com/2007/10/accio-gil-borsoi.html> Acesso em: 29 out. 2020.

Acácio Gil Borsoi Residência Otacílio Campos. 2017. Disponível em: < http://arqpb.blogspot.com/2007/10/accio-gil-borsoi.html>. Acesso em: 03 de jun. 2020.

Acácio Gil Borsoi Residência Otacílio Campos. 2017. Disponível em: < http://arqpb.blogspot.com/2007/10/accio-gil-borsoi.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AFONSO, Filipe Valentim. **Rumo ao mar: as casas de mário di lascio na av. Epitácio pessoa (joão pessoa/pb).** 2019. 13° SEMINARIO DACOMO – SALVADOR/BA – 2019.

Análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde – Perfil de João Pessoa – PB. Disponivel em: < https://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Joao_Pessoa.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

APARECIDA, Andreia Costa, *et al*. **O conceito intergeracional: a viabilidade de sua aplicação nos espaços para convivência entre idosos e crianças.** 2017. Artigo III Seminário Cientifico da FACIG. Centro Universitário UNIFACIG, Universidade de Santa Maria, Igarassu, Pernambuco, 2017.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil do Munincipio de João Pessoa, PB. Disponivel em: < http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

CAROLINE, Amorim. **Centro Intergeracional Convivência e Aprendizado no Centro de Palhoça**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso elaborado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina – Florianópolis. 2018.

CAROLINE, Amorim. **Centro Intergeracional Convivência e Aprendizado no Centro de Palhoça**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso elaborado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina – Florianópolis. 2018.

CARRAPATOSO , Susana Maria Gonçalves. **A atividade fíisica intergeracional: praticas num centro social.** Dissertação de licenciatura apresentada a faculdade de desporto da Universidade do Porto, Porto, 2009.

Centro Intergeracional. Disponivel em: http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/cinterge/> Acesso em: 12 jan. 2021.

Comissão de direitos humanos e minorias. Disponivel em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/tempo-de-viver-mais-e-melhor> Acesso em: 12 mar. 2021.

Creche + Residência da Terceira Idade / a/LTA. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-168455/creche-plus-residencia-da-terceira-idade-slash-a-slash-lta> Acesso em: 04 out. 2020.

El Edificio Intergeneracional Plaza de América en Alicante. Disponivel em: <https://www.espaciosintergeneracionales.com/edificio-intergeneracional-plaza-america-alicante/> Acesso em: 13 fev. 2021.

Filho, Gubio Mariz T. de Souza. **Inventário de bens culturais de João Pessoa**. Volume II. João Pessoa - PB: Governo do Estado da Paraiba, 2018-2019.

Idosos são 11,4% da população da Paraíba; indice é o maior do NE. Disponivel em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/idosos-sao-114-da-populacao-da-paraiba-indice-e-o-maior-do-ne.html> Acesso em: 12 mar. 2021.

Imóveis abandonados em João Pessoa preocupam população. Disponível em: <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/clipping-undefined-pb-agora-imoveis-abandonados-em-joao-pessoa-preocupam-populacao-65-ainda-estao-em-risco-de-desabamento>. Acesso em: 04 out. 2020.

Irremediável": professor e arquiteto critica destruição de obra de Gil Borsoi em Reitoria da UFPB. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/irremediavel-professor-e-arquiteto-critica-destruicao-de-obra-de-gil-borsoi-em-reitoria-da-ufpb-292343.html> Acesso em: 04 out. 2020.

Legislação Informatizada - LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - Publicação Original. Disponivel em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10741-1-outubro-2003-497511-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=%C2%A7%203%C2%BA%20As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20que,sob%20as%20penas%20da%20lei.> Acesso em: 12 mar. 2021.

LIMA, A. B.; BHERING, E. **Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 573–596, 2006.

MARANGONI, Jacqueline Ferraz da Costa. **"Meu tempo, seu tempo": refletindo sobre as relações intergeracionais a partir de uma intervenção no contexto escolar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Pisicologia)-Pisicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MELO, Marieta Dantas Tavares de. **Acácio Gil Borsoi: arquitetura residencial paraibana**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOURA, Maria Martha Duque de, VERAS, Renato Peixoto. **Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência**. Physis [online]. 2017, vol.27, n.1, pp.19-39. ISSN 1809-4481. http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000100002.

MYOUNG, Liyeh. **Entre gerações intergeracionalidade como legado para o futuro.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso elaborado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie. Higienópolis, São Paulo – SP. 2019.

OLIVEIRA, Maíra Ribeiro de. **As relações intergeracionais e a participação dos avós na família dos filhos. 2011.** Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Marta Patrícia Machado - **O centro cultural Borsoi** [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Dissertação de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em <www:http://hdl.handle.net/10071/8380>.

PADUA, Carolina Dal Ben. **Arquitetura moderna: um estudo sobre o patrimônio e preservação**. Dissertação Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). FAUUSP, São Paulo, 2013.

Paraiba vai ter mais cidadões com mais de 65 anos do que com menos de 15 em 2041. 2018. Disponivel em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-tera-populacao-com-maioria-maior-de-65-anos-em-2041.html> Acesso em: 22 set. 2020.

PEREIRA, Mercia Rocha. **Patrimônio Arquitetônico Moderno: do debate as intervenções**. 2011. Dissertação de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba - PPGAU UFPB. João Pessoa – Paraíba. 2011.

Presidência da República Casa Civil - LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm> Acesso em: 12/03/2021

Robie House. Disponível em: <https://franklloydwright.org/site/robie-house/> Acesso em: 29/11/2020.

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos. **Recepção e dispersão da arquitetura moderna**

em João Pessoa (1970-1985). 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Gisele Pereira, *et al,* 2018. **Projetando lugares com idosos: Uma análise da produção acadêmica nacional**. Artigo Revista de Arquitetura, cidade e contemporaneidade. Porto - Pelotas - RS – Brasil. 2018.

TINEM, Nelci. **Desafios da Preservação da arquitetura moderna: o caso da Paraíba.** 2010. Artigo publicado nos Cadernos PPG-AU/FAUFBA, 2010. Universidade Federal da Paraíba - PPGAU UFPB. João Pessoa – Paraíba. 2010.

ANEXO 01

Estado da Paraíba
Diário Oficial

DECRETO N. 31.843

João Pessoa, Sábado, 04 de dezembro de 2010

Tombamento Imóvel n° 1090, Av. Epitácio Pessoa - Borsoi - João Pessoa

Decreto n°. 31.843 de 03 de dezembro de 2010.

Homologa Deliberação N.° 0027/2009 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais-CONPEC - Órgão de Orientação Superior do IPHAEP, declaratória do Tombamento do Imóvel n° 1090 da Avenida Epitácio Pessoa, na Capital deste Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição Estadual, e atendendo ao disposto no Art. 40, do Decreto Estadual N.° 7.819, de 24 de outubro de 1978,

CONSIDERANDO que o CONPEC - Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, ao apreciar proposta de Tombamento do Imóvel n° 1090, situado na Avenida Epitácio Pessoa Capital deste Estado da Paraíba, reconheceu o significativo valor histórico e cultural de sua preservação, um a vez que o mesmo constitui-se um típico, original e autêntico exemplar da arquitetura moderna Brasileira na Paraíba;

CONSIDERANDO ainda, que o projeto arquitetônico de Acácio Gil Borsoi possui estrutura formal, espacial e de implantação vinculadas a Escola Modernista Brasileira.

CONSIDERANDO, finalmente que o imóvel a ser preservado, possui projeto paisagístico do artista plástico, ambientalista e paisagista Roberto Burle Marx ícone do paisagismo Modernista Brasileiro o qual demonstra ainda em sua estrutura física e vegetacional a complexidade e a combinação de variadas espécimes vegetais originais ao projeto primeiro.

DECRETA:

Art. 1.° - Fica homologada a Deliberação N.° 0027/2009 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC,do IPHAEP, de 29 de junho de 2009, declaratória do Tombamento do Imóvel n° 1090 da Av. Presidente Epitácio João Pessoa, nesta Cidade de João Pessoa, Capital da Paraíba, pela sua importância cultural, histórica e arquitetônica, ambiental e paisagista.

Art. 2.° - Para efeito do Tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, tomará as providências cabíveis, em cumprimento à legislação vigente, inscrevendo o referido imóvel no Livro de Tombo respectivo e sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente;

Art. 3.° - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, de 03 de_dezembro_de 2010., 122.° da Proclamação da República.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO
Governador

FRANCISCO DE SALES GAUDÊNCIO
SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO 02

Estado da Paraíba
Diário Oficial

DECRETO N. 25.138

João Pessoa, Domingo, 20 de fevereiro de 2005

Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa

Publicado no Diário Oficial de 29/06/2004
Republicado por incorreção e por omissão na publicação da Deliberação

DECRETO Nº 25.138, DE 28 DE JUNHO DE 2004

Homologa a Deliberação n° 05/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, deste Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a Deliberação nº 05/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - **CONPEC**, de 19 de fevereiro de 2004, que tomba o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, redefine a delimitação da área e aprova zoneamentos, procedimentos de intervenções e usos, conforme os anexos 01, 02 e 03, que integram e se fazem publicar com o presente Decreto.

Art. 2º A Secretaria da Educação e Cultura, através do IPHAEP, definirá os meios técnicos e administrativos e os proverão dos recursos financeiros necessários à realização dos estudos para efetivação do cadastro e inventário, visando à gestão da preservação do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nata data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 9.484, de 10 de maio de 1982, e as demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 28 de junho de 2004; 116º da Proclamação da República.

CÁSSIO CUNHA LIMA

Publicado no Diário Oficial de 29/06/2004
Republicado por incorreção e por omissão na publicação da Deliberação

CONSELHO DE PROTEÇÃO DOS BENS HISTÓRICO-CULTURAIS – CONPEC

DELIBERAÇÃO N 005/2004

INTERESSADO: **Subsecretaria de Cultura do Estado da Paraíba e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba**
LOCALIZAÇÃO: **João Pessoa**
PROCESSO Nº: **0319/2003**
SESSÃO:**1012ª**

Reunido em sessão plenária de 19 de fevereiro de 2004, o Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais – CONPEC, órgão de deliberação superior deste Instituto, com o comparecimento dos conselheiros Josecélia Rangel Pontes, Umbelino José Peregrino Araújo de Albuquerque, Cláudio Roberto da Costa, Humberto Cavalcante de Mello e Maria Betânia Matos de Carvalho, e dos suplentes Cláudio Nogueira e Janizete Rangel Pontes Lins, sob a presidência de José Octávio de Arruda Mello, Diretor-Executivo do IPHAEP.

Considerando, que o Centro Histórico Inicial da cidade de João Pessoa, delimitado através do Decreto Estadual nº 9.484 de 10/05/1982, não obstante sua importância contextual para a proteção, gerou uma poligonal baseada em critério quantitativo de configuração espacial, ora, exige a sua reorientação dentro de critérios qualitativos, objetivando preservar as feições arquitetônicas e urbanas necessárias a sustentabilidade e à preservação da identidade da cidade;

Considerando, que a prática cotidiana da proteção do Centro Histórico de João Pessoa, realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP identificou, ao longo dos anos, a necessidade de uma melhor instrumentação técnica para a gestão dessa área;

Considerando, que as práticas atuais de proteção e gestão do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, natural, etnográfico e cultural de sítios, centros e cidades históricas, orientam-se pelo planejamento integrado e permanente (Prefeitura Municipal de João Pessoa, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, IPHAEP e Comissão do Centro Histórico de João Pessoa), alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação e na relação do espaço histórico com a totalidade da cidade;

Considerando, que este conhecimento identifica as particularidades das diferentes áreas que compõem um mesmo Centro Histórico, as quais devem estar refletidas nos instrumentos de gestão de forma a possibilitar a preservação mais eficaz daqueles elementos detentores de significação cultural, ao mesmo tempo proporcionando a restauração, recuperação e renovação dessas áreas e a revitalização de sua função na vida contemporânea;

Considerando, que a celebração do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha em 1987, envolvendo, pela parte brasileira, o Ministério da Cultura, representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e pela parte espanhola, o Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, representado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional –

AECI, ao incluir o Centro Histórico de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Ibero-Americano, mantido pela AECI na América Latina, possibilitou um melhor conhecimento desta área, a partir de que se formularam instrumentos técnicos para esta gestão;

Considerando, que estas ações consolidam a manutenção dos efeitos da proteção decorrente dos tombamentos incidentes sobre bens individuais e conjuntos localizados no perímetro do Centro Histórico.

DELIBEROU:

Aprovar o tombamento do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, redefinindo a delimitação de sua área, aprovando zoneamentos e procedimentos de intervenções e usos, conforme os Anexos 01, 02 e 03, instruído através do processo em epígrafe, com as seguintes definições:

1. Área de Preservação Rigorosa do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa – APR, conforme tipificada no Anexo 01 da presente Deliberação, constitui área tombada e é formada pelas Avenidas General Osório, Getúlio Vargas, Guedes Pereira, João Machado (entre as Ruas das Trincheiras e João Luís Ribeiro de Morais), João da Mata, Miguel Couto (entre as Ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas) e Monsenhor Walfredo Leal; pelas Ladeiras da Borborema, São Francisco e Feliciano Coelho; pelas Praças XV de Novembro, 1817, Álvaro Machado, Anthenor Navarro, Antônio Rabelo, Aristides Lobo, Caldas Brandão, Capitão Antônio Pessoa, Independência, Trabalho (da Pedra), Doutor Napoleão Laureano, Dom Adauto, Dom Ulrico, João Pessoa, Pedro Américo, Rio Branco, São Francisco, São Pedro Gonçalves, Simeão Leal, Venâncio Neiva e Vidal de Negreiros; pelas Ruas 05 de Agosto, Amaro Coutinho, Antônio Sá, Augusto Simões, Barão do Triunfo, Braz Florentino, Cardoso Vieira, Conselheiro Henriques, Areia, Deputado Odon Bezerra, Duque de Caxias, Gama e Melo, Genaro Sorrentino, Henrique Siqueira (entre a Praça Antônio Rabelo e a Rua da Areia), Jacinto Cruz, João Suassuna, Maciel Pinheiro (entre a Praça Antenor Navarro e a Rua Padre Azevedo), Padre Lindolfo, Padre Gabriel Malagrida, Peregrino de Carvalho, República, Rosário di Lorenzo, Sá Andrade, São Mamede, Trincheiras, Vigário Sarlem e Visconde de Inhaúma, e pela Travessa dos Milagres.

1.1. Integra ainda a APR o Parque Solon de Lucena (LAGOA), constituído pelos seus anéis viários, interno e externo, espelho d'água e áreas verdes.

2. Área de Preservação do Entorno do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa – APE, conforme tipificada no Anexo 01 da presente Deliberação, é o conjunto de imóveis e espaços urbanos localizados entre a APR e o seguinte perímetro: a margem do Rio Sanhauá entre a sua interseção com o Viaduto do Acesso Oeste e o prolongamento da Rua Frei Vital. Segue pela Rua Frei Vital até a Rua Elpídio Alves da Cruz. Segue pela Rua Elpídio Alves até a Avenida Gouveia Nóbrega. Segue pela Av. Gouveia Nóbrega até o encontro com o prolongamento da rua Frederico Chopin. Segue pela Rua Frederico Chopin até Rua Borges da Fonseca. Segue pela Rua Borges da Fonseca até a Avenida Gouveia Nóbrega. Segue pela Avenida Gouveia Nóbrega até a Avenida dos Bandeirantes. Segue pela Avenida dos Bandeirantes até a Rua Deputado Barreto Sobrinho. Segue pela Rua Deputado Barreto Sobrinho até a Rua Philipea. Segue pela Rua Philipea até a Rua Juvêncio Mangueira Carneiro. Segue pela Rua Juvêncio Mangueira Carneiro até a Rua

3. Maria José Ferreira da Silva. Segue pela Rua Maria José Ferreira da Silva até a Rua Alice Maria da Conceição. Segue pela Rua Alice Maria da Conceição até a Rua Professora Idalina Luiza Leadebal Bonifácio. Segue pela Rua Professora Idalina Luiza Leadebal Bonifácio até a Rua Agropecuarista Síndio Figueiredo. Segue pela Rua Agropecuarista Síndio Figueiredo até a Rua Eugênio de Lucena. Segue pela Rua Eugênio de Lucena, cruzando a Avenida Epitácio Pessoa até a Avenida General Bento da Gama. Segue pela Avenida General Bento da Gama até a Avenida Almirante Barroso. Segue pela Avenida Almirante Barroso até a Avenida Coremas. Segue pela Avenida Coremas, cruzando a Avenida Duarte da Silveira, até a Avenida Afonso Campos. Segue pela Avenida Afonso Campos até a Avenida dos Tabajaras. Segue pela Avenida dos Tabajaras até a Avenida Dom Pedro II. Segue pela Avenida Dom Pedro II até a Avenida Princesa Isabel. Segue pela Avenida Princesa Isabel até a Rua Marechal Almeida Barreto. Segue pela Rua Marechal Almeida Barreto até a Praça Castro Pinto. Segue pela lateral da praça Castro Pinto, até a Rua Américo Falcão. Segue pela Rua Américo Falcão até a Avenida Monsenhor Almeida. Segue pela Avenida Monsenhor Almeida até a Avenida Aderbal Piragibe. Segue pela Avenida Aderbal Piragibe até a Avenida 1º de Maio. Segue pela Avenida 1º de Maio até a Rua Prefeito Osvaldo Pessoa. Segue a Rua Prefeito Osvaldo Pessoa até a Rua Frei Martinho. Segue a Rua Frei Martinho até a Rua Francisco Manoel. Segue pela Rua Francisco Manoel até a Avenida Frei Afonso. Segue pela Avenida Frei Afonso até a Rua Doutor Silvino Nóbrega. Segue pela Rua Doutor Silvino Nóbrega até a Rua Arthur Batista. Segue pela Rua Arthur Batista até a Avenida Cruz das Armas. Segue pela Avenida Cruz das Armas até Rua Francisco Ruffo. Segue pela Rua Francisco Ruffo até a Rua Tenente Gil Toscano. Segue pela Rua Tenente Gil Toscano até a Rua Antônio Gomes. Segue pela

Rua Antônio Gomes até a Rua Sem Nome 036/057. Segue pela Rua Sem Nome 036/057 até a Rua Sem Nome 010/057. Segue pela Rua Sem Nome 010/057 até a Rua Rodrigues Chaves. Segue pela Rua Rodrigues Chaves até a Avenida Saturnino de Brito. Segue pela Avenida Saturnino de Brito até a Rua Branca Dias. Segue pela Rua Branca Dias até a Rua Odilon Mesquita. Segue pela Rua Odilon Mesquita até a Avenida Índio Piragibe. Segue pela Avenida Índio Piragibe até o encontro com o Viaduto do Acesso Oeste e as margens do Rio Sanhauá, ponto de origem do perímetro.

3.1. Integram, ainda, a APE as edificações voltadas para o Parque Solon de Lucena.

3.2. O CONPEC aprovará a subdivisão da área da APE em parcelas menores, denominadas de Setores Homogêneos – SH, tipificado no Anexo 01 da presente Deliberação.

4. Para efeito do presente tombamento, as edificações localizadas nas Áreas de Preservação Rigorosa e de Entorno do Centro Histórico de João Pessoa serão classificadas, através de deliberação do CONPEC, segundo os níveis de intervenção tipificados no Anexo 02 da presente Deliberação.

5. A adaptação, reforma, restauração, demolição, nova construção, fixação de publicidade comercial e instalação de atividades, em qualquer edificação nas áreas atingidas pela presente Deliberação, sejam elas em imóveis públicos ou privadas, executadas por agentes da administração pública ou da iniciativa privada, além de atender ao que dispõe o Anexo 03 da presente Deliberação, dependerão de autorização prévia do IPHAEP, concedida através de:

5.1. Deliberação do CONPEC para aquelas edificações localizadas na APR e para as que hajam sido objeto de tombamento individual ou consideradas de conservação total na APE, e para as questões apresentadas em grau de recurso pelos interessados.

5.2. Autorização da Diretoria Executiva do IPHAEP, ouvido o respectivo corpo técnico, para os demais casos, com posterior comunicação ao CONPEC.

5.3. Para as deliberações do CONPEC e para as autorizações da Diretoria Executiva do IPHAEP sobre a adequação das intervenções ao que estabelece a presente Deliberação e aos seus Anexos, será ouvida, com a finalidade de emissão de Laudo Técnico, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

5.4. As deliberações e autorizações emitidas até a presente data terão validade máxima de um (01) ano, contado a partir da publicação do Decreto de Tombamento, para o início das obras. Após o referido prazo, a realização de serviços e obras dependerá de nova autorização nos presentes termos.

5.5. As autorizações concedidas a partir da data de publicação deste Decreto terão validade máxima de 01 (um) ano para início da obra, cujo prazo poderá ser prorrogado, desde que os serviços executados ou em execução respeitem os projetos aprovados.

5.6. A Secretaria-Executiva do CONPEC fornecerá, anualmente, relatório de todas as autorizações concedidas.

6. Caberá à Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia do IPHAEP, conjuntamente com a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, fornecer ao CONPEC os estudos necessários à classificação das edificações e ao estabelecimento dos Setores Homogêneos com seus parâmetros urbanísticos. Os estudos, na forma de inventários e cadastros, deverão ser apresentados no prazo a ser estabelecido por deliberação do CONPEC.

Anexo 01 da Deliberação nº 05/2004/CONPEC

TIPIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Para efeito do presente tombamento, as áreas que compõem o Centro Histórico de João Pessoa ficam assim tipificadas:

Área de Preservação Rigorosa – APR: é o conjunto dos logradouros públicos, dos lotes e edificações com qualquer limite voltado para eles, que possuam ao menos uma das

características abaixo relacionadas, cujos elementos que o compõem, inclusive o próprio traçado urbano, devam ser preservados, valorizados, restaurados ou adaptados às características arquitetônicas e urbanísticas originais:

- concentra grande densidade de exemplares significativos da arquitetura religiosa, civil, Institucional e militar;

- possua conjuntos de edificações que, pela continuidade, harmonia e uniformidade, mesmo tratando-se de construções de natureza popular, formam a ambiência de edifícios significativos;

- está relacionado a acontecimentos históricos ou a personalidades locais, estaduais e nacionais;

- constitua testemunho das práticas e tradições de uma época ou de um momento da sociedade;

- exemplifica a evolução estilística ou tecnológica da arquitetura;

- possua elementos naturais portadores de significação histórica, paisagística ou ambiental.

Área de Preservação de Entorno – APE: é a porção de território natural ou urbano vinculado pela continuidade espacial e evolutiva do traçado urbano e pelos laços históricos, culturais, sociais, econômicos e funcionais à APR, mas que não possua semelhante densidade de bens de significação cultural. Funciona como área de transição e de manutenção da ambiência entre a APR e a área de expansão da cidade, através da preservação do seu traçado urbano e dos bens de significação cultural ainda nela existentes e pela renovação das edificações sem valor de forma a não comprometer a ambiência da APR, notadamente nos aspectos relativos a sua escala e textura de materiais.

Setores Homogêneos – SH: subdivisão da APE, definida a partir de estudos da relação de escala, volume e texturas de materiais com a APR, com o objetivo de determinar valores individualizados de escala, volume e textura de materiais para as novas construções e que melhor se adaptem à manutenção da ambiência da APR.

Anexo 02 da Deliberação nº 05/2004/CONPEC

TIPIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE INTERVENÇÃO PARA AS EDIFICAÇÕES CONTIDAS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Para efeito do tombamento, as edificações contidas nas áreas de preservação do Centro Histórico de João Pessoa terão a seguinte classificação por nível de intervenção:

I. Edificação de Conservação Total – CT: Toda construção que mantiver preservada grande parte de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, tipológicas e decorativas originais.

II. Edificação de Conservação Parcial – CP: Toda construção que mantiver preservada parte de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, tipológicas e decorativas originais.

III. Edificação de Renovação Controlada – RC: Toda construção sem significação cultural, localizada na APR.

IV. Edificação de Renovação Total – RT: Toda construção sem significação cultural, localizada na APE.

Anexo 03 da Deliberação nº 05/2004/CONPEC

DIRETRIZES TÉCNICAS PARA A INTERVENÇÃO NAS EDIFICAÇÕES CONTIDAS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Nos imóveis considerados de **Conservação Total – CT**, as intervenções que

visem a restaurações, reformas, reparações, adaptações, instalação de atividades e de publicidade comercial, deverão ter como diretrizes básicas:

I - preservação das cobertas originais e a adequação daquelas cujas tipologias tradicionais foram alteradas;

II - preservação e restauração da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis;

III - preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais das fachadas dos imóveis;

IV - eliminação de revestimentos em materiais conflitantes, a exemplo de cerâmicas e materiais vidrados, das fachadas dos imóveis, exceção feita aos materiais da tipologia original do imóvel, a exemplo de cantaria e azulejaria antiga;

V - eliminação de qualquer elemento ou equipamento visível de instalação pública e predial das fachadas dos imóveis;

VI - eliminação de pinturas com qualquer acabamento brilhante sobre as alvenarias das fachadas dos imóveis;

VII - preservação da imagem tradicional do imóvel removendo-se elementos que ocultem suas fachadas, como falsas fachadas, balanços, toldos fixos ou marquises, adequando-se ao que estabelece o Código de Posturas do Município de João Pessoa;

VIII - remoção de instalações ou volumes, provisórios ou permanentes sobre as coberturas dos imóveis que sejam visíveis das ruas próximas;

IX - preservação de elementos estruturais originais, ressalvado o disposto no item XII abaixo;

X - preservação da distribuição interna das paredes portantes ou divisórias, de forma a não alterar a estabilidade da estrutura ou a proporção dos espaços interiores originais, ressalvado o disposto no item XII abaixo;

XI - preservação dos espaços livres originais, destinados aos pátios internos, quintais e jardins, nos imóveis, e

XII - reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da coberta estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos.

Nos imóveis considerados de **Conservação Parcial – CP**, as intervenções que visem a restaurações, reformas, reparações, adaptações, instalação de atividades e de publicidade comercial, deverão ter como diretrizes básicas:

I - preservação das cobertas originais e adequação daquelas alteradas às tipologias tradicionais;

II - preservação e, em caso de intervenção, a recuperação da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis;

III - preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais das fachadas dos imóveis;

IV - eliminação de revestimentos em materiais conflitantes, a exemplo de cerâmicas e materiais vidrados, das fachadas dos imóveis, exceção feita aos materiais da tipologia original do imóvel a exemplo de cantaria e azulejaria antiga;

V - eliminação de qualquer elemento ou equipamento visível de instalação pública e predial das fachadas dos imóveis;

VI - eliminação de pinturas com qualquer acabamento brilhante sobre as alvenarias das fachadas dos imóveis;

VII - preservação da imagem tradicional do imóvel removendo-se elementos que ocultem suas fachadas, como falsas fachadas, balanços, toldos fixos ou marquises e adequando-se ao que estabelece o Código de Posturas do Município de João Pessoa;

VIII - remoção de instalações ou volumes, provisórios ou permanentes sobre as coberturas dos imóveis que sejam visíveis das ruas próximas;

IX - preservação de, no mínimo, trinta por cento do total do lote como área não construída, até que o Município estabeleça seus próprios índices, e

X - reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da coberta estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos.

Nos imóveis considerados de **Renovação Controlada – RC**, a adaptação e reforma ou a sua substituição por nova construção, bem como as instalações de atividades e de publicidade comerciais deverão ter como diretrizes básicas:

I - adaptação da tipologia de implantação da edificação no lote aos padrões existentes nos imóveis considerados de **Conservação**, localizados na mesma fachada da quadra, mesmo nos casos em que já tenham sido alterados;

II - adaptação da altura de fachada e de cumeeira a média dos imóveis considerados de **Conservação**, localizados na mesma fachada da quadra;

III - adaptação das novas cobertas à forma e material das existentes nos imóveis de **Conservação**;

IV - adaptação do ritmo, dimensão, proporção e distância de vãos de portas, janelas e balcões aos existentes nos imóveis considerados de **Conservação**, localizados na mesma fachada da quadra;

V - a não utilização de materiais de revestimento e pintura de fachada que sejam conflitantes com as características tradicionais das edificações de **Conservação** localizadas na área, a exemplo de cerâmicas e materiais vidrados, como também pintura ou qualquer acabamento brilhante nas alvenarias, e

VI - a preservação de, no mínimo, trinta por cento do total do lote como área não construída, até que o Município estabeleça seus próprios índices.

Nos imóveis considerados de Renovação Total – RT, a adaptação e reforma ou a sua substituição por nova construção, bem como a instalação de atividades e de publicidade comercial, deverão ter como diretrizes básicas:

I - a adaptação da tipologia de implantação da edificação no lote aos padrões estabelecidos para o SH no qual se localiza;

II - a adaptação da altura de fachada e de cumeeira aos padrões estabelecidos para o SH no qual se localiza;

III - a adaptação dos materiais de coberta e de revestimento e pintura de fachada aos padrões estabelecidos para o SH no qual se localiza, e

IV - a preservação de, no mínimo, trinta por cento do total do lote como área não construída, até que o Município estabeleça seus próprios índices.

ANEXO 03

Ficha **M301** – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)			
Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa			
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)			
Inventário de bens imóveis tombados isoladamente pelo IPHAEP			
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)			**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)			095.044.0000
Figura 04: Fachada Norte do imóvel. Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 05: Fachadas Leste/Sul do imóvel. Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 06: Fachadas Norte/ Leste do imóvel. Fonte: Revista AU 84	

11.DADOS COMPLEMENTARES
11.1.Informações Históricas (síntese)
A edificação de número 1090 é um projeto de autoria do arquiteto pernambucano Acácio Gil Borsoi, sendo projetada em 1955 e concebida como residência para a família de Cassiano Ribeiro Coutinho. É um exemplar singular da arquitetura moderna no Estado da Paraíba e no Nordeste do Brasil. Na qual sofreu sucessivas transformações a partir da década de 1990 para abrigar uso institucional e comercial que lhe causaram alterações, mas não a descaracterizaram em sua essência. Seu valor histórico deve-se ao fato de marcar a expansão do núcleo inicial da cidade em direção às praias da cidade de João Pessoa, através da abertura da Avenida Epitácio Pessoa. A residência Cassiano Ribeiro Coutinho é amplamente conhecida pela população local, em virtude de sua localização, dimensões e visibilidade, de forma que simboliza e evoca este momento típico da arquitetura moderna para o Estado da Paraíba. Fonte: Arquivos digitais IPHAEP. Acesso em: Setembro, 2018.
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)
Atualmente, a Casa modernista possui uso apenas de 05 salas na área posterior do imóvel como: 04 salas de escritório e 01 sala sendo utilizada copa. REFERÊNCIAS UTILIZADAS NESTA FICHA: Fonte: Arquivos digitais IPHAEP. Acesso em: Setembro, 2018.

12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAEP/UbTech Office	12.2. Data
12.3. Responsável	Supervisor do IPHAEP: Gúbio Mariz T. de Sousa Filho Supervisor UBTech Office: Joalisson Cunha Equipe UBTech Office: Arthur Diniz Almeida, Ejoyli Nogueira Braga, Ingrid da Silva Marinho, Lucas Mangueira Lopes, Sara Borges Martins e Savanna Ellen de Marrocos Oliveira.	Setembro de 2018

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Av. João Machado, 348 - Jaguaribe João Pessoa / PB - CEP: 58013-520 (83) 3218-5124 administracao@iphaep.pb.gov.br
Secretaria de Estado da Cultura
GOVERNO DA PARAÍBA

Ficha **M302** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

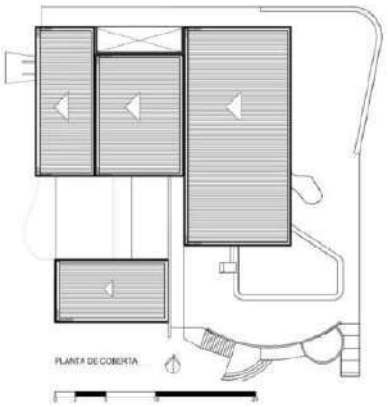


Figura 01: Planta de implantação e coberta
Fonte: UbTech Office, 2018

3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS

Figura 02: Fachada Norte do imóvel.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 03: Fachada Oeste do imóvel.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 04: Fachada Leste do imóvel.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 05: Fachada Sul do imóvel.
Fonte: UbTech Office, 2018

	4. TIPOLOGIA	5.ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO
	Religiosa	1955
x	Civil	**8.USO ORIGINAL**
	Oficial	Residencial
	Militar	
	Industrial	**9.USO ATUAL**
	Ferroviária	Sem uso
	Outra	

6.TOPOGRAFIA DO TERRENO	
	Plano
x (*)	Em aclive
	Em declive
x (*)	Inclinado
	Acidentado

7. PAVIMENTOS				
Acima da rua (nº)			2	
Abaixo da rua (nº)			0	
Sótão		sim	x	não
Porão	x	sim		não
Outros				

10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m]			
Altura fachada frontal	8,60m	Altura da cumeeira	-
Altura fachada posterior	8,60m	Altura total	5,82
Largura	20,70m	Pé direito térreo	2,30
Profundidade	26,85m	Pé direito tipo	2,52

11. OBSERVAÇÕES

(*) Sobre a topografia do terreno é válido comentar que o terreno encontra-se em aclive e parte inclinado, sendo criado patamares para a execução do projeto da edificação.

12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Av. João Machado, 348 - Jaguaribe João Pessoa / PB - CEP: 58013-520 (83) 3218-5124 administrativo@iphaep.pb.gov.br
Secretaria de Estado da Cultura
GOVERNO DA PARAÍBA

Ficha **M302** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

Figura 06: Vista da fachada Norte e lago com paisagismo assinado por Burle Marx Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 07: Paisagismo assinado por Burle Marx Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 08: Detalhe em brises de madeira na fachada Norte e Leste do imóvel Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 09: Detalhe de divisória em painel de cobogó em louça azul na fachada Oeste do imóvel. Fonte: UbTech Office, 2018
Figura 10: Maquise em balanço de concreto na fachada Oeste Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 11: Pilar de pilotis revestido em pastilha cerâmica na cor branca. Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 12: Forma da piscina original aterrada. Fonte: UbTech Office, 2018	Figura 13: Praça com mobiliário (bancos) que compõe o paisagismo do projeto do imóvel Fonte: UbTech Office, 2018

13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

A edificação é um exemplar importante da arquitetura moderna no Estado da Paraíba e no Nordeste do Brasil, tendo como projeto arquitetônico assinado por Acácio Gil Borsoi e projeto paisagístico assinado por Burle Marx. A residência possui um volume/forma de prisma retangular, possuindo características da arquitetura moderna. Estão presentes 04 de 05 pontos criados por Le Corbusier como: planta e fachadas livre, pilotis, janelas em fita e integração arquitetura/natureza. Sem muitos ornamentos, além dos pontos característicos do modernismo, as fachadas são compostas por esquadrias em vidro, detalhes em tijolo aparente, cobogós de louça na cor azul e brises em madeira no pavimento térreo.

O projeto é composto por 02 pavimentos (pavimento térreo e pavimento superior), possuindo cômodos como salas, quartos, banheiros e escritórios. Além desses pavimentos, há uma área de apoio e área técnica para a piscina, composto por 03 banheiros e uma área de máquinas da piscina em um nível abaixo da rua. As áreas externas e de praças são compostas por paginação de piso em formas orgânicas, mobiliários em concreto e uma piscina que hoje encontra-se aterrada (figura 12).

Além da piscina aterrada, o imóvel sofreu outras alterações como a troca da esquadria original de madeira e vidro por esquadrias de alumínio e vidro, mudança do tijolo aparente original por tijolo aparente mais recente. O interior possui estado de preservação pouco alterado – detalhes na ficha 303.

13.1 Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

As paredes externas são compostas por estrutura em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços e argamassa, revestidas por tinta acrílica na cor branca. Além das paredes em alvenaria, há divisórias em painéis de cobogós cerâmicos de louça na cor azul e brises em madeira na fachada Norte. O imóvel encontra-se em bom estado de conservação estado de preservação pouco alterado.

13.2 Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

Telhado inclinado de 01 água, configurado em 03 grandes blocos retangulares cobertos com telha fibrocimento e platibanda.

13.3 Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

As aberturas externas se configuram em portas de vidro fixas e móveis, portas e janelas de vidro e alumínio. As esquadrias de vidro possuem aberturas de giro central e as esquadrias de alumino e vidro possuem sistema de abertura de correr. (Tabela de esquadrias em anexo)

13.4 Palavras-chave

Arquitetura Civil, formas geométricas, arquitetura moderna.

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (etnológicas, arqueológicas e outras)

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Av. João Machado, 348 - Jaguaribe
João Pessoa / PB - CEP: 58013-520
(83) 3218-5124
administracao@iphaep.pb.gov.br
Secretaria de Estado da Cultura
GOVERNO DA PARAÍBA

Ficha **M302** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000
O imóvel já foi sede da empresa Claro de telecomunicações e em 2016 o imóvel recebeu a primeira edição da Casa Cor Paraíba – evento de mostra de arquitetura, decoração, design e paisagismo).	

15. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)			
15.1. Planta (relacionar nomes)	15.2. Escala	15.3. Localização e base disponível	15.4. Data
Planta de Coberta	Gráfica	Escritório de Projetos UbTech Office	Setembro/2018
Planta baixa pavimento térreo	Gráfica	Editado: Escritório de Projetos UbTech Office	Setembro/2018
Planta baixa pavimento superior	Gráfica	Editado: Escritório de Projetos UbTech Office	Setembro/2018
	Gráfica		Setembro/2018
	Gráfica		Setembro/2018
	Gráfica		Setembro/2018

16. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)			
16.1. Tipo	16.2. Quant.	16.3. Autoria, localização e base disponível	16.4. Data
Fotografias	173	Ubtech Office	Setembro/2018
Desenhos	03	Ubtech Office	Setembro/2018

17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS
Arquivos digitais IPHAEP. Acesso em: Setembro, 2018.
Arquivos digitais do UbTech Office projetos – Pasta de fichas cadastrais CHJP

18. PREENCHIMENTO		
18.1. Entidade	IPHAEP/UbTech Office	18.2. Data
18.3. Responsável	Supervisor do IPHAEP: Gúbio Mariz T. de Sousa Filho Supervisor UBTech Office: Joalisson Cunha Equipe UBTech Office: Arthur Diniz Almeida, Ejoyli Nogueira Braga, Ingrid da Silva Marinho, Lucas Mangueira Lopes, Sara Borges Martins e Savanna Ellen de Marrocos Oliveira.	Setembro de 2018

Ficha **M303** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa.

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP.

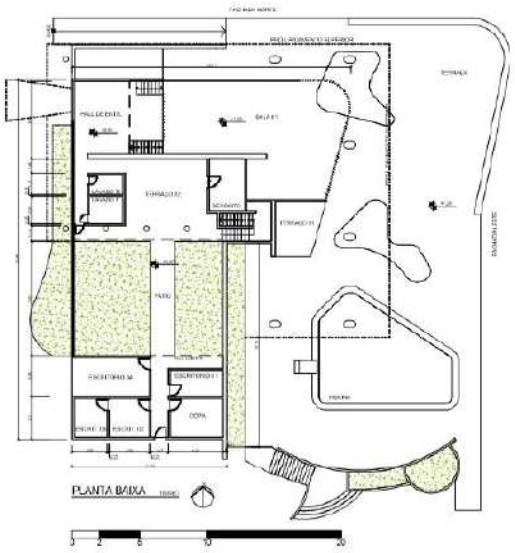
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

2. CÔMODOS

	2.1. Uso original	2.2. Uso atual
01		Hall de Entrada
02		Sala 01
03		Terraço 01
04		Depósito
05		Terraço 02
06		Banheiro Feminino
07		Banheiro Masculino
08		Pátio
09		Escritório 01
10		Copa
11		Escritório 02
12		Escritório 03
13		Escritório 04

3.1. Pavimento térreo

3. PLANTA/ CROQUI DE PLANTA BAIXA



4. DIVISÓRIAS (copiar quantas linhas forem necessárias)

4.1. Tipo/ material	4.2. Cômodos (numerar)	4.3. Acabamentos (descrever)
Tijolo cerâmico cozido	01, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13.	Alvenaria com revestimento em tinta acrílica branca
Gesso	06, 07	Divisória em gesso na cor na cor preta
Tijolo cerâmico cozido	02	Revestimento cerâmico em mosaico.
Vidro	02	Divisória em painéis de vidro medindo 2,57cm x 1,10 cm
Brise	02	Divisória em brises de madeira medindo 2.57 cm x 20cm.

5. PISOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

5.1. Tipo/ material	5.2. Cômodos (numerar)	5.3. Acabamentos (descrever)
Cerâmico	01, 02, 03, 04, 05	Porcelanato medindo 73x73cm na cor cinza
Cerâmico	06, 07	Porcelanato medindo 50x100cm na cor cinza escuro
Cerâmico	08, 09, 13	Porcelanato rugoso externo medindo 90x90cm na cor cinza escuro
Cerâmico	11, 12,	Piso cerâmico medindo 32x32cm na cor branca
Cerâmico	10	Piso cerâmico medindo 20x20cm na cor branca

6. FORROS (copiar quantas linhas forem necessárias)

6.1. Tipo/ material	6.2. Cômodos (numerar)	6.3. Acabamentos (descrever)
Gesso	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13.	Gesso na cor branca

7. OBSERVAÇÕES (modificações, marcas, etc...)

No pavimento térreo houve a remoção e adição de paredes para modificação de ambientes, como exemplo a antiga garagem que se tornou escritório. Essas modificações foram observadas em comparativo com a planta baixa existente no processo nº 0331/2011 dos arquivos do IPHAEP. Após o levantamento realizado no ano de 2018, foram constatas as mudanças indicadas.

8. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE (mobiliário, quadros, peças de arte, escadas, guarda-corpos, pinturas murais, etc...)

A escada da sala 01 é de estrutura metálica com perfil I, o piso é de madeira com espelhos vazados e o guarda corpo de material metálico no formato cilíndrico.

9. SELEÇÃO DE IMAGENS DO INTERIOR E DETALHES (repetir tantas linhas quantas forem necessárias)

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Av. João Machado, 348 - Jaguaribe João Pessoa / PB - CEP: 58013-520 (83) 3218-5124 administracao@iphaep.pb.gov.br
Secretaria de Estado da Cultura
GOVERNO DA PARAÍBA

Ficha **M303** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa.	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP.	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

Figura 02: Hall de Entrada
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 03: Sala 01.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 04: Terraço com esquadria de alumínio e vidro.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 05: Banheiro feminino.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 06: Terraço 02 e pátio.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 07: Corredor dos escritórios,
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 08: Copa
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 09: Escritório 04.
Fonte: UbTech Office, 2018

18. PREENCHIMENTO		
18.1. Entidade	IPHAEP/UBTech Office	18.2. Data
18.3. Responsável	Gúbio Mariz T. de Sousa Filho (supervisor do IPHAEP); Joalisson Cunha (supervisor da UBTech Office); Arthur Diniz Almeida, Ejoyli Nogueira Braga, Ingrid da Silva Marinho, Lucas Mangueira Lopes, Sara Borges Martins e Savanna Ellen de Marrocos Oliveira.	09/2018

Ficha **M303** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa.

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP.

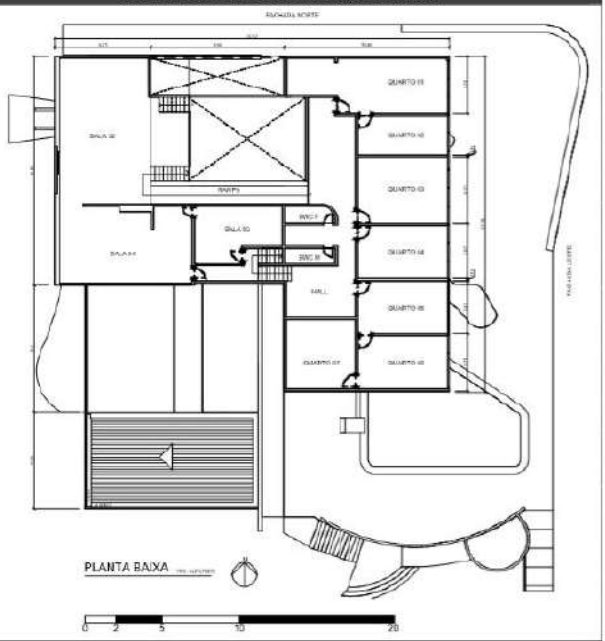
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

2. CÔMODOS

	2.1. Uso original	2.2. Uso atual
01		Sala 02
02		Rampa
03		Quarto 01
04		Quarto 02
05		Quarto 03
06		Quarto 04
07		Quarto 05
08		Quarto 06
09		Quarto 07
10		Hall
11		Banheiro Feminino
12		Banheiro Masculino
13		Sala 03
14		Sala 04

3. PLANTA/ CROQUI DE PLANTA BAIXA

3.1 Pavimento Superior



4. DIVISÓRIAS (copiar quantas linhas forem necessárias)

4.1. Tipo/ material	4.2. Cômodos (numerar)	4.3. Acabamentos (descrever)
Tijolo cerâmico cozido	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14.	Alvenaria com revestimento em tinta acrílica branca

5. PISOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

5.1. Tipo/ material	5.2. Cômodos (numerar)	5.3. Acabamentos (descrever)
Porcelanato	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14.	Porcelanato medindo 73x73cm na cor cinza

6. FORROS (copiar quantas linhas forem necessárias)

6.1. Tipo/ material	6.2. Cômodos (numerar)	6.3. Acabamentos (descrever)
Gesso	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14.	Gesso na cor branca

7. OBSERVAÇÕES (modificações, marcas, etc...)

Algumas modificações foram realizadas como a mudança da planta do primeiro pavimento, na qual banheiro se tornou quarto e as varandas foram extintas. Alguns quartos não possuem porta, é apenas o vão de abertura. Essas modificações foram observadas em comparativo com a planta baixa existente no processo nº 0331/2011 dos arquivos do IPHAEP. Após o levantamento realizado no ano de 2018, foram constatas as mudanças indicadas.

8. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE (mobiliário, quadros, peças de arte, escadas, guarda-corpos, pinturas murais, etc...)

A escada da sala 01 é de estrutura metálica com perfil I, o piso é de madeira com espelhos vazados e o guarda corpo de material metálico no formato cilíndrico. Painel de cobogó de material cerâmico na cor azul da época de construção.

9. SELEÇÃO DE IMAGENS DO INTERIOR E DETALHES (repetir tantas linhas quantas forem necessárias)

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Av. João Machado, 348 - Jaguaribe
João Pessoa / PB - CEP: 58013-520
(83) 3218-5124
administracao@iphaep.pb.gov.br
Secretaria de Estado da Cultura
GOVERNO DA PARAÍBA

Ficha **M303** – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa.	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
Inventário de bens tombados isoladamente pelo IPHAEP.	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	**1.4. Código Identificador Iphaep**
Imóvel nº 1090 (Casa Modernista)	095.044.0000

Figura 02: Sala 02 com rampa
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 03: Sala 04.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 04: Painel de cobogo azul, sala 03.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 05: Sala 03 com janelas em fita.
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 06: Banheiro Masculino
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 07: Quarto 07
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 08: Quarto 03
Fonte: UbTech Office, 2018

Figura 09: Quarto 04
Fonte: UbTech Office, 2018

18. PREENCHIMENTO		
18.1. Entidade	IPHAEP/UBTech Office	18.2. Data
18.3. Responsável	Gúbio Mariz T. de Sousa Filho (supervisor do IPHAEP); Joalisson Cunha (supervisor da UBTech Office); Arthur Diniz Almeida, Ejoyli Nogueira Braga, Ingrid da Silva Marinho, Lucas Mangueira Lopes, Sara Borges Martins e Savanna Ellen de Marrocos Oliveira.	09/2018

ANEXO 04

Fonte: OLIVEIRA, Marta Patrícia Machado - O centro cultural Borsoi [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Dissertação de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em <www:http://hdl.handle.net/10071/8380>.

Carta Testamento

Casa Cassiano Ribeiro Coutinho
Conceitos para uma intervenção arquitetónica.
Acácio Gil Borsoi

O projeto para a valorização e efetiva incorporação da Casa Cassiano Ribeiro Coutinho ao acervo cultural de João Pessoa deve contemplar uma serie de considerações que compreendem aspetos culturais, arquitetónicos, urbanísticos, comerciais e imobiliários.

Os **aspetos culturais** referem ao valor da casa como testemunha da modernidade do Século XX em João Pessoa, tanto na sua conceção e materialização arquitetónica quanto pelos seus valores e aspirações sociais que ela representava para a sociedade da época. Neste sentido, o recente tombamento e incorporação ao acervo cultural pessoense constitui a primeira ação de uma sequência orientada à valorização e reaproveitamento pela sociedade de um modo efetivo e sustentável. Para que isso aconteça é fundamental que a casa se integre à vida social e cultural da cidade de um modo intenso, com os usos que garantam sua manutenção e rentabilidade. Um projeto adequado, com novos usos complementares bem dimensionados e integrados, viabilizará um empreendimento que poderá se atração turística e referencia da arquitetura brasileira.

Os **aspetos arquitetónicos** estão referidos à intervenção na própria casa e jardim e à incorporação de nova arquitetura em diálogo e harmonia com a construção existente.

Em relação á intervenção na **própria casa**, o projeto deverá restituir integralmente seu estado original, que representa os conceitos e valores da arquitetura moderna: integração espacial entre interiores e exteriores, espacialidade inferior, percursos e sequências internas, estrutura independente dos fechamentos, esquadrias modernas adaptadas aos requerimentos climáticos do nordeste, entre outros. A nova atividade que deverá ser incorporada para torná-la rentável deverá respeitar esses princípios que constituem o valor patrimonial da obra. O projeto valorizará seu **valor icônico** na paisagem da cidade, tanto da **casa** quanto da **caixa de água**. Neste sentido, se pensa em referências consagradas da arquitetura internacional, como a reconhecida intervenção no Museu do Louvre de Paris, no qual a inserção da pirâmide de acesso permitiu organizar e racionalizar o

funcionamento ao mesmo tempo em que se constituiu num ícone de referência internacional. Em relação à caixa de água, o projeto propõe reforçar seu valor icônico como objeto referencial de uma praça de acesso ao conjunto desde a Avenida Júlia Freire. A nova arquitetura propõe como uma moldura que a integra e valoriza.

Em relação á **nova arquitetura**, ela deverá representar os valores da contemporaneidade, de igual modo que a casa os representou na época da sua construção. Esses valores, do nosso ponto de vista, estão referidos á racionalidade, sustentabilidade, integração social e conforto tecnológico e ambiental que facilita a era digital que estamos vivenciando. O espírito do nosso tempo tem que estar expressamente manifestado na nova arquitetura, contemplando e valorizando a casa existente.

Em relação aos **aspetos urbanísticos**, a intervenção constituí uma efetiva oportunidade de valorizar o entorno da Avenida Epitácio Pessoa e da Avenida Júlia Freire. Neste sentido, se pensa que o terreno da casa possui as condições adequadas para tornar-se um pólo de atividades sociais, culturais, recreativas, comerciais e de residência e trabalho. A mistura de usos que se propõe tem o objetivo de facilitar o acesso dos habitantes de João Pessoa a um espaço atrativo e qualificado, com atividades contínuas, que evitam os momentos com áreas vazias dos projetos com funções específicas.

Em relação aos **aspetos imobiliários**, o empreendimento deverá dar satisfação às demandas da sociedade com produtos aceitos pelo mercado local, ao mesmo tempo em que deverá oferecer soluções de novidade, que representará um atrativo a mais para o lugar e reforçará seu conceito inovador.

Em função das considerações anteriores, propõe-se uma o seguinte programa destinado a uma efetiva valorização da casa e seu entorno, com uma superfície útil de aproximadamente 15.000 m².

1- **Comercial**
   Usos comerciais na própria casa e em construções novas, em torno do jardim que será reconstituído e aberto para a Avenida Epitácio Pessoa. Para isso se sugere uma atividade única, sem fragmentação do seu espaço interno (livraria-café, restaurante, galeria de arte, etc).
   Os usos nas construções novas poderão estar relacionados com um segmento ligado ao valor cultural e estético da casa preservada (lojas design, de decoração, fashion mall).
2- **Empresarial**

Usos empresariais para salas de convenções e corporativas no projeto que se prevê na parte posterior do terreno, com acesso desde Avenida Júlia Freire através de uma praça que valoriza a caixa de água existente.

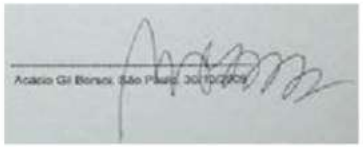
3- **Estacionamento**
Vagas de estacionamento com acesso desde Avenida Júlia Freire em quantidade adequada à envergadura do empreendimento (aprox. 700 vagas)

4- **Recreativo**
Usos recreativos integrados com os usos comerciais.

5- **Residencial**
Uso residencial integrado com o empresarial, no conceito de "home office".
Esta proposta é novidade no mercado imobiliário de João Pessoa e procura racionalizar produtividade e tempo. A integração de atividades empresariais complementares é uma opção que esta ideia oferece, ao mesmo tempo em que garante o uso constante dos serviços culturais, recreativos, comerciais localizados ao redor da casa existente.

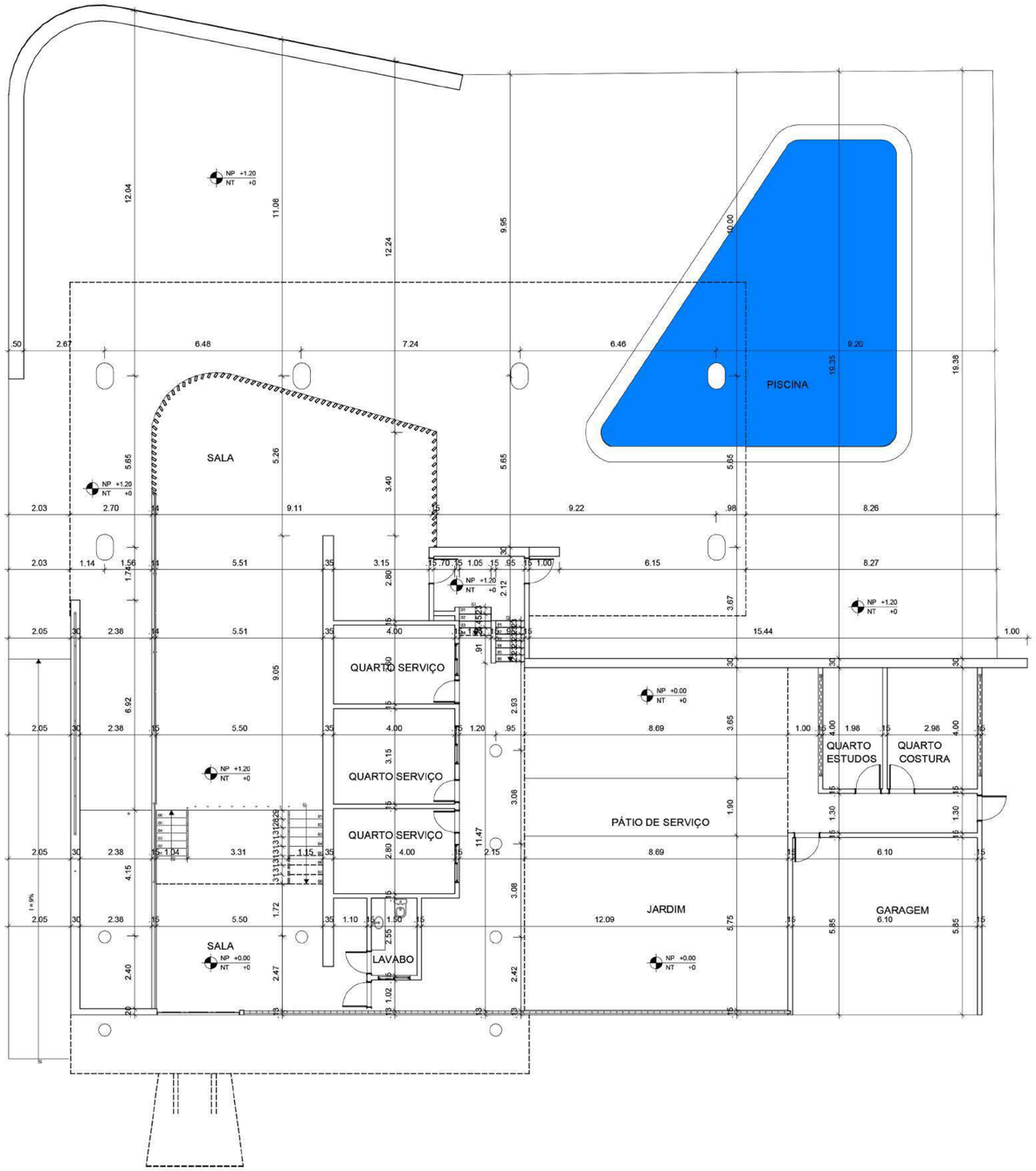
Sempre considerei a **Arquitetura** como construção ligada aos seus valores transcendentes de ordem, harmonia, proporções e composição, elementos que conduzem á beleza e produzem emoção nas pessoas que a usam ou habitam.
Foi assim com a Casa Cassiano Ribeiro Coutinho e hoje me sinto muito gratificado com a honra que a sociedade de João Pessoa me brinda ao incorporá-la ao seu patrimônio cultural, conjuntamente com a obra do meu grande amigo Roberto Burle Marx.

Nas atuais circunstancias e considerando as exigências de prazos e exíguos para a elaboração do projeto de valorização da casa e de incorporação de nova arquitetura, quero repassar essa responsabilidade mediante este documento, que deve ser considerado uma carta testamento, para minha grande amiga e colaboradora de toda a vida, arquiteta Vera Pires, e para meu grande amigo Roberto Ghione, quem tenho absoluta certeza que interpretarão fielmente minhas ideias, como sempre o fizeram em inúmeros projetos feitos em parceria.



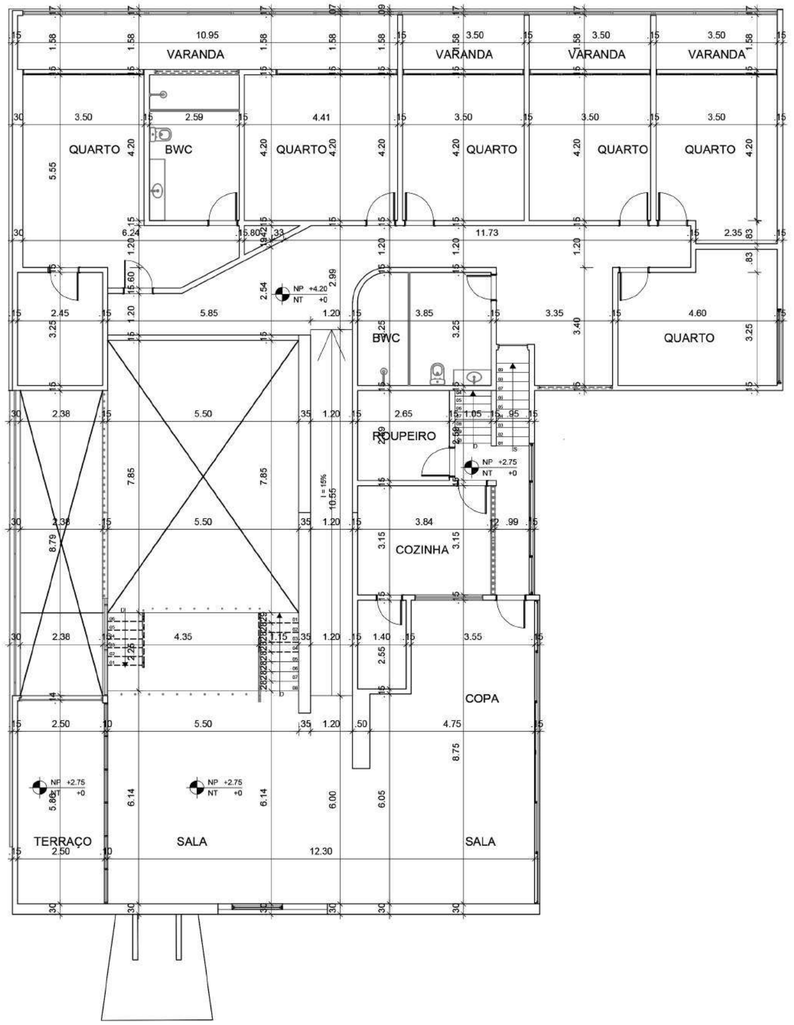
Acácio Gil Borsoi, São Paulo, 30/10/2009

Anexo 01: Transcrição da Carta Testamento, Casa Cassiano Ribeiro Coutinho Conceitos para uma intervenção arquitetónica feita por Acácio Gil Borsoi antes de falecer.
Fonte: Arquivo pessoal Amélia Panet.



PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 1 E 2

ESCALA 1:125



PLANTA BAIXA ATUAL - NIVEL 3 E 4

ESCALA 1:125

CURSO:
ARQ, & URB

ENDEREÇO DA OBRA:
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA

DISCIPLINA:

GRUPO:
THIAGO MÜLLER

CONTEÚDO:
PLANTA BAIXA - NIVEL 1 E 2
PLANTA BAIXA - NIVEL 3 E 4

PRANCHA:
01/01

REVISÃO:
000

DATA:
01.06.2021

ARQUIVO:

PROFESSOR:
ANDREI FERRER